



UFAM

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA (PPGPSI)**

**“ELA É DIVA DA SARJETA, SEU CORPO É UMA OCUPAÇÃO!”:
COTIDIANO DAS TRANSGENERIDADES FEMININAS EM
SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE MANAUS-AM**

CÁSSIO PÉRES FERNANDES

MANAUS/AM

2018



UFAM

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA (PPGPSI)**

**“ELA É DIVA DA SARJETA, SEU CORPO É UMA OCUPAÇÃO!”:
COTIDIANO DAS TRANSGENERIDADES FEMININAS EM
SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE MANAUS-AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Psicologia. Linha de Pesquisa: Processos Psicossociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Adriana Rosmaninho
Caldeira de Oliveira

MANAUS/AM

2018

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

F363" Fernandes, Cássio Péres
"Ela é diva da sarjeta, seu corpo é uma ocupação!": cotidiano das transgeneridades femininas em situação de rua na cidade de Manaus-AM / Cássio Péres Fernandes. 2018
115 f.: 31 cm.

Orientadora: Adriana Rosmaninho Caldeira de Oliveira
Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Cotidiano. 2. Mulheres Transgêneras. 3. Situação de Rua. 4. Manaus. I. Oliveira, Adriana Rosmaninho Caldeira de II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CÁSSIO PÉRES FERNANDES

“Ela é diva da sarjeta, seu corpo é uma ocupação”: cotidiano das transgeneridades femininas em situação de rua na cidade de Manaus-AM.”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, na Linha de Processos Psicossociais.

Aprovado em 19 de outubro de 2018.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Adriana Rogmaninho Caldeira de Oliveira
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS


Prof. Dr. Iolete Ribeiro da Silva
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS


Prof. Dr. Consuelena Lopes Leitão
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

*“Ela é diva da sarjeta, o seu corpo é uma ocupação.
É favela, garagem, esgoto e pro seu desgosto
Está sempre em desconstrução
Nas ruas pelas surdinas é onde faz o seu salário
Aluga o corpo a pobre, rico, endividado, milionário
Não tem Deus
Nem pátria amada
Nem marido
Nem patrão
O medo aqui não faz parte do seu vil vocabulário
Ela é tão singular
Só se contenta com plurais
Ela não quer pau
Ela quer paz”*

*“Ela tem cara de mulher
Ela tem corpo de mulher
Ela tem jeito
Tem bunda
Tem peito
E o pau de mulher”*

(Linn da quebrada e Jup do Bairro – Mulher)

AGRADECIMENTOS

É evidente que neste processo de escrita de dissertação eu não estive sozinho. São inúmeros momentos em que você conta com o incentivo de alguém, com os momentos de lazer, de troca, de suporte, de choro, de incertezas, de angústias e dúvidas com o futuro. Durante este trajeto me dei conta da quantidade e diferenças dos afetos que obtive para que eu pudesse superar obstáculos e conseguisse chegar a este lugar de abertura de novos ciclos. Em virtude disso, os agradecimentos são muitos.

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha mãe, Flávia Ignez Fernandes e a meu pai, Edivar Filho. À minha mãe, por todo o companheirismo que temos desenvolvido. A parceria e afinidades crescentes me deram e continuam me dando muita força para lidar com qualquer adversidade. Sua empatia e nossos diálogos são combustíveis a mais para que crescamos juntos. Ao meu pai, por toda a segurança e compreensão que me foram dados. Esta segurança me foi transmitida por muitas vias e todas me fizeram reconhecer que sou privilegiado de muitas formas por tê-lo na minha vida. Obrigado a vocês dois por todo o amor que me faz mais forte.

Meu agradecimento agora é dedicado à minha irmã, Tássia Péres, que esteve comigo nos momentos de pausa na escrita e nos momentos de indecisão e de ansiedade. Seu companheirismo sempre foi extremamente importante por toda minha vida e não poderia ser diferente agora. Te amo.

Agora agradeço ao meu gatinho, meu boy, Felipe Carvalho. Nossa cumplicidade e nossos diálogos me levaram a lugares que eu não imaginava que poderia estar, me levaram a vivenciar experiências que me fizeram crescer e melhorar enquanto pessoa. A convivência contigo me torna uma pessoa melhor e mais crítica a cada dia. Obrigado por todo o amor, toda a sinceridade e toda a entrega. A sua conquista também é minha e a minha também é sua. Obrigado também por toda a compreensão e incentivo. Você é um presente.

Agora dedico um espaço às minhas queridas avós. Agradeço à avó Maria Eleonora Péres por toda a inspiração e incentivo à minha vida acadêmica. Você é um exemplo de superação e cada vez que eu olho para você só enxergo grandeza e enfrentamento. Obrigado por ser um dos meus alicerces, que me proporcionaram muito afeto, carinho, histórias que me inspiram e comidas (das mais maravilhosas). À minha avó Bida (Waldomira Fernandes), agradeço pelos encontros que temos e por ter me dado a oportunidade de a cada dia me

permitir conhecer um pouco mais da sua história. Agradeço também pelo carinho, atenção e também pelas comidas carregadas de sentimento.

Agradeço à Josimira Castro (Jô), pelo cuidado, atenção e preocupação.

Agradeço ao meu amigo Eduardo Menezes, pela relação sincera e afetuosa em momentos felizes, tristes ou de mau-humor. Obrigado, amigo, por ter estado sempre presente.

Agradeço à Ágatha Almeida, minha amiga irmã que até quando não está presente fisicamente, está sempre comigo. Cada momento do teu lado é um momento de de pegar fôlego pra seguir adiante.

Agradeço ao meu amigo Cleison Guimarães, pela oportunidade de me receber na disciplina de Psicologia da Sexualidade, quando participei do meu Estágio em Docência. Agradeço também pelas conversas sinceras e momentos de incentivo.

Agradeço à minha amiga Tamara Menezes, pelos momentos de diversão e seriedade. Nossas conversas são sempre momentos de alívio e distração em meio às obrigações e incertezas da vida.

Agradeço aos amigos Daniel Arteiro e Victor Tolentino. Nossas horas juntos foram fundamentais para que eu voltasse sempre mais disposto pros momentos de escrita e pesquisa. Obrigado por todo o companheirismo e amizade que consolidamos nesse ano de 2018.

Agradeço às amigas pernambucanas Francisco Casseiro, Juh Gama e Sidrack Lucas por serem maravilhosos na minha vida e terem formado comigo uma rede de amigos tão forte, me trazendo saudades constantes e grandes memórias. Enquanto não estivermos sempre juntos, sentirei falta.

Agradeço às migas Nayana Julho e Jomhara Barbosa pelas conversas e momentos de sinceridade e distração que tivemos nesse período.

Agradeço às amigas Bruna Portela, Raquel Neves e Mara Ferreira pela amizade que mantivemos e alimentamos nos últimos anos e que trouxeram crescimentos e afeto.

Agradeço às migas Jolorena de Paula, Maria Vitória Lacerda, Caio César, Leonardo Rezende, Flávio Góes, Wendel Lemos, Cyntia Loiola, Camila Borges, Gilberto d'Escoffier, Weslly Nascimento, Delânio Horácio e Ingrid Motta. Vivi momentos com vocês que foram importantes para mim nesta trajetória, muito obrigado!

Agradeço à Denise Moutinho, Rosângela Bastos e Tirza Almeida, amigas e companheiras de mestrado que viveram comigo experiência de viagens, troca e proporcionaram afetos e apoio.

Aqui faço um agradecimento especial à Andreza Costa e Mayara Ferreira. Minhas maiores companheiras e amigas que o mestrado poderia me trazer. Muito obrigado pela bela amizade que construímos, pelas experiências de vida, por me ensinarem tanto, pela confiança e por todo o suporte que vocês me deram nesses dois anos. Ter vocês na minha vida é um grande presente que essa experiência acadêmica me trouxe. Meu triozíneo.

Agradeço à Dodi Leal por toda a transformação que causou em mim. Por todos os ensinamentos e diálogos que expandiram minha mente pra minhas vivências de gênero e de vida. Obrigado por ter dedicado parte do seu tempo ao seu ciszinho de estimação. Você foi fundamental para este trabalho.

Agradeço à Daniela Andrade, Renata Carvalho e ao Neto Lucon pela conversa que tivemos. Suas vivências e experiências de vidas foram um grande marco na minha vida nos últimos dois anos e serei sempre grato por aquele dia repleto de transformação e afeto.

Agradeço às cantoras Linn da Quebrada e Jup do Bairro, por terem sido trilhas sonoras do meu Mestrado, sempre abrindo novas conexões estimulando pensamentos críticos por meio das suas artes.

Agradeço ao Eduardo Honorato pelo incentivo acadêmico que colaborou com a minha chegada até aqui.

Agradeço à professora Ana Cláudia pelo incentivo à sala de aula, momento chave para minha trajetória acadêmica e pessoal.

Agradeço à professora Ana Cristina pela ajuda em momentos decisivos deste processo.

Agradeço à professora Cláudia Sampaio pelas aulas e contribuições na minha banca de qualificação.

Agradeço à professora Lidiany Cavalcante pelas contribuições na minha banca de qualificação e pela parceria de produção acadêmica.

Agradeço às professoras Consuelena Leitão e Iolete Ribeiro pela presença na banca de defesa da dissertação e pelas contribuições ao trabalho.

Agradeço também a todas as professoras e professores do PPG-PSI e funcionários da Faculdade de Psicologia da UFAM pela convivência, presença e auxílios no meu cotidiano.

Agradeço imensamente à minha terapeuta Raquel Castro por todos os momentos que me auxilia a transformar minhas vulnerabilidades em potenciais. Que me ajuda a enxergar possibilidades no caos, que colabora para que eu me conheça cada vez mais, permitindo que isso seja uma fortaleza para mim. Eu sempre serei grato pela sua presença na minha vida.

Faço um agradecimento essencial à Tiana Amiles, Gerente de Diversidade e Gênero da SEJUSC. Muito obrigado por toda a colaboração e parceria no desenvolvimento desta pesquisa. Obrigado também pela sua disponibilidade para as causas sociais e de gênero, pelo seu engajamento e vontade de transformar nossa sociedade. Eu te admiro demais!

Gostaria de fazer um agradecimento mais que especial à professora Adriana Caldeira, que desde que participamos de um PACE juntos, me abraçou e acreditou no meu potencial, que quando passou a ser minha orientadora, abraçou a temática que eu trazia e topou entrar nessa jornada comigo. Obrigado por toda a compreensão, ternura, puxões de orelha, alegrias e vivências compartilhadas; você foi essencial para que eu chegasse até aqui e sem seu apoio, não consigo me enxergar alcançando estes objetivos. Meu mais sincero e grato obrigado!

Agradeço à CAPES pela bolsa concedida.

Por fim, gostaria de agradecer à Almerinda, Geovana, Kelly e Vitória, as grandes protagonistas desta pesquisa. Agradeço pela disponibilidade de compartilhar suas histórias comigo.

RESUMO

Vivendo em uma sociedade que debate gênero cada vez mais, as transgeneridades femininas sofrem cotidianamente com transfobia e diversas outras formas de exclusão e opressão. Dentro deste contexto, a situação de rua acaba se tornando uma realidade para muitas. Desta forma, objetiva-se compreender o cotidiano de transgeneridades femininas que se encontram em situação de rua a partir de seus relatos. Como objetivos específicos almejam-se: identificar as práticas discursivas das transgeneridades femininas em situação de rua; conhecer o processo de construção das transgeneridades femininas através de conversas informais e descrever as dificuldades e demandas das transgeneridades femininas em situação de rua. O presente trabalho inicia-se com uma discussão sobre gênero, identidade de gênero e teoria queer, onde questiona as estruturas de poder e a binaridade engessante em nossa sociedade. Em seguida, abordam-se aspectos das identidades das transgeneridades femininas, em que se realiza um breve histórico do movimento social; ainda são apresentados aspectos ligados ao corpo e nomenclaturas, como a insurgência do termo cisgênero. Por conseguinte são apresentadas as diversas faces da exclusão direcionadas às transgeneridades femininas, como a desqualificação e estereotipificação. Discorre-se também-se acerca do conceito de transfobia e a realidade vivida pelas transgeneridades femininas, como as vivências escolares, prostituição até chegar na situação de rua. Sob a luz da Teoria Construcionista, utiliza-se do conceito de práticas discursivas como produção de sentido nas interações sociais no cotidiano. Em seguida, explana-se acerca da presença do pesquisador e os instrumentos utilizados na pesquisa, como as conversas informais e o diário de campo. Para análise dos resultados, foram divididas categorias temáticas na medida em que os conteúdos foram encontrados no diário de campo. A análise dos resultados se deu a partir da divisão em sete categorias: identidade, relações amorosas, família, escola; saúde e alimentação; ocupação e habitação e violência. A dissertação ainda conta com um capítulo sobre a percepção do pesquisador cis no cotidiano. Como considerações finais são levantados aspectos relacionados a um sistema cisgênero que exclui gênero e sexualidades não hegemônicos. Após a realização da pesquisa, espera-se publicizar os diálogos e conversas informais realizados no contexto da situação de rua, divulgar a realidade de transgeneridades femininas e chamar atenção para seus cotidianos e visibilizar suas demandas, necessidades e dificuldades.

Palavras-Chave: Cotidiano; Mulheres Transgêneras; Situação de Rua; Manaus.

ABSTRACT

Living in a society that debates gender more and more, the transgender women suffer on a daily basis with transphobia and various other forms of exclusion and oppression. Within this context, the homelessness ends up becoming a reality for many. This way, the objective of this work is to understand the daily life of transgender women who find themselves in homelessness from their stories. As specific objectives we aim: to identify the discursive practices of transgender women who live and work on the streets; to know the process of construction of the transgender women through informal conversations and to describe the difficulties and demands of the transgender women who live and work on the streets. The present work begins with a discussion on gender, gender identity and queer theory, questioning the power structures and the rigid binarity in our society. Then, it shows aspects of the transgender women identities, in which is done a brief history of the social movement; yet, it is presented aspects related to the body and nomenclatures, such as the insurgency of the term cisgender. Therefore it is shown the many faces of exclusion directed at the transgender women as the disqualification and stereotypes. There is, also, a discussion about the concept of transphobia and the reality experienced by transgender women, as the school experiences, prostitution, until homelessness. Under the light of the Constructionist Theory, it is used the concept of discursive practices as a production of meaning in daily life social interactions. Then, it is explained about the presence of the researcher and the instruments used in the research, such as the informal conversations and the field diary. For the analysis of the results it has been divided into thematic categories to the extent that the contents were found in the field diary. The analysis of the results was done by its division into seven categories: identity, relationships, family, school; health and nutrition; occupation and housing and violence. The dissertation also includes a chapter on the perception of the cisgender researcher in the daily life. As final considerations issues are raised related to a cisgender system that excludes gender and not hegemonic sexualities. After the completion of the research, it is expected to publicize the dialogues and informal conversations conducted in the context of homelessness, to disclose the reality of transgender women and calling attention to their daily life and make their demands, needs and difficulties visible.

Key-Words: Daily Life; Transgender Women; Homelessness; Manaus.

SUMÁRIO

MEMORIAL.....	13
INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA.....	18
CAPÍTULO 1.....	23
1. MARCO TEÓRICO.....	23
1.1 Gênero, Identidade de Gênero e Teoria Queer.....	23
1.2 Transgeneridades femininas.....	30
1.2.1 Breve introdução histórica.....	30
1.2.2 Transgeneridades femininas: Nomenclaturas e Corpo.....	31
1.2.3 Transgeneridades.....	37
1.3 Exclusão e desdobramentos.....	39
1.4 Transgeneridades femininas: da transfobia à situação de rua.....	45
1.4.1 Transfobia.....	45
1.4.2 Escola e Nome Social.....	46
1.4.3 Saúde e Prostituição.....	51
1.4.4 Situação de rua.....	54
CAPÍTULO 2.....	57
2. MARCO METODOLÓGICO.....	57
2.1 Teoria Construcionista.....	57
2.2 Discurso e práticas discursivas e produção de sentido.....	58
2.3 Cotidiano e a presença do pesquisador.....	60
2.4 Conversas informais, diário de campo e escrita de si.....	61
CAPÍTULO 3.....	64
3. PERCURSO METODOLÓGICO.....	64
3.1 Natureza da Pesquisa.....	64
3.2 Operacionalização.....	64
3.2.1 Local da Pesquisa.....	64
3.2.2 Participantes.....	65
3.2.3 Critérios de Inclusão.....	65
3.2.4 Critérios de Exclusão.....	65
3.2.5 Material e Instrumentos.....	66
3.2.6 Procedimento para coleta de informações.....	66
3.2.7 Procedimento para transcrição das conversas informais.....	66
3.2.8 Procedimento para análise das informações.....	66

3.3 Considerações Éticas.....	67
CAPÍTULO 4.....	68
4 Diário de Campo.....	68
4.1 Almerinda.....	69
4.2 Geovana.....	71
4.3 Vitória.....	72
4.4 Kelly.....	74
CAPÍTULO 5.....	76
5 Análise dos resultados.....	76
5.1 “Palhaço de ninguém”	76
5.2 “Eles te beijam de noite e te tratam mal durante o dia”	79
5.3 “Tenho mais amor na rua do que em casa”	80
5.4 “A diretora me considerava um monstro”	83
5.5 “Se não fosse aquilo, não teriam nada”	85
5.6 “Eu não vou vender meu corpo por quatro reais, né?”	88
5.7 “É um viado mesmo, não pode viver em sociedade, tem que morrer”	91
CAPÍTULO 6.....	94
6.1 Pesquisador cis no cotidiano.....	94
"CONCISDERAÇÕES"	98
REFERÊNCIAS.....	100
APÊNDICES.....	106
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE..	106
ANEXOS.....	108
ANEXO I - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP E NOTIFICAÇÃO DE ALTERAÇÃO DA REDAÇÃO DO TÍTULO E DOS OBJETIVOS DA PESQUISA.....	108

MEMORIAL

Minha vida na Psicologia se iniciou quando adentrei um consultório pela primeira vez, aos 15 anos de idade. Naquele momento ainda não tinha me dado conta do papel extremamente relevante que esta área desempenharia na minha formação pessoal e profissional. Iniciei um processo terapêutico em 2006, por conta de conflitos com a minha sexualidade na época. Confesso que a experiência foi um divisor de águas. Já me trouxe os benefícios da profissão desde cedo, consistindo numa porta de entrada para o autoconhecimento.

Progressivamente, fui e venho me tornando um ser mais pensante acerca das minhas questões pessoais. A terapia ainda me trouxe ganhos que refletem na minha vida até hoje, como a aceitação da minha homossexualidade e inclusão das minhas figuras parentais neste diálogo, que fez com que sempre conversássemos a respeito e desenvolvêssemos uma relação de respeito e aceitação; sou grato até hoje por isso. A oportunidade ainda me colocou de frente com o que seria o papel do terapeuta e o papel do paciente. Aprendi um pouco mais sobre uma das facetas que o profissional da Psicologia pode exercer e, de uma forma distante, eu me enxerguei ali.

Em Agosto de 2011, estava eu, matriculado no curso de Psicologia da Faculdade Martha Falcão. Viver a Psicologia era uma realidade e eu não sentia nenhum peso com isso. Minha jornada de produção acadêmica se deu logo no ano seguinte, em 2012, fruto de um convite do professor Eduardo Honorato para que eu contribuísse para um artigo escrito para a revista “Psique” sobre o filme “Precisamos falar sobre Kevin”. Depois da publicação na revista comercial, acredito que tomei gosto pela escrita acadêmica.

Em 2013, aconteceria o Congresso Mundial de Saúde Mental, na Argentina e tive oportunidade de apresentar um artigo em comunicação oral ao lado de dois pós-doutores. Momento de muito nervosismo e ansiedade por ser minha estreia em congressos e ainda por cima, num evento de porte mundial! Deu tudo certo, ficamos os quatro membros sentados em uma mesa, e apesar de eu aparentar segurança do tronco para cima, minhas pernas não paravam de se mexer embaixo da mesa.

No mesmo congresso ainda pude levar a análise do filme “Aos 13 (Thirteen, 2003)”, sob modalidade de pôster, trabalho acadêmico oriundo da matéria Desenvolvimento Humano,

ministrada pela professora Raquel Floriano, que me incentivou a levar o trabalho para o congresso. Foi um evento de extremo aprendizado e enriquecimento pessoal e profissional, necessário para ganho de confiança para seguir adiante. A viagem foi composta por alunos e professores e se tornou uma das melhores vivências, formando amizades e laços que viriam a amadurecer com o tempo.

No mesmo ano, foi aberto um processo seletivo no Martha Falcão para realização de Pibic/Paic na Universidade Federal do Amazonas. Entusiasmado com a ideia, me candidatei e passei para receber bolsa da FAPEAM. Fui orientado pela professora Maria Alice Becker, com o tema de “Altas Habilidades/Superdotação: Identificação de Alunos do Ensino Fundamental em uma Escola Pública da cidade de Manaus”. A parceria com a professora Maria Alice foi muito proveitosa e o PAIC foi completado com sucesso. Visitei escolas, conversei com professores, diretores, interagi em salas de aula e foi uma oportunidade para auxiliar no processo de desmitificação do que seria uma criança com altas habilidades na rede pública.

Em 2014, encerrei o PAIC, e iniciei meu primeiro estágio extracurricular em Psicologia, no CAPS III, com atenção voltada a usuários diagnosticados com transtornos mentais moderados ou severos. Foi uma experiência extremamente enriquecedora dentro do serviço público e fundamental, pois tive a oportunidade de desmitificar muitos preconceitos que eu mesmo tinha. Todos os momentos no CAPS foram valiosos, mas destaco os grupos de terapia com os usuários e o grupo de terapia com os familiares, que foram esclarecedores para praticar a empatia com esta diáde. Ressalto, ainda, a oportunidade de ter presenciado uma equipe interdisciplinar em ação, agregando conhecimento à minha formação. Foram seis meses intensos.

Ainda naquele ano, tive a oportunidade de finalmente me ver do outro lado de uma sessão de psicoterapia, ao participar do processo seletivo para estagiar na clínica escola da Faculdade Martha Falcão. Foram dois anos desafiadores em que me questionei diversas vezes se estava dando meu melhor. Raquel Castro, minha terapeuta, também foi responsável pelo entendimento de muitas situações contratransferenciais, além de outros conflitos do meu cotidiano.

Em 2014 ainda tive a oportunidade de ser monitor da matéria Psicanálise e Educação, ministrada pelo professor Eduardo, no curso de Pós-Graduação em Neuropedagogia e Novas Aprendizagens, realizado pela Faculdade Martha Falcão. Ainda participaria de muitos congressos no mesmo ano. No IV Congresso de Psicologia: Ciência e Profissão pude levar três trabalhos, sendo o de maior significado para mim: “Homoparentalidade: Questões

Históricas, Sociais e Atuais”. Tinha sido o primeiro trabalho na área de gênero e sexualidade que eu chegara a desenvolver, o que representou muito para o início de um ativismo que segue crescente no meu dia-a-dia, aliado à vontade de contribuir para o tema no campo da pesquisa. Em novembro do mesmo ano, defendi meu PAIC no XXIII Congresso de Iniciação Científica. A apresentação despertou interesse dos avaliadores, o que me deixou bem mais confiante. Um tempo depois recebi a notícia de que havia sido agraciado com uma Menção Honrosa, grande honra para um pesquisador iniciante.

Em 2015, eu iniciava um estágio extracurricular de 1 ano e 3 meses na VEMEPA-Vara de Execução de Medidas e Penas Alternativas. O ambiente, principalmente entre os estagiários, se mostrou bastante aberto e verdadeiro, onde todos teriam espaços para serem do jeito que quisessem. Entrar em contato com os cumpridores de medidas e penas alternativas, fossem eles usuários de substâncias psicoativas ou, em especial, em relação à Lei Maria da Penha, foi interessante para conhecer e entender o lado do cumpridor/agressor e refletir acerca das razões históricas, familiares e sociais. Ainda temos que estudar e trabalhar para que cheguemos a uma efetiva equidade de gênero.

Meses após o início do estágio no Tribunal, fui indicado pela UFAM para levar o meu trabalho de PAIC para o SBPC – 67ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em São Carlos-SP. Foi uma grande surpresa participar de um evento tão diverso e ainda chamar a atenção da mídia local para o trabalho e tema.

Este também foi um ano para mergulhar de cabeça nas discussões de sexualidade e gênero, ao participar de eventos como: I Seminário Gênero e Sexualidades em Debate e, principalmente, da palestra: Homonormatividade e Homonacionalidade: geopolítica e sexualidade, ministrada pelo professor e pesquisador Rogério Junqueira. Foi determinante para uma mudança de postura e análise de muitos discursos e atitudes que reproduzimos e não nos damos conta, além de seguirmos padrões que podem vir a ser questionados. A partir daquele evento, passei a considerar e vivenciar cada vez mais o discurso como peça essencial na reprodução de conteúdos e como exercemos seu uso no cotidiano.

Em 2016, vivi meu último período de faculdade e me inscrevi no Academic Awards. Premiação realizada pela Faculdade Devry em todas as unidades do Brasil para levar os alunos para a Califórnia-EUA e participar de uma competição de empreendedorismo na sede da faculdade nos Estados Unidos. Fiquei super nervoso com a possibilidade de realizar a viagem, foram bons dias de ansiedade até a divulgação do resultado. Recebi a notícia de que havia vencido na minha sala de aula, com a presença do coordenador do curso e diretores acadêmicos foi indescritível. Fiquei imóvel após estourarem uma bomba de papel picado

quase literalmente no meu rosto. Depois do susto inicial, só precisava arrumar as malas que a viagem aconteceria em agosto daquele ano.

Em Julho, concluí a graduação em Psicologia e optei pela colação especial com mais duas amigas, o evento vinha para fechar de forma íntima uma caminhada tão simbólica e transformadora. Um mês depois aconteceria a viagem para Freemont-CA, na região do Vale do Silício! Foi uma experiência única, com muitas vivências e amizades com pessoas de todos os cantos do país. Formei um grupo com mais três amigos em que todos éramos gays ou afins com as causas LGBT. Desenvolvi um sentimento de pertencimento e liberdade, tendo como plano de fundo, San Francisco, considerada por muitos, a capital LGBT dos Estados Unidos. Representar o Amazonas foi fantástico e, para fechar a viagem, com chave de ouro, meu grupo venceu a competição de empreendedorismo e recebemos os parabéns dos diretores da Faculdade.

Ao voltar para Manaus, iniciei um projeto de extensão, como colaborador, sob a supervisão da professora Adriana Caldeira: Cine CAPS. Ao saber da abertura do Edital para Mestrado, na UFAM, fiquei muito animado com a possibilidade de dar continuidade à minha vida acadêmica logo após a formação na graduação. Identifiquei-me com a linha de pesquisa voltada para os processos psicossociais, pois tinha manifestado um interesse na relação sujeito-ambiente e como esta interação constitui sua individualidade e subjetividade.

O processo de seleção mestrado foi difícil, com madrugadas viradas a fim de ler os livros que constavam no edital. Foram duas semanas bem intensas e tudo o que eu mais queria era fazer logo a primeira prova. Depois de muito aguardo, as notas foram divulgadas e eu havia sido aprovado para a segunda fase. Agora eu precisava me preparar para a entrevista. Esperei ansioso no corredor, apesar de me sentir tranquilo. Após a segunda etapa, ainda teria que esperar um pouco mais pelo resultado final. Todo dia eu olhava a página de divulgação, ainda que soubesse que não encontraria nenhuma resposta antes do prazo. Um tempo depois recebi uma ligação da minha professora Adriana, que viria a ser minha orientadora no programa me contando do resultado! Foi o período mais feliz e tranquilo da minha formação, mas durou pouco.

O estágio inicial do programa de pós-graduação foi marcado por muita movimentação, muitas disciplinas, cobranças, resenhas, trabalhos, projetos. Foi um espaço para muitas dúvidas e angústias também. Sobre futuro, tema, por onde começar, pressão interna. Muitos dos quais sinto até hoje, mas que, acredito eu, estão sendo melhor administrados.

Desde que entrei no mestrado tinha em mente a vontade de pesquisar algum tema sobre a população LGBT, da qual faço parte. Em recente viagem para o Rio de Janeiro, em

Novembro de 2016, tive a oportunidade de mergulhar em um mar de vivências. Depois de participar de um festival de teatro LGBT, fui convidado para participar de uma festa na Casa Nem, mas o que era a Casa Nem?

O local realizaria uma festa a fim de levantar fundos. Foi então que descobri que se tratava de um abrigo para pessoas LGBT que haviam sido expulsas de casa ou que se encontravam em situação de vulnerabilidade, até mesmo em situação de rua. A Casa Nem também servia como preparatório para o ENEM direcionado a pessoas trans.

Acabei indo para a festa e tive a oportunidade de conversar com várias pessoas, inclusive residentes da casa. Ouvi relatos de superação, companheirismo. Ali eram desenvolvidas atividades, como costura, com o intuito de manter o abrigo e pagar o aluguel. A grande idealizadora é a Indianara Siqueira, travesti, prostituta e hoje, primeira suplente do cargo de deputada estadual, por quem possuo uma tremenda admiração.

Senti-me inspirado pelo local, pois nunca havia ouvido falar num abrigo para a população LGBT. Voltei do Rio de Janeiro fervilhando de ideias. Ao chegar em Manaus, constatei que não havia nenhum abrigo para pessoas em situação de rua, o que me motivou a buscar conhecer a realidade dessas pessoas.

Entrei em contato com o Consultório na Rua e agendamos uma conversa em uma UBS da cidade. De acordo com a equipe, muitas pessoas LGBT estão nas ruas e não tem nenhum tipo de serviço na cidade que lide com suas demandas múltiplas. A partir desses diálogos, vivências e descobertas de políticas públicas decidi dar início à pesquisa.

Dentro do público LGBT, optei por direcionar minha atenção, neste momento, às transgeneridades femininas de Manaus. Depois de conversar com algumas travestis e mulheres trans do país, fossem acadêmicas ou não, todas me encorajaram a pesquisar essa população como público-alvo, contanto que partisse de um lugar de respeito e horizontalidade; exatamente da forma como procurei executar a pesquisa.

Desde o fim da graduação tenho me engajado em eventos que discutam questões de gênero e sexualidade. Participei da organização de eventos, como o I Simpósio sobre HIV/AIDS da Faculdade de Psicologia da UFAM e Orgulho LGBT: pela visibilidade de todxs. Fui um dos criadores do Grupo de Apoio LGBTI da Faculdade de Psicologia e recentemente ministrei uma Oficina voltada para a discussão do Psicólogo na atuação frente as diversidades de gênero e sexual.

INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA

Vivemos em uma sociedade que vem discutindo muito sobre gênero, porém, por diversas vezes, de forma equivocada. Falar de gênero é conversar sobre relações. Relações com familiares, amigos, colegas de trabalho; é falar de si, se perceber, perceber como eu me comporto e, a partir destas reflexões, questionar e vivenciar diferentes possibilidades de ser.

Em meio a estas conversas sobre gênero, somos, muitas vezes, impedidos de sermos quem desejamos por pressões sociais, seja através de discursos instituídos como corretos ou através de falas e atitudes carregadas de ódio, reproduzindo desconhecimento e falta de empatia. As mulheres trans e travestis, por serem feminilidades que sofrem opressões cotidianamente, resistem e batalham pela sobrevivência diariamente. Justamente por vivenciarem o feminino, sofrem com machismo e com transfobia, motivo pelo qual se optou pela delimitação destas identidades.

Em relação à situação de rua, senti-me inspirado quando visitei a Casa Nem, espaço que acolhe pessoas LGBT que estavam em situação de rua ou que foram expulsas de casa. Ao ouvir relatos de suas vivências e histórias de vida, me senti motivado a pesquisar pessoas que tivessem em condições semelhantes às que encontrei por lá.

A dissertação será dividida em seis capítulos. O primeiro capítulo trará 4 sessões de referencial teórico. O primeiro tópico abordará gênero, cujas autoras-base seriam Rubin (1993), Scott (1995) e Butler (2017); identidade de gênero, representada por Jesus (2015) e teoria queer, com os autores-base Miskolci (2016) e Louro (2016).

A segunda sessão é intitulada: Transgeneridades Femininas. A sessão é dividida em três partes. Na primeira, ocorre um breve histórico do movimento social das transgeneridades femininas. Os autores base são Carvalho e Carrara (2013). Na segunda parte discorro sobre a bibliografia acerca de nomenclaturas e corpo das transgeneridades femininas, onde conto com obras de: Benedetti (2005), Petry e Meyer (2011) Jesus (2012), Barbosa (2013), Bento (2014), ainda trago Rodovalho (2017) e Leal (2017), autoras trans, para falar do termo cisgênero. A terceira e última parte da segunda sessão apresenta uma discussão acerca das transgeneridades, em que Peres (2012) e Bento (2014) contribuem com o debate.

A terceira sessão explana acerca da exclusão social e outros desdobramentos e conceitos, como estereótipo, estigma e vulnerabilidade. Os autores-base dessa sessão são: Goffman (1988), Foucault (1988, 2014) Escorel (1999), Ayres, França Junior, Calazans e Saletti Filho (2002) e Wanderley (2014).

A quarta e última sessão: “Transgeneridades femininas: da transfobia à situação de rua” abordará o conceito de transfobia a partir de Jesus e Alves (2010) e demais autores (a)s e, a partir deste, diversos assuntos do contexto de vida das mulheres transgêneras será abordado. Vivências na escola, dificuldades com o nome social, obstáculos no acesso à saúde e prostituição são temas escolhidos como foco de como os processos de exclusão e transfobia podem afetar diretamente a qualidade de vida de travesti, mulheres trans e pessoas trans no geral. A sessão ainda traz pesquisas amazonenses, feitas na cidade de Manaus, realizadas por Duque (2015), Nunes (2015) e Eufrázio (2017).

O marco teórico também conta com produções de escritoras travestis, como Jesus (2012, 2015), Dumaresq (2016), Rodovalho (2017) e Leal (2017). Vergueiro (2015) é mulher trans e seu artigo é ótimo para entendermos o ponto de vista de uma mulher trans partindo dela mesma. Considero coerente autoras (e)s trans/travestis estarem presentes porque vêm produzindo diversos materiais acadêmicos relevantes e não devem ser invisibilizados (a)s, ainda mais em uma produção sobre a temática que vivenciam.

Após o marco teórico, o capítulo 2 vem para explicar as bases metodológicas que servirão de estrutura e auxiliarão nos objetivos da pesquisa. Também vêm para nos trazer fundamentos da Teoria Construcionista, Práticas Discursivas como produção de sentido, cotidiano e a presença do pesquisador neste e, por fim, as técnicas das conversas informais e a utilização de diário de campo. Os (a)s autores (a)s base que trabalham estas metodologias são Foucault (1996), Certeau (1998), Peter Spink (2008), Mary Jane Spink (2010, 2014) Mary Jane Spink e Frezza (2013); Mary Jane Spink e Medrado (2013); Batista, Bernardes e Menegon (2014) e Medrado, Mary Jane Spink e Mélo (2014).

O capítulo 3 traz o percurso metodológico da pesquisa, como os critérios de inclusão e exclusão das participantes, como foram feitas as análises, riscos e benefícios desta. O capítulo 4 traz o diário de campo da pesquisa, mostrando a minha experiência enquanto pesquisador no cotidiano e como se deram os momentos de encontro com as participantes da pesquisa. O capítulo ainda introduz Almerinda, Geovana, Vitória e Kelly ao leitor, mostrando uma breve história de cada uma delas.

O capítulo 5, por sua vez, aborda as análises propriamente ditas, onde as sete categorias de análise presentes trazem em seus títulos as próprias práticas discursivas de nossas participantes. As categorias presentes, em sequência, abordam: identidade, relacionamentos amorosos, família, escola; saúde e alimentação; ocupação e habitação e violência. Por fim, apresento o capítulo 6, relatando a experiência do pesquisador cis no cotidiano, onde descrevo a vivência de ser um pesquisador cisgênero num cotidiano trans. Em

seguida, trago as “conclisderações” do trabalho e as referências. Agora podemos mergulhar mais na temática.

Partindo da ideia de gênero constituído culturalmente por Butler (2017), traz-se o conceito de heteronormatividade que engessam identidades que não se encontram dentro de um padrão estimulado pelas estruturas de poder. Ao não se adequar a um sistema excludente, que não reconhece pessoas como legítimas, outras identidades consideradas desviantes da norma (FOUCAULT, 1988) são invisibilizadas e apagadas socialmente de espaços de interação.

Quando falamos desses contextos, a limitação se estende à falta ou ausência de oportunidades que permitam o acesso a outros âmbitos, restritos àqueles que encontram-se em posição de privilégio por se adequarem a uma norma social (SCOTT, 1995). Dentro desse panorama, fala-se em feminilidades que são aceitas e vistas como aceitáveis, e aquelas que são deslegitimadas por não atenderem uma estrutura binária e redutiva de identidades (BUTLER, 2017).

Esta binaridade demarca identidades e corpos possíveis, pré-determinados por um sistema de sexo-gênero que vem para estipular o que é considerado e divulgado como normal (BUTLER, 2017). Quando se fecham as possibilidades de normalidade, ocorre a restrição e exclusão de diferentes corpos e identidades de gênero. Nessas delimitações, estruturas opressivas como o patriarcado e os sistemas de parentesco são formadas e propagadas como as únicas possibilidades (RUBIN, 1993).

Existem diferentes possibilidades de identidades e levanta-se o caráter fluido do processo de constituição destas (BENTO, 2014). Quando se parte desta visão variável, passa-se a considerar outras pessoas que vivenciam um processo de constituição identitária distinto do preconizado. Em meio a essa discussão, enfatiza-se a presença de uma postura queer. O queer, termo estrangeiro utilizado para rechaçar aqueles (a)s considerados (a)s estranhos (a)s, é empregado como forma de resistência a essas opressões históricas (MISKOLCI, 2016). Portanto, resumidamente, o olhar queer seria essa posição contestadora do que foi construído socialmente e que deve ser questionado, fazendo com que repensemos regras intransigentes e rígidas (LOURO, 2016).

As transgeneridades femininas, que não devem ser rotuladas em um único padrão de identidade (PERES, 2012; BARBOSA, 2013; BENTO, 2014), vivenciam inúmeros processos de corporeidade e interseccionalidades com questões de raça, étnicas, classe social entre outras.

O reconhecimento de diferentes transgeneridades é norteado pela autoidentificação das pessoas, sinalizando que devemos considerar a identidade de uma pessoa a partir do que ela tem a dizer, de como se declara. Este é um tópico fundamental em direção à horizontalidade em uma pesquisa, que valoriza as práticas discursivas enunciadas pelas próprias pessoas a partir de sua experiência cotidiana, enunciando que o processo de construção de identidade é realizado na interação social, dotado de fatores históricos e culturais (BUTLER, 2017).

As identidades trans, em especial travestis e mulheres transgêneras nesta pesquisa, se encontram em posição de estigma e preconceito por não atenderem a uma expectativa de sexo biológico e gênero sobre o que se gerou como corretos (JESUS, 2015). A partir disso, se discorre acerca de processos de exclusão social, estigmas, marginalização e estereótipos que inúmeras identidades sofrem. Todos esses movimentos de exclusão fazem com que ocorra a anulação das transgeneridades, bem como de suas práticas discursivas e suas particularidades, ocasionando suas vulnerabilidades, além da própria transfobia (JESUS, 2015) que sofrem cotidianamente.

Diante da escolha da temática, algumas perguntas foram sendo colocadas em meus pensamentos: **qual o discurso das transgeneridades femininas? Como são construídas as identidades das transgeneridades femininas em situação de rua? Quais são as dificuldades que elas possuem nesses ambientes?** Desejo estabelecer um espaço de troca com travestis e mulheres trans que possa fazer com que eu conheça suas falas, narrativas e histórias de vida, possivelmente, participar dos seus cotidianos. Espero desenvolver a troca. Desenvolver conjuntamente um projeto que espera publicizar práticas discursivas que não estão visíveis ou audíveis em inúmeros espaços. Pode ser que, ao concretizar a pesquisa, consigamos trazer o seu universo, mostrando que falar sobre gênero é uma forma de mostrar que estas identidades importam e serão ouvidas.

Portanto, os objetivos específicos da pesquisa são: identificar as práticas discursivas relacionadas à identificação das transgeneridades femininas em situação de rua; conhecer o processo de construção das identidades das transgeneridades femininas através de conversas informais e descrever as dificuldades e demandas das transgeneridades femininas em situação de rua. Por fim, o objetivo geral: compreender o cotidiano das transgeneridades femininas que se encontram em situação de rua a partir de seus relatos.

Como embasamento teórico-epistemológico desta pesquisa, foi escolhida a Teoria Construcionista para nos guiar devido a se objetivar percorrer um caminho que vise à construção e produção do conhecimento nas relações sociais, sendo isso o que preconiza a

teoria. Além de romper com um modelo naturalizante de se fazer pesquisa, prioriza o lugar da linguagem como essencial na realização de conversas informais no campo de pesquisa.

Estas conversas informais como instrumento de interação social vêm exatamente para nos colocar em contato com os micro-lugares (SPINK, p. 2008) que percorrerei, vivenciando o cotidiano de travestis e mulheres trans. Estas conversas representam a dinamicidade que as práticas discursivas podem proporcionar por meio de uma conversa, onde não há planejamento e preparação para uma entrevista (MENEGON, 2014). O diálogo apenas ocorre espontaneamente, a linguagem em ação acontece no contato com outras pessoas.

A vivência deste cotidiano será registrada num diário de campo, que consiste na experiência ampla do pesquisador vivendo seu campo-tema, que não se restringe apenas ao local das interações, mas a tudo que se relacionar com a temática (MEDRADO, SPINK, m. j. e MELLO, 2014).

O projeto realizou contato com 4 transgeneridades femininas em situação de rua. A análise dos resultados se deu por meio da elaboração do diário de campo (MEDRADO, m. j. SPINK & MELLO, 2014). Após a execução do diário, houve uma divisão temática do que foi dito e a análise foi feita por meio da utilização de bibliografia concernente aos temas encontrados, majoritariamente, escrita por autoras travestis, trans, bichas e não hegemônicas.

CAPÍTULO 1

1. MARCO TEÓRICO

1.1 Gênero, Identidade de Gênero e Teoria Queer

É necessário falar sobre gênero como categoria de análise e como o termo foi sendo abordado por estudiosas (o)s. Sendo assim, Rubin (1993) nos introduz em uma discussão acerca do conceito de gênero ao dissertar sobre o lugar da mulher na sociedade, que vem sendo utilizada como produto de um sistema de dominação.

Diante dessa opressão que mulheres vêm sofrendo ao longo da história, passa-se a questionar o que a autora chama de “sistema de sexo/gênero” (RUBIN, 1993, p.2), em que o sexo biológico passa a ser matéria-prima nas mãos de um aparelho que transforma biologia e determina o que este corpo irá representar, tornando-se resultado das necessidades humanas. Scott (1995) é outra autora feminista que vem para reforçar a crítica ao uso biologicista com o qual o termo gênero foi utilizado em seus momentos de discussões iniciais, atrelando o sexo biológico ao gênero de uma pessoa, mostrando ainda que este determinismo pode ser responsável pela rigidez do que se considera feminilidade e ser mulher.

O estudo trazido por Butler (2017) acrescenta nessa discussão sobre ser mulher e sua relação com os fatores de sexo e gênero, onde evidencia suas diferenças. Nesse momento, explicita-se que o sexo corresponde à biologia, mas que o gênero não é ligado a esta, sendo culturalmente estabelecido. O preceito de que ser homem não corresponde ao sexo masculino e ser mulher não corresponde ao sexo feminino vem para quebrar um sistema binário e ainda levanta-se que esses dois gêneros não são os únicos. Portanto, não há uma determinação direta entre gênero e sexo, sendo o gênero uma instância fluida (BUTLER, 2017).

Esse engessamento o qual a feminilidade está sujeita é expresso por Rubin (1993), que faz uma crítica a como o sistema capitalista enxerga a mulher na sociedade e que isso faz com que sejam vistas como auxiliares do capital por serem estimuladas a ocupar um papel doméstico, fortalecendo um sistema opressor. As mulheres ocupando o papel doméstico sem receber salários servem como aliadas do capitalismo já que este não gasta dinheiro com elas e ainda contribuem para a melhor produção dos homens trabalhadores da indústria. Este lugar ocupado pela mulher na sociedade nos mostra que estas passam a ocupar um lugar importante

nas engrenagens da estrutura de poder, pois geram lucro para aqueles que se encontram na posição de dominação (FOUCAULT, 2014).

O capitalismo enraíza em nossa cultura ocidental padrões de masculinidade e feminilidade que acabam por servir de propulsores de um domínio opressor e mantenedor de desigualdade social (RUBIN, 1993). O papel da esposa como aquela que vem para suprir as necessidades do marido expõe a moralidade e um contexto que distancia a mulher de um lugar de destaque e protagonismo.

Rubin (1993) enfatiza que o capitalismo se aproveita dos papéis de gênero, em específico aqui, do papel da mulher, porém, não é o precursor desta opressão, que já ocorria por muito tempo. Levanta-se, então, a necessidade de mostrar que o capitalismo é apenas uma das formas de opressão em uma sociedade, já que presenciamos outros modelos de opressão, como o patriarcado. Desta forma os papéis de gênero passam a ser reforçados socialmente com a finalidade de servir às estruturas de poder.

O patriarcado pode ser levantado como um exemplo de opressão que antecede o capitalismo, mostrando que a dominação parte de diversos contextos (RUBIN, 1993). O patriarcado viria para sustentar a submissão das mulheres aos homens, tornando a sexualidade da mulher distante dela mesma, refém de um sistema que necessita do seu corpo em detrimento da reprodução (SCOTT, 1995).

Outra forma de subordinação e opressão pode ser encontrada no descrito por Rubin (1993) ao discorrer sobre os sistemas de parentesco:

No nível mais geral, a organização social do sexo repousa sobre o gênero, a heterossexualidade obrigatória e a coerção da sexualidade feminina, gênero é uma divisão dos sexos socialmente imposta. É um produto das relações sociais de sexualidade. Os sistemas de parentesco repousam sobre o casamento. Portanto eles transformam machos e fêmeas em “homens” e “mulheres”, cada qual uma metade incompleta que só pode encontrar a completude quando unida à outra. (RUBIN, 1993, p. 11).

Essa complementaridade determinada socialmente a partir do sexo biológico acaba por estipular e categorizar o que é ser feminino e masculino, causando repressão a todos aqueles que não se enquadram na norma estipulada pelo sistema no qual estão inclusos. Portanto, não somente a mulher sofre com a opressão, mas todos aqueles que compõem a sociedade limitada por padrões de gênero (RUBIN, 1993).

Diante das diversas formas de opressão que mulheres sofrem, se fez necessário ampliar o olhar sobre o que se entendia sobre gênero para compreender as diversas faces do controle exercido sobre as pessoas (SCOTT, 1995). Diante da extensão dos estudos sobre gênero, é de contribuição destacar o escrito por Butler (2017) ao questionar o conceito de problema, já que, de acordo com ela, problema seria aquilo que traria revolta e ainda mais problematizações diante daqueles que detém o poder. Questionar a norma vigente seria, então, um problema; e isso pode ser positivo.

Em meio a essa problematização, Scott (1995) denuncia a falta de percepção do que se entende por gênero, que pode acabar por ocasionar confusão e conexão direta com o sexo biológico. Esta questão trazida pela autora é relatada na passagem abaixo, quando disserta sobre como as teorias que tratavam de gênero se colocavam:

Estas teorias tiveram, no melhor dos casos, um caráter limitado porque elas tendem a incluir generalizações redutoras ou simples demais: estas minam não só o sentido da complexidade da causalidade social tal qual proposta pela história como disciplina, mas também o engajamento feminista na elaboração de análises que levam à mudança (SCOTT, 1995, p. 6).

Scott (1995) ainda mostra que o termo gênero, por muito tempo durante a década de 1980, foi vinculado estritamente às mulheres, sendo em muitos momentos até substituído pelo termo mulher. Ao se limitar o debate a respeito do termo, ocorre uma separação e um distanciamento, como se a história das mulheres fosse independente, o que exime homens de qualquer responsabilização por comporem uma estrutura dominante e barrar discussões que seriam bem mais aproveitadas se ampliadas, provocando mudanças e enfrentamentos. Faz-se necessário, portanto, rever e buscar formas de se combater estruturas que já se encontram consolidadas e que acabam por naturalizar e engessar determinadas identidades (BUTLER, 2017).

Scott (1995) demonstra também o quanto o discurso acerca do gênero pode acabar por agir na manutenção de estereótipos sobre o que é ser homem e ser mulher em sociedade, assim como a ruptura das práticas sexuais e sociais de ambos. Essa concepção polarizada e dicotômica de sexo é reforçada pelo discurso que é repassado ao longo das gerações; isso assegura a manutenção desta estrutura binária (BUTLER, 2017). O gênero, então passa a ser vinculado ao discurso do sexo, atrelado equivocadamente ao discurso atribuído ao biológico. Foucault (1988) corrobora com as autoras ao explicar que no século XIX, não apenas se observa a fuga dessas discussões a respeito do sexo, mas também a repressão de toda e

qualquer forma de abordagem ou material trazido pelas crianças, que não podem e não devem falar de corpo e de suas próprias vivências singulares.

Toda esta onda de repressão à sexualidade estaria ligada ao poder e Foucault (1988) explana acerca de que uma das possibilidades de modificação deste contexto seria o da subversão às regras. Sendo assim, segundo Rubin (1993), haveria uma suposta desconformidade em relação às teorias, como a psicanálise, que se omitiria e não se oporia a esse modelo controlador, contribuindo para a manutenção de um padrão que facilitaria o trabalho da burguesia, que por sua vez consistiria em um grande serviço a favor do capitalismo emergente na época.

O descontentamento com a psicanálise repousa no fato de que esta partiria de um preceito de que seu construto estimularia ou explicaria o desenvolvimento das pessoas de forma desigual e normatizante, contribuindo para a padronização de identidades e para o binarismo destas (RUBIN, 1993). A teoria seria responsável pela explanação de que a mulher teria inveja do pênis e sofreria mais conflitos que o homem no decorrer do seu desenvolvimento, absorvendo um lugar de inferioridade. A psicanálise, apesar de defender a bissexualidade inicial, também explicaria o desenvolvimento humano como aquele que institui o tabu da homossexualidade antes mesmo do incesto. Isto reforça a heterossexualidade compulsória, o que seria maléfico para a discussão e visibilidade de outras diversidades sexuais e de gênero (BUTLER, 2017).

Todas essas forças apresentadas, como o patriarcado, sistemas de parentesco, capitalismo e outras denotam a presença e constituição de uma sociedade binária (RUBIN,1993; SCOTT,1995; BUTLER, 2017). Assim, estas instâncias colaboram para a manutenção da dualidade entre o masculino e o feminino, trabalhando para a conservação desse sistema binário; local onde se fala de gênero (BUTLER, 2017). Jesus (2015) também questiona a binaridade ao mostrar que a identidade de cada pessoa é constituída de maneira singular.

A partir do apresentado acima, chegamos ao conceito de identidade de gênero, onde Jesus (2015) expressa:

Ao contrário da crença comum hoje em dia, adotada por algumas vertentes científicas, entende-se que a vivência de um gênero (social, cultural) discordante com o que se esperaria de alguém de um determinado sexo (biológico) é uma questão de identidade, e não um transtorno (JESUS, 2015, p. 54).

O descrito por Jesus (2015) corrobora com Butler (2017), ao questionar a binaridade da nossa sociedade, onde muitas identidades que não se enquadram com o gênero que lhes fora atribuído ao nascer, são rotuladas e, até mesmo diagnosticadas como detentoras de um transtorno. Portanto, não se trata de doença, mas sim, de uma questão de identidade; uma construção social.

Esta questão do não reconhecimento de outras identidades é descrita por Butler (2017), que também fala de uma problemática encontrada entre as feministas sobre o que é ser mulher. Ser mulher pode representar um significado para cada pessoa, pois o gênero não é constituído seguindo lógicas ou coerências (BUTLER, 2017). Devem-se levar em conta as interseccionalidades, como a classe social, racial, entre outras, já que a definição de mulher varia de acordo com a história e contexto de cada uma. Há uma revelação de que a tendência a universalizar o feminismo faz com que ocorra um afastamento de outras pessoas a essa categoria (BUTLER, 2017). Ainda que a causa seja em direção à liberdade, os processos de constituição reproduziriam exclusão ao longo do percurso e poderiam falhar em representar o feminino em diversas realidades.

As identidades trans tem sido alvo deste processo por não se enquadrarem nessa estipulação de gênero atrelada a um sexo biológico (JESUS, 2015). Seguindo na discussão de identidade de gênero, levanta-se a necessidade de destacar que esta é elaborada no cotidiano, como explica Bento (2014):

Quando discuti as performatividades que fazem o gênero, destaquei que a identidade de gênero não é uma essência que adquire visibilidade pelos atos; ao contrário, são os atos, linguísticos e corporais que darão vida aos sujeitos generificados. O trabalho de fabricação das identidades é permanente, tem um caráter incluso (BENTO, 2014, p. 253).

Ao falar de identidade, Bento (2014) faz questão de enfatizar o caráter fluido desta; discorre-se sobre sua mobilidade e variabilidade, uma vez que as interações sociais são constantes e influenciadoras de como cada pessoa se enxerga e se transforma a partir da forma como vivencia o mundo. Considera-se importante falar de identidade partindo deste caráter volúvel, a fim de não se demarcar rotulações rígidas e fixamente pré-concebidas quando formos falar de identidades individuais ou coletivas, como as identidades trans, que falaremos mais a frente.

Faz-se necessário, também, falar de Butler e como esta autora enxerga a questão da identidade. Relacionando com o conceito de identidade apresentado, a metodologia apresentada por Butler, na leitura de Salih (2013), mostra que a autora trabalha com a dialética para falar de identidade, pois, de acordo com Butler, nunca alcançaremos uma resposta definitiva para nossas perguntas. A continuidade está sempre presente, assim como a refutação daquilo que já foi apresentado anteriormente; busca-se uma fluidez que não rotule ou fixe identidades de maneira rígida.

Ao falar sobre identidades, Salih (2013) traz a concepção de Butler sobre a visão que esta apresenta sobre a utilização de termos:

Por “esses termos”, quero me referir a categorias de identidade como “gay”, “hétero”, “bissexual”, “transexual”, “negro” e “branco”, bem como a noções como “verdade”, “correto” e “norma”. O trabalho de Butler se envolve numa discussão dialética com as categorias pelas quais o sujeito é descrito e constituído, investigando por que o sujeito é hoje configurado do modo como é, e sugerindo que é possível fazer com que modos alternativos de descrição estejam disponíveis dentro das estruturas existentes de poder (SALIH, 2013, p. 13).

A análise de Salih sobre os estudos de Butler é essencial para nos situarmos diante de um conceito, representado pela palavra “queer”, que viria para abarcar as identidades de maneira amplas e fluidas, sem que identidades precisassem assumir posturas rígidas e determinadas pela cultura (BENTO, 2014). A política queer passa a tomar forma nos anos 60, com a crítica à ideia de adequação das identidades consideradas desviantes pela norma e se consolida como teoria nos anos 1980, com a emergência da AIDS e o discurso posterior de que a doença estaria atrelada ao sexo (MISKOLCI, 2016). O movimento conservador que se seguiu passava a responsabilizar todas as pessoas que não seguissem à risca um estilo de prática sexual considerado tradicional; esta movimentação foi responsável pela resposta dos movimentos sociais, que passaram a ser vítimas de culpabilização feita pelos conservadores. A AIDS, portanto, consistiu em um estímulo para a estruturação maior da teoria queer e sua política.

Após um breve relato da história queer, Louro (2016) explana acerca da significação do termo:

Queer é tudo isso: é estranho, raro, esquisito. Queer é, também, o sujeito da sexualidade desviante – homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, *drags*. É o excêntrico que não deseja ser “integrado” e muito menos “tolerado”. Queer é um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência; um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do “entre lugares”, do indecidível. Queer é um corpo estranho, que incomoda, que perturba, provoca e fascina (LOURO, 2016, p. 7 e 8).

Com origem na língua inglesa, o termo queer é utilizado como xingamento para menosprezar aqueles que seriam considerados anormais e esquisitos (MISKOLCI, 2016). A adoção do termo vem justamente para representar resistência à opressão de uma sociedade heteronormativa e reguladora. Queer, que inicialmente pode causar uma ideia de ligação ao contexto homossexual, abrange todas aquelas pessoas que, de alguma forma, podem consistir em uma ameaça à ordem pública por não se enquadrarem nos padrões estabelecidos (MISKOLCI, 2016). Com a extensão de seu significado, a palavra ganha novas conotações e interpretações. A teoria queer não se restringe somente ao campo da homossexualidade, se debruça sobre as noções socialmente construídas de sujeito e identidade (LOURO, 2016).

Partindo desse princípio, a teoria queer questiona movimentos sociais, inclusive compostos por gays e lésbicas. Dentro destes movimentos, a busca era composta, em sua maioria por pessoas brancas, de classes sociais mais altas, que buscavam um pertencimento à norma, almejavam fazer parte do sistema e serem aceitos por ele; postura divergente de teóricos queer, que defendem uma crítica direcionada a esse sistema, como funciona, que normas e regras dita e como a cultura age sobre os sujeitos (MISKOLCI, 2016).

Louro (2016) aponta que o queer segue rumo ao estranho, à contestação, o que, logicamente, distancia essa postura de uma atitude de aplicação exata de determinadas ideias. Esse posicionamento gerou certo receio pela aparente dificuldade em se abordar um sujeito que não se consolida, que não se define, porém, a história mostrou que diversos movimentos que antes não tinham voz, obtiveram mais espaço para expor suas demandas, como no caso das transgeneridades no Brasil (MISKOLCI, 2016).

Logo, a teoria e o olhar queer para a nossa sociedade podem ser de inestimável valor para que possamos repensar a fluidez e o direito de identidades diferentes a se posicionarem e se repensarem enquanto sujeitos, uma vez que não é preciso ter ou se identificar com determinada identidade para se sofrer com a normatividade e com padrões excludentes. O pensamento queer nos permite viver a incompletude e a indefinição e a repensar gênero, sem

nos preocuparmos com o resultado de um suposto caminho, mas sim com o percurso pensante e questionador deste trajeto (LOURO, 2016).

1.2 Transgeneridades femininas

1.2.1 Breve introdução histórica

A influência da heteronormatividade em nossa sociedade é algo presente e afeta diretamente aquelas identidades de gênero que não se encaixam no padrão estabelecido por essa norma (PETRY & MEYER, 2010). O texto de Carvalho e Carrara (2013) é um ótimo ponto de partida para discutirmos transgeneridades, uma vez que nos situa num contexto histórico dos movimentos das travestis e mulheres trans, contendo depoimentos e falas delas próprias.

Ressalta-se, também, o compromisso de agirmos sob luz da teoria queer, já abordada na última sessão (SALIH, 2013; MISKOLCI, 2015; LOURO, 2016) e não buscarmos a classificação rígida das identidades, uma vez que buscamos a plularidade e auxílio na visibilidade das diversas formas de ser trans.

Carvalho e Carrara (2013) utilizam entrevistas com algumas participantes dos movimentos sociais da época, que continuam na luta ainda hoje, como Indianara Siqueira, citada no memorial deste projeto. O seu artigo mostra relatos de pessoas que vivenciaram e vivenciam o gênero e sua desconstrução. Desta forma, amplia-se a discussão para além do contexto acadêmico.

Por volta da década de 1960, ainda não se utilizava a palavra travesti como construção identitária, restando ao termo “bicha” abarcar as identidades voltadas ao gay afeminado e às travestis, muito mais popularizadas com o decorrer das décadas (CARVALHO & CARRARA, 2013). Ainda se traz à tona a utilização do termo “viado”, descrito por Barbosa:

A categoria “viado” é historicamente relacionada no Brasil a convenções que associam homossexualidade a performances de gênero femininas em corpos masculinos, sendo utilizada para práticas de ofensa, preconceito e violência (BARBOSA, 2013, p. 368).

Percebe-se, então, que na década de 1960 ainda não era claro para as pessoas o que seria identidade de gênero e orientação sexual, nem mesmo para o próprio movimento (CARVALHO & CARRARA, 2013). Levanta-se, então, a necessidade de se discorrer acerca

do conceito de orientação sexual, uma vez que se distingue do conceito de gênero por estar relacionado a por quem uma pessoa sente atração afetiva e sexual. Assim como não existem apenas homens e mulheres, existem diferentes orientações sexuais, onde Jesus (2102) explana abaixo:

Tal qual as demais pessoas, uma pessoa trans pode ser bissexual, heterossexual ou homossexual, dependendo do gênero que adota e do gênero com relação ao qual se atrai afetivossexualmente: mulheres transexuais que se atraem por homens são heterossexuais, tal como seus parceiros; homens transexuais que se atraem por mulheres também o são. Já mulheres transexuais que se atraem por outras mulheres são homossexuais, e homens transexuais que se atraem por outros homens também. Não se pode esquecer, igualmente, das pessoas com orientação sexual bissexual (JESUS, 2012, p 12 e 13).

A explicação acima elucidada o significado de orientação sexual, mostrando que pessoas transgêneras podem ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais e qualquer outra orientação distinta destas, mostrando que as identidades trans não apresentam somente a orientação sexual homossexual como a única possível (JESUS, 2012). Uma das razões para tal confusão pode se estabelecer pelo fato trazido por Barbosa (2013) de que as identidades trans estariam ligadas no imaginário social ao termo “viado”, empregado para designar homossexuais de forma pejorativa.

Com a elucidação maior trazida pelo uso do termo orientação sexual, o conceito travesti emerge como identidade, não mais diluída entre uma suposta categoria da homossexualidade, uma vez que ser travesti e se identificar como uma não está relacionado a sentir atração pelo gênero oposto (CARVALHO & CARRARA, 2013). Neste período de distinção de termos, há a diferenciação entre homossexual e travesti, pelo primeiro estar ligado a orientação sexual e a segunda a identidade de gênero.

1.2.2 Trangeneridades: Nomenclaturas e Corpo

O movimento de travestis começou a tomar corpo a partir de demandas voltadas ao HIV/AIDS e à violência praticada contra as travestis; abrigos foram criados para acolher travestis soropositivas e vítimas de violência e aquele lugar de apoio parecia consistir no início de movimentos que viriam a se formar nos anos 1980 (CARVALHO & CARRARA,

2013). A identidade travesti no Brasil foi marcada pela associação à prostituição e, geralmente, não se constituindo uma regra, à mudanças corporais, além de ocuparem um lugar de luta pelo seu posto de identidade, na busca por visibilidade para uma categoria que, aos poucos, foi se desvinculando da ideia do lugar de homossexualidade.

Jesus (2012) traz a perspectiva de que travesti é uma categoria muito presente na realidade brasileira sendo empregada muitas vezes pejorativamente. As travestis vivem um contexto de exclusão acentuado, vivenciando violências na escola e tendo as portas fechadas para o mercado de trabalho, precisando recorrer à prostituição em inúmeros casos. Porém, vale ressaltar que profissional do sexo não é a única atividade a ser desenvolvida pelas travestis, uma vez que possuem menos espaço e oportunidades para alcançar diferentes funções. Grande parte das travestis reivindica ser tratada no feminino, por isso nos referimos a elas como as travestis. A autora ainda traz que as travestis vivenciam papéis de gênero femininos, mas não se identificariam com o binarismo homem/mulher e sim, participante de outro gênero ou sem enquadrar-se em nenhum (JESUS, 2012).

Percorrendo, também, o percurso do questionamento à definição rígida e engessante, Benedetti traz sua visão acerca das travestis:

As travestis não desejam ser como as mulheres. Seu objetivo, ante, é se sentirem como mulheres, se sentirem femininas. Vivem a experiência do gênero como um jogo artificial e passível de recriação. Por isso, criam um feminino particular, com valores ambíguos. Um feminino que se constrói e se define em relação ao masculino. Um feminino que é por vezes masculino. Vivem, enfim, um gênero ambíguo, borrado sem limites e separações (BENEDETTI, 2005, p.132).

Podem-se perceber diversas tentativas de se categorizar as travestis. Todas as definições partiram de lugares importantes de pesquisa e representam a visão que o (a)s autores (a)s tiveram em seus estudos. A pluralidade de explicações nos conduzirá a um lugar de discussão que objetiva a ampliação e abrangência das visões apresentadas, porém, deseja-se chamar a atenção desde já para a quebra de limites quanto ao gênero trazida, especialmente por Benedetti (2005) e Jesus (2012). Tópicos como identidade, não conformidade e corpo foram abordados e serão aprofundados em momentos futuros desta sessão.

Após as passagens direcionadas às travestis, Carvalho e Carrara (2013) expressam que apenas nos anos 1990 que passaria a se falar mais sobre transexualidade como nova categoria identitária. Porém, antes de falarmos acerca do termo transexualidade, faz-se necessário abordarmos os conceitos de transgênero e cisgênero.

Um tópico basal para se discutir nomenclatura, termos e identidades no movimento vem acontecer após a abertura de portas para a influência estrangeira no país, que é contestada por travestis e pessoas trans do país (CARVALHO & CARRARA, 2013). Diante deste movimento, se sugestionou e se pressionou a adoção do termo transgênero para unificar as identidades travesti e transexual, que buscava a garantia de direitos mais efetiva para todos e todas, corroborando com Vencato (2003) ao discorrer que transgênero é originário do termo *transgender* e, por muito tempo, serviu de tradução para diversos termos em português, como transexual e travesti. Porém, travestis e transexuais reivindicavam que possuíam demandas e dificuldades distintas uma das outras, além de não se sentirem contempladas culturalmente por um termo desconhecido que não representava suas identidades (CARVALHO & CARRARA, 2013).

Ainda assim, Dodi Leal (2017), autora travesti, ressalta o uso do termo transgeneridade para falarmos de identidades não-cisgêneras e não realizarmos distinções de corpos trans, uma vez que há uma tendência a se ligar identidades trans a processos corporais. Esta conexão acaba por segmentar transgeneridades enquanto a cisgeneridade permanece hegemônica e incontestável. Por conta disso opto pelo uso da categoria transgeneridades femininas na dissertação de modo que esta compartimentalização de identidades não ocorra já que transgeneridades é um termo que engloba as identidades trans e não-cisgêneras.

No cotidiano, a palavra trans também foi inserida nos debates e na cultura brasileira por influência estrangeira, esta acabou se adaptando mais do que transgênero, do inglês *transgender* (CARVALHO & CARRARA, 2013); deixa-se claro, contudo, que isso não impede que qualquer pessoa se identifique como transgênero, uma vez que a identidade é algo autodeclarável e deve ser respeitada.

Um fator interessante a se levantar nessa discussão é a questão da autoidentificação, onde Barbosa (2013) apresenta:

Existiam participantes que não se utilizavam nem da categoria travesti nem da transexual, recorrendo a outras como “mulher que vive a transexualidade”, “transex”, “trans” ou somente “mulher”, além de termos historicamente ligados à (homo)ssexualidade, como “gay”, “homossexual” e “viado” (BARBOSA, 2013, p.355).

O relato acima, a partir da pesquisa da autora, nos mostra que as identificações são plurais e não temos que nos ater a nomenclaturas específicas quando falamos sobre

identidades. Além da questão de identidade de gênero, Barbosa (2013) também chama atenção para as interseccionalidades, que envolvem raça, classe social, sexualidade e geração mostrando que as individualidades são múltiplas e possuem muitos fatores que permeiam suas vivências.

Ao falarmos de transgeneridades e classificação quanto a gênero, Jesus (2012) destaca que nesse universo que se utiliza de categorias para falar de sujeitos, todas as identidades podem ser delimitadas em transgênero ou cisgênero. Neste contexto, a autora discorre que: “Chamamos de cisgênero, ou de “cis”, as pessoas que se identifica com o gênero que lhes foi atribuído ao nascimento (JESUS, 2012, p. 10)”. Ainda de acordo com ela: “Denominamos as pessoas não-cisgênero, as que não se identificam com o gênero que lhes foi determinado, como transgênero, ou trans (JESUS, 2012, p.10)”.

A respeito do termo cisgênero, Dumaresq faz a seguinte consideração:

Pois, do mesmo modo que a palavra *transgênero* marca a pessoa como um objeto observado e estudado, para o qual há um corpo de conhecimento descritivo (produzido por pessoas cisgêneras), assim também a palavra cisgênero pressupõe uma pessoa transgênera que observa, escuta e conhece aqueles tidos como “normais” pela sociedade. E, principalmente, a palavra *cisgênero* é ótima para as *pessoas cis* entenderem que os rótulos, como o *transgênero*, são como cheques em branco para os “especialistas” que acabam descontados na conta da imagem social e política das pessoas assim rotuladas... (DUMARESQ, 2016, p.126).

Rodvalho (2017), autora travesti, levanta que o uso do termo “cis” existe justamente para se contrapor a qualquer redução que o termo trans pode apresentar em seu emprego em diversos contextos. O nome cis seria uma espécie de resposta à nomeação desenfreada que não é suficiente para falar de pessoas chamadas trans; a utilização viria para que pessoas cis fossem tratadas da mesma forma e percebessem os efeitos das nomeações que aplicam, além de se configurarem numa forma de terminologia a fim de que possam ser observadas pelas pessoas transgêneras.

Deste modo, pessoas trans se configuram como identidades e Jesus (2012) explana que cada pessoa trans vivencia de forma distinta a relação com o gênero com o qual se identificam, sendo sempre este diferente daquele que foi designado socialmente. Porém, ao falar de homens e mulheres trans, Jesus (2012) aponta que estes (a)s reivindicam serem tratados como homens e mulheres, respectivamente.

Para Petry e Meyer (2011) os transexuais seriam aqueles que não possuem identificação com seu gênero designado e também podem apresentar insatisfação com seu sexo, podendo viver insatisfeitos com o corpo que têm, realizar procedimentos de alterações secundárias ou realizar a cirurgia para alteração da genitália (PETRY & MEYER, 2011).

Além das definições apresentadas, é preciso problematizar a visão biomédica expressa por Petry e Meyer:

Transexuais seriam aqueles indivíduos que se considerariam afetados por um transtorno envolvendo a sua identidade de gênero, o que significa, nessa linguagem diagnóstica, que eles não se reconhecem no corpo com o qual vivem, podendo apresentar, inclusive, aversão ao seu sexo biológico. No âmbito do referido discurso, indivíduos transgêneros poderiam ser considerados como “falsos transexuais” ou travestis, porque estes indivíduos, apesar de manifestarem o que, ali, se reconhece como incongruência entre sexo e gênero, constroem seus corpos de acordo com o gênero desejado e vivem como homens e/ou mulheres, ou atravessam constantemente estas fronteiras, sem almejar a cirurgia de mudança de sexo (PETRY & MEYER, 2011, p. 194).

Diante do exposto, questiona-se com veemência a visão biomédica uma vez que para se iniciar um processo transexualizador, o indivíduo deve ser diagnosticado com Disforia de Gênero, de acordo com o DSM-V (2014). A principal crítica repousa no fato de um indivíduo precisar ter um transtorno para ser visto como transexual por um sistema binário que aceita as diferenças de gênero, contanto que sejam vistas como erradas ou detentoras de um diagnóstico (PETRY & MEYER, 2010). Assim, se mantém a heterossexualidade compulsória como referência. O diagnóstico de Disforia de Gênero, além de não reconhecer a pluralidade das identidades ainda distancia ainda mais outras que desejam realizar mudanças corporais, mas que não necessitam da cirurgia de redesignação sexual. O sistema, mesmo quando parece, supostamente, lidar com pessoas trans, estipula apenas um modelo, marginalizando as diferentes transgeneridades (PETRY & MEYER, 2010).

Vale ressaltar que a busca por técnicas alternativas e ilegais de mudanças corporais também é resultado das dificuldades de acesso ao Processo Transexualizador oferecido pelo Sistema Único de Saúde (SUS):

Se, por um lado, a realização de tais procedimentos no âmbito privado e o oferecimento de consentimento não afastam a “ilegalidade” que caracteriza seu exercício, por outro, a urgência em “ficar pronta” para ter assegurada a

sua subsistência, somada às atuais dificuldades em acesso ao Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS) – em face à facilidade de acesso à “bombadeira” -, parece significativa no processo decisório de travestis e transexuais (GUIMARÃES, 2016, p. 42).

Recorrer às bombadeiras, mulheres que realizam a aplicação de silicone líquido em seus corpos e rostos, acaba por resolver, de certa forma, a urgência que as mulheres trans vivenciam em seu cotidiano (GUIMARÃES, 2011). Ainda que ocorram situações fatais, como descreve Guimarães (2011), abandonar esta espécie de serviço faria com que diversas travestis e mulheres trans perdessem uma fonte de modificação corporal acessível, ainda que perigosa. Portanto, a saga por esse corpo ameniza a rotina e a discordância das transgeneridades femininas na relação com estes, uma vez que, ainda que façam procedimentos físicos, encontram-se distantes do reconhecimento social.

Benedetti (2005) contribui para a discussão ao trazer que o uso de hormônios demarca o auxílio necessário para a construção deste corpo feminino. Este auxilia na alteração dos seios, pelos, silhuetas de modo a alcançarem uma proximidade com suas identidades. O tratamento realizado é aplicado frequentemente sob a ajuda de outras colegas travestis que estão aplicando ou já aplicaram em seus corpos. O silicone em alguns contextos viria para aprimorar o que o hormônio já iniciou.

Diante deste processo transexualizador, fornecido pelo SUS de maneira excludente e padronizada, de um modo que não abrange especificidades e identidades plurais, Leal (2017) questiona a própria utilização do termo transexual. Este estaria atrelado diretamente à noção de patologização do corpo e da identidade, contribuindo, também para que as transgeneridades sejam ligadas a fatores sexuais, sendo limitadas a fatores corporais, e não a questões de gênero. Vemos um modelo de sistema de saúde cisgenerificado que vem para ditar como pessoas trans devem se afirmar para terem acesso a um direito sobre seus corpos, além de atrelar toda sua identidade a seus órgãos genitais.

Um fator que vem para somar à discussão é a ausência de sentido quando falamos no termo transexual diante dos termos cisgênero e transgênero, não havendo um termo como cissexualidade, evidenciando que o termo transexual pode servir para que haja uma limitação do processo de construção das identidades e performatividades trans (LEAL, 2017).

1.2.3 Transgeneridades

Bento (2014) aborda que muitos entendem a transexualidade como uma busca para a modificação de modo a exercer a heterossexualidade que seria, supostamente, necessitada por transexuais, logo, se recorreria à cirurgia de redesignação sexual como forma de vivenciar essa sexualidade. Porém, levanta-se que muitas pessoas trans também são lésbicas e gays, mostrando que ser uma pessoa trans não está ligado à orientação que a pessoa possui bem como a busca pela cirurgia não estaria ligada à busca pelo exercício da heterossexualidade. Bento (2014) traz que a impossibilidade de compreensão da homossexualidade em pessoas trans seria reflexo do binarismo abordado em diversos momentos, em que se busca pela rotulação da sociedade. Neste âmbito, as pessoas trans deveriam seguir a heteronormatividade, não possuindo espaço para viverem suas sexualidades divergentes da heterossexual.

As pessoas trans encontram-se em movimentos constantes de resistência diante do poder de uma estrutura regulamentadora. Suas próprias existências já se configuram em enfrentamentos e, na medida em que buscam esse movimento de independência, assumem lugares de destaque, evidenciando seus papéis de protagonismo (PERES, 2012).

A resistência descrita acima se mostra presente em contextos ligados ao corpo. Em virtude do caráter essencial atribuído à cirurgia de redesignação sexual passou-se a estipular o que seria considerada uma mulher verdadeira e, após o procedimento, a mulher transexual, após passar pelos enquadres do sistema cis de saúde, receberia uma espécie de título de mulher legítima. Este efeito da medicina regulamentando o se sentir mulher contribui para que outras mulheres e feminilidades acabem por serem deslegitimadas por não seguirem uma norma estipulada verticalmente (BARBOSA, 2013).

Bento (2014) dialoga com Barbosa (2013) ao mostrar que, dentro do contexto das transgeneridades, ainda anseia-se encontrar o que seria um (a) transexual verdadeiro (a). Deste modo, é possível que se estabeleçam ordens e hierarquias que visem chegar ao transexual legítimo. Aqui ainda falamos do contexto de transexual verdadeiro atrelado à fala de Leal (2017), mostrando o termo transexual vinculado a um processo de idealização de um ser trans cada vez mais próximo de um corpo cisgênero e conectado diretamente ao seus órgãos genitais.

Dentro desta categorização, encontram-se aquele (a)s que desejam realizar a cirurgia de redesignação sexual e aquelas que optam por manter seus órgãos genitais. Bento, por fim, discorre a respeito de uma fala de uma mulher que se identifica com transexual:

Seu discurso falava de uma mulher idealizada, põe em funcionamento as expectativas construídas socialmente para os gêneros, materializada na ideia da pureza feminina, que aprisiona mulheres biológicas e não biológicas, falava de lugares inabitáveis (BENTO, 2014, p. 201).

Aqui vemos que a noção de feminilidade fixa propagada pela estrutura binária faz com que inúmeras mulheres se sintam inadequadas e busquem a todo instante um referencial de feminilidade idealizado e inatingível (BENTO, 2014). Butler (2017) mostra também que o sistema de sexo/gênero faz com que o corpo seja alvo dessa normatização que atrela o biológico ao gênero, contribuindo para que mulheres trans que não possuem vagina não se sintam mulheres completas ou até mesmo não se vejam como mulheres de verdade (BENTO, 2014).

As travestilidades ainda viriam, através de suas verdades e narrativas corajosas, para contrapor um sistema heteronormativo, que reproduz uma relação rígida e fixa de sexo/gênero, em que se revelam os caracteres absolutos de identidade, que permanecem estagnadas (PERES, 2012). Uma vez imersas nesse ambiente padronizado, as travestis vivem um processo de controle, onde buscam conter seus prazeres, assim como regular e domar seus corpos.

Peres ressalta um olhar queer, como já abordado em outra sessão, para falar da identidade travesti:

As travestilidades, quando expressam singularidades, se efetuam pela perspectiva do nomadismo, pelos modos de subjetivação que se apoiam na diferença das diferenças, ou seja, a própria diferença é nômade, porque não se totaliza em uma marca identitária, mas se apresenta como fluxo se por acaso ousarmos falar em identidade, será sempre transgressora, transitória, razão pela qual está sempre aberta para novas conexões, para experimentações existências que se atualizam pelo viés da diversidade estética em suas variações sociais, raciais, sexuais, culturais, gendradas, políticas, de modo a negociar a circulação e a ocupação tanto de territórios geopolíticos quanto de territórios existenciais (PERES, 2012, p. 541 e 542).

O olhar focado nas diferenças abarca o trazido na teoria queer por Louro (2016) ao dizer que o processo de constituição das identidades, neste caso, o das travestis, é constante e dinâmico. A passagem acima contempla o que se busca trazer por diferenças de identidades, pois vem para combater uma busca por conceituação e enquadramentos em estruturas e

rótulos do que seria ou não travestis ou mulheres trans, como se uma definição se fizesse essencial (PERES, 2012). Acrescenta-se à discussão que o gênero não é o único fator que está presente no processo, mostrando que precisamos levar em consideração as interseccionalidades componentes do universo de cada pessoa. Por isso comprova-se o caráter transgressor, pois a todo instante ocorre um conflito com a padronização, com o binarismo, com a necessidade de uma confirmação que não pode ser encontrada por ser mutável e particular de cada experiência.

Portanto, falar de transgeneridades é trazer a tona novas questões com o intuito de se abranger o diferente, a pluralidade e repensar a polarização que só aborda homens e mulheres cisgêneros e não nos fincamos em conceitos e definições (JESUS, 2012), sem que para isso precisemos segmentar corpos e experiências trans. Refletir acerca de uma estrutura metodológica excludente e limitada nos faz abrir campo e olhar para outras direções além da binaridade. O olhar e a atuação necessitam desta postura metodológica moderna e não tradicional, pois seria incoerente seguir linhas conservadoras em meio a identidades que, a partir de suas próprias existências, resistem a estas (PERES, 2012).

1.3 Exclusão e desdobramentos

Um estudo aprofundado no campo da exclusão social comporta fatores sociais, políticos, éticos, estéticos dentre tantos outros que demarcam a historicidade da pobreza, bem como o olhar que se direciona a ela e as práticas voltadas às situações impostas aos desdobramentos deste campo (ESCOREL, 1999). Por considerar a obra de Escorel (1999) um estudo significativo sobre exclusão, considere relevante trazer aspectos e conceitos de sua discussão, utilizados até hoje em estudos com pessoas em lugar de vulnerabilidade e situação de rua.

A exclusão social está presente em quase todos os lugares da nossa sociedade. Principalmente aqueles que não são vistos como pertencentes a uma norma são alvo deste fenômeno. Neste caminho, Escorel (1999) apresenta a visão interessante de como a pobreza pode ser interpretada e contextualizada na sociedade.

As transgeneridades são identidades que também sofrem com a exclusão por diversas razões. Dentre elas podemos dizer que, devido a estarmos numa sociedade binária, como nos lembra Butler (2017), somente homens e mulheres são reconhecidos como legítimos e, ainda assim, possuem dificuldades por estarem situados numa estrutura engessante.

Sabe-se que o conceito de exclusão social é relativamente recente, o que gerou uma grande movimentação de estudiosos do campo social a fim de encontrar este conceito (ESCOREL, 1999). Neste primeiro momento, a exclusão social demarcava um contexto diretamente ligado ao crescimento do capitalismo, pois, na medida em que cresce, exclui, não sobrando bens para todos aqueles que compõem uma sociedade.

Sendo assim, muitos componentes da nossa sociedade não terão o mesmo acesso do que outros. Wanderley (2014) também faz uma contextualização da exclusão social e me parece relevante mostrar seu estudo, afirmando que a exclusão não é um fenômeno apenas encontrado em países ricos ou pobres. O fenômeno atinge todas as classes sociais, onde grupos como idosos, negros, deficientes sofrem uma ruptura nas interações sociais através de rótulos atribuídos pela sociedade.

Na situação das travestis, Peres (2011) explana que a exclusão também é vivenciada por esse grupo ao relatar que:

Um dos marcadores mais fortes diz respeito à condição socioeconômica e cultural da pessoa que pleiteia sua transformação, tornando-a vítima de um dos marcadores mais fortes diz respeito à condição socioeconômica e cultural da pessoa que pleiteia sua transformação, tornando-a vítima da violência estrutural e suas consequências que variam em intensidades de estigmatização, discriminação, exclusão, violência e morte (PERES, 2011, P. 70).

A população de travestis, além de não ser priorizada por um sistema binário, como descrito por Butler (2017), também sofre com outros agravantes que a impede de garantir seus direitos fundamentais. Não ser coerente com o que é ditado pelas estruturas de poder contribui para que a normatização da sociedade continue em vigor e quem não se enquadrar em identidades fixas é mais regulamentado por este sistema (PERES, 2011). Ainda quanto à população trans, é expresso por Arán e Murta (2009) que as pessoas trans também sofrem com a exclusão social, assim como com suas relações, sejam parentais, afetivas ou sexuais ou por serem desconsideradas como indivíduos. Esta cristalização de identidades colabora para a manutenção da exclusão social de identidades como a das transgeneridades femininas.

Wanderley (2014) complementa este debate ao afirmar que além da exclusão do ser em si, físico, materializado, ainda há a exclusão de tudo aquilo que acredita, consistindo-se, assim numa exclusão de sua cultura e esta ação é, de certa forma, vinculada ao Estado, que

estaria falido, sem possuir mais controle dos processos sociais; esta crítica repousa sobre o fato de que se deve estudar o espaço que estimula este comportamento de rejeição.

Além dessa possível falência que, supostamente, acometeria o Estado, Foucault (2014) traz questões que nos colocam diante de uma nova visão à respeito deste:

[...] o internamento psiquiátrico, a normalização mental dos indivíduos, as instituições penais têm, sem dúvida, uma importância muito limitada se se procura somente sua significação econômica. Em contrapartida, no funcionamento geral das engrenagens do poder, eles são sem dúvida essenciais. Enquanto se colocava a questão do poder subordinando-o à instância econômica e ao sistema de interesse que garantia, se dava pouca importância a estes problemas (FOUCAULT, 2014, p. 7).

Foucault (2014) vem para mostrar que a exclusão social não ocorre por acaso. A princípio, pode-se considerar que instâncias como leitos psiquiátricos e normalização mental de indivíduos possam parecer irrelevantes se consideradas separadamente, mas quando somos capazes de efetuar uma leitura mais ampla de como o poder funciona, em sua grande estrutura, observa-se que se constituem em peças-chaves para a manutenção de um sistema (FOUCAULT, 2014). Logo, infere-se que além deste esgotamento do Estado em abarcar questões sociais, como já dizia Wanderley (2014), também existe uma vontade por trás das estruturas de poder, que agem para que fatores como a exclusão e normatização passem despercebidos ou pouco considerados por quem compõe esta estrutura (FOUCAULT, 2014). Por trás do que o Estado dita como verdade, faz-se necessário discorrer sobre o seu discurso, nisso Foucault (2014) apresenta:

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2014, p. 10).

Desta forma, todo o discurso age como um agente a favor dos interesses daqueles que dominam as engrenagens. Não haveria uma verdade absoluta, e sim, uma produção desta (FOUCAULT, 2014). Esta geração do que é considerado verdadeiro apoia o que se espera do Estado: um controle social a fim de garantir direitos fundamentais da população; a perda deste controle, já descrito por Wanderley (2014), evidencia uma falha do Estado ao mesmo tempo em que este emite um discurso capaz de excluir, separar e rotular. Este mecanismo nos leva a pensar sobre mais conceitos semelhantes ao da exclusão social.

Na sequência, podemos abordar o conceito da desqualificação. Em sua utilização, divide-se a pobreza como fator social e fator de dificuldade na integração de pessoas ao mercado de trabalho e caberia ao Estado adotar práticas que minimizassem a desigualdade social (WANDERLEY, 2004). Enfatiza-se aqui, mais uma vez, o papel que o Estado deveria assumir na resolução ou minimização desta questão já abordada em momento anterior deste capítulo.

O conceito de desqualificação social também parece dialogar com o de estigma, mostrando que as práticas excludentes podem ocorrer simultaneamente; o descrito por Braga (2012) em sua pesquisa com transexuais na escola nos mostra essa interface:

Os processos de construção do estigma estão associados às formas como alguns atributos dos indivíduos passam a ser considerados socialmente desqualificantes ou indesejáveis. A desqualificação é, em geral, fabricada a partir dos deslizamentos que se dão em relação aos modelos preestabelecidos, como “desvios” das normas que visam manter em operação padrões sociais hegemônicos e conter a diferença. Frequentemente esses sujeitos cujas vidas são alvo de estranhamentos passam a integrar o mundo social a partir de estereótipos (BRAGA, 2012 p. 28).

Foucault (1988) corrobora com Braga (2012) ao explicar que se busca o exercício de poder diante de todo e qualquer desvio a uma normalidade intocável; a sexualidade de todos é vítima da rigidez, observando-se a estruturação de uma sociedade inflexível e reguladora dos corpos de outros. Butler (2017) demonstra que é necessário, portanto, rever e buscar formas de se combater estruturas que já se encontram consolidadas e que acabam por naturalizar e engessar determinadas identidades. Esse engessamento de identidades acaba por colocar sujeitos em um lugar estigmatizado, à margem da sociedade. Dentro deste âmbito, Goffman (1988) traz em seu bojo uma definição bem explicativa de uma situação de estigma:

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente – incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável – num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-la criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem – e constitui uma discrepância específica entre identidade social virtual e a identidade social real (GOFFMAN, 1988, p. 6).

Goffman (1988) escreve sobre estigma, mostrando de forma bem explícita o que ocorre quando determinada identidade possui uma característica que não é vista como pertencente a um padrão de comportamento. Associada a outras formas de exclusão social e desqualificação, a estigmatização é capaz de inferiorizar o sujeito e facilitar que mais processos separatistas o atinjam, facilitando para que o indivíduo em questão seja visto apenas de forma superficial ou até mesmo, com um olhar negativo.

Quando falamos de estigmatização, podemos citar como exemplo a pobreza. Esta posição de afastamento deu margem para uma total ausência de crítica direcionada ao universo das pessoas pobres, que viraram alvo de estigma (SCOREL, 1999). A pobreza passa a ser natural, sem que haja reflexões e análises, pois passa a ser um movimento urbano descolado de contextos históricos, de responsabilidades (SCOREL, 1999), favorável a estruturas de poder dominantes. Wanderley (2014) também traz diversos grupos que vem sendo alvo dessa mesma estigmatização, como pedintes e mendigos.

Vemos no trecho da obra de Braga (2012) o conceito de estereótipo conectado ao de estigma. Além de explicar acerca do estigma a autora ainda aborda uma visão elucidativa quanto ao estereótipo:

O estereótipo, como estratégia discursiva, opera primordialmente no sentido de fixar a diferença e impedir a agência do outro e, para tanto, requer a repetição contínua das mesmas histórias sobre esse outro monstruoso e ameaçador cuja “diferença negativa” será sempre conhecida de antemão. (BRAGA, 2012, p. 28).

Nota-se na passagem acima, o uso do termo “estratégia discursiva” para revelar que taxar um indivíduo de determinado nome ou atribuir a ele características generalistas consiste em um meio de se realizar uma manutenção desta diferença que afasta e exclui a pessoa do convívio dentro da norma. O movimento de estereotipar uma pessoa, de acordo com o trecho de Braga (2012), evidencia a consonância com o apresentado por Butler (2017) e Foucault

(1988) quando ambos mostram que as estruturas de poder são capazes de regulamentar os indivíduos que compõem uma sociedade e o estereótipo pode consistir em uma ferramenta que afasta aquele que foge à norma ao mesmo tempo em que incentiva o enquadramento ao que é ditado.

Este afastamento impulsionado estrategicamente pelas estruturas de poder ocasiona a marginalização de cidadãos componentes de uma sociedade. Escorel (1999) vincula a questão da marginalidade à posição de centro para as margens de uma localidade, mas não margens em geografia, mas em acesso a riquezas, colocando sujeitos em lugares de afastamento, desconsiderando os comportamentos, discursos e atitudes destes. Observa-se, assim, uma anulação do indivíduo, do seu discurso, de sua cultura, colocando-o em situação de vulnerabilidade.

A vulnerabilidade passa a ser um conceito amplamente debatido. Ayres, Junior, Calazans e Saletti Filho (2002) abordam o conceito de vulnerabilidade, que discutem em seu bojo o mergulho no cotidiano, no momento em que estamos diante de um sujeito; na hora de fazer política ou em outro contexto que se lida com seres humanos (AYRES ET. AL., 2002). Dotada de componentes individuais, sociais e programáticos, a vulnerabilidade englobaria diversos contextos dos indivíduos que passam a visualizá-lo de uma forma mais adequada, agindo sobre seus ambientes e particularidades, sobre seu contexto de vida e grupos do qual fazem parte.

Aguião (2016) demonstra que a condição de pessoas LGBT, especialmente das transgeneridades, quanto à vulnerabilidade é acentuada:

Ainda sobre a disputa entre “letrinhas”, retratada como a população “mais estigmatizada e mais vulnerabilizada”, as travestis e as transexuais de fato perfazem o maior número de vítimas de discriminação e preconceito contabilizadas nos levantamentos existentes sobre a violência que acomete “pessoas LGBT”, ao mesmo tempo em que apresentam os menores índices de escolaridade (AGUIÃO, 2016, p. 298).

Ao falar de vulnerabilidade, objetivo trazer a realidade de transgeneridades femininas. No revelado por Aguião (2016), se observa que estar vulnerável e imerso em uma sociedade binária coloca identidades num lugar de vítimas de discursos preconceituosos e violentos. As mulheres transgêneras ou travestis vivenciam, também, situações de baixo aproveitamento na escola, ambiente visto como componente de uma estrutura normativa, segundo Braga (2012),

que acabam por exercer esta regulamentação a identidades que são rechaçadas por serem consideradas desviantes do binarismo.

Somando-se à discussão que mostra pessoas trans em condições de adversidade, Amorim, Vieira e Brancaleoni (2013) também abordam que ao estudarem um grupo de travestis: “[...] observou-se que o estigma e a exclusão são elementos constituintes do seu cotidiano, participando da construção de suas identidades.” (AMORIM ET. AL., 2013, p 530). Os estudos apresentados na sessão servem praticamente como denúncias diante da realidade de transgeneridades femininas, que são alvo de exclusão, estigmas, estereótipos, desqualificação, se encontram em condição de vulnerabilidade e necessitam de políticas públicas e ações que garantam seus direitos fundamentais, uma vez que marcam a constituição de seus processos identitários, ocasionando prejuízos e obstáculos para seus desenvolvimentos.

1.4 Transgeneridades femininas: da transfobia à situação de rua

1.4.1 Transfobia

Diante das diversas formas de exclusão que mulheres trans e travestis sofrem cotidianamente, Jesus e Alves evidenciam e particularizam a transfobia, quando estas dizem que: “Fala-se em “transfobia” quando há medo ou ódio com relação a pessoas transgênero” (JESUS & ALVES, 2010, p. 6). Quando não se abre espaço para debates sobre identidade de gênero, demandas e necessidades são invisibilizadas e o transfeminismo ou feminismo transgênero vem para repensar as chamadas mulheridades (JESUS & ALVES, 2010).

Mombaça (2016) contribui com a discussão ao denunciar um monopólio da violência centrado no desejo. Desejo de se manter a estrutura com homens cisgêneros no topo de sua hierarquia. Essa reprodução de sistema de poder afeta as outras entidades, inclusive a polícia, que acaba por ser racista pelo fato de partir de ideais elaborados por homens brancos que se encontram no poder. A interseccionalidade, mais uma vez, é levantada por se fazer necessário ressaltar que a abordagem policial com pessoas negras é diferenciada, evidenciando-se, assim, um racismo institucional (MOMBAÇA, 2016).

Outra abordagem destacada por Mombaça (2016) se encontra na denúncia realizada por crimes homofóbicos, lesbofóbicos e transfóbicos. Nestas ocasiões, o autor levanta a possível ocorrência de abordagens policiais que podem se colocar contra as vítimas e a favor dos agressores. Esse posicionamento refletiria um modelo que prioriza o homem cisgênero,

dentro de uma cultura que vincula virilidade e força à reprodução de atitudes violentas (MOMBAÇA, 2016).

Jesus e Alves (2010) citam Collins (1990) ao relacionar o debate sobre identidade de gênero à causa racial no século XX, em que mulheres negras sofriam uma separação social e o feminismo negro agia para que fossem, até mesmo, consideradas mulheres. No contexto do movimento LGBT se percebe que as demandas sobre identidade de gênero são menos discutidas por serem de ordem distinta das de orientação sexual, representada por gays, lésbicas e bissexuais (JESUS & ALVES, 2010).

Wittmann (2016) mostra, em pesquisa realizada com pessoas transgêneras em Manaus, que a transfobia é notificada por diversas vezes como homofobia pelo Estado, dificultando a identificação de demandas e queixas distintas. A autora retrata a violência psicológica que pessoas trans de Manaus sofreram desde a infância. Uma das alternativas encontradas por elas resiste na busca por uma passabilidade maior.

O conceito de passabilidade está atrelado à atitude de performar seu gênero de maneira semelhante a aquele com o qual se identifica, evitando, assim, ataques transfóbicos (WITTMANN, 2016). As (o)s participantes da pesquisa discorrem que quanto maior a passabilidade, menor a frequência de ataques. Isso nos leva a refletir em relação à busca por um padrão de gênero a fim de não se sofrer violência.

1.4.2 Escola e Nome Social

Por vivermos em uma sociedade cissexista, que prioriza pessoas cisgêneras, os movimentos de exclusão direcionados às pessoas transgêneras são acentuados (JESUS E ALVES, 2010). As conjunturas em que se vivencia a transfobia ou a se presencia por meio de atitudes excludentes são diversos, dentre eles podemos falar da escola nesse lugar reforçador de papéis hegemônicos:

Historicamente, a escola foi marcada por princípios de homogeneidade, e muitos acreditam que só se pode ensinar de modo produtivo em classes-homogêneas, onde as crianças têm a mesma idade, compartilham dos mesmos referenciais culturais, têm a mesma religião, são todas heterossexuais, são da mesma classe social, vêm de famílias igualmente “estruturadas” e, por conta disso, aprenderiam todas “na mesma velocidade” e “do mesmo jeito” (SEFFNER, 2013, p. 148).

O reflexo desta heteronormatividade é conjecturado na maneira como os professores enxergam os alunos, na forma como a heterossexualidade se torna compulsória, o quanto a cor branca é vista como norma e o quanto ocorre a valorização de famílias com a mesma configuração (SEFNNER, 2013). Tudo isso impede e afasta diferentes orientações sexuais e identidades de gêneros que não se encontram nesses moldes propagados historicamente dentro da educação.

Há uma formação de expectativas acerca do sexo biológico da criança antes mesmo de nascer (BENTO, 2011). Este anseio é pautado na binaridade: menino ou menina. Acaba-se por moldar a criança de acordo com seu órgão sexual, pressupondo-se gostos e atividades específicas que passarão a ser dicotômicas, dependendo dos genitais revelados ainda na gestação.

Com a estipulação do correto para cada sexo, há o surgimento do patológico, do adverso ao instituído culturalmente como modelo. Não há tempo para descobertas, pois, de acordo com Bento (2011, p. 550): “Antes de nascer, o corpo já está inscrito em um campo discursivo”. Esta afirmação mostra que outras identidades que não são consideradas em nossa cultura acabam por não possuírem liberdade para se se manifestarem, e quando o fazem, sentem-se inadequadas.

A respeito da escola e sobre quem a frequenta, Juckes e Silva destacam:

A população infanto-juvenil frequentadora das unidades de educação não é homogênea em termos de classe, ideologia, valores culturais, raça, etnia e sexualidade. Em seu papel, a escola é um espaço no qual se prima pela uniformização e pela universalidade de valores (JUNCKES & SILVA, 2009, p. 151).

Esta uniformização e busca por padronização de sexualidades e comportamentos mostram que as travestis sofrem com a violência e ataques que afetam suas autoestimas, mostrando que o ambiente escolar pode estar dotado de sofrimento, levando à exclusão (JUNCKES E SILVA, 2009). Além de a escola ser um espaço obrigatório de formação, travestis, ao contrário de muitos alunos que buscam o aprendizado, frequentam estes espaços visando sua sobrevivência em um campo de hostilidade. Junckes e Silva (2009) mostram que as travestis, em comparação com gays, lésbicas e bissexuais seriam a população de maior vulnerabilidade por conta do seguinte trecho: “a marca da transgressão é nítida, visual”. O que

seria mais absurdo num universo heteronormativo e binário, despertando a intensificação da padronização.

Bento (2011) vem para corroborar que a binaridade nas relações pessoais molda como o universo infantil se constitui. Dentro deste modelo, a heterossexualidade é princípio e nossos corpos são trabalhados e direcionados para seguir apenas uma forma de sexualidade possível. Tudo o que contrariar o sistema binário vem para perturbar a ordem. Dentro deste contexto, Bento (2011) aponta o conceito de heteroterrorismo:

As reiteraões que produzem os gêneros e a heterossexualidade são marcadas por um terrorismo contínuo. Há um heteroterrorismo a cada enunciado que incentiva ou inibe comportamentos, a cada insulto ou piada homofóbica. Se um menino gosta de brincar de boneca, os heteroterroristas afirmarão: “Pare com isso! Isso não é coisa de menino!”. A cada reiteração do/a pai/mãe ou professor/a, a cada “menino não chora!”, “comporta-se como menina!”, “isso é coisa de bicha!”, a subjetividade daquele que é o objeto dessas reiteraões é minada (BENTO, 2011, p. 552).

Este mecanismo utilizado se estende a atitudes transfóbicas, como mostra Jesus (2012) ao explicar que a identidade de gênero das pessoas trans também são alvo de discursos ou crimes de ódio. De acordo com Bento (2011), estas ocorrências demonstram a vontade de se extinguir identidades que não se encaixem no padrão e as transgeneridades seriam a personificação de uma identidade/corpo vista como impossíveis por uma sociedade limitada em conhecimento das diferenças sexuais e de gênero.

Diante dessa polarização de identidades, a escola se constitui num espaço de reprodução de padrões, falhando em respeitar e considerar diferenças e diversidades (BENTO, 2011). Desta forma, inúmeras crianças são levadas a saírem da escola por estarem inseridas num ambiente agressivo. Por isso, faz-se necessário distinguir que há a ocorrência de expulsões, não evasões; principalmente quando falamos de pessoas trans que são forçadas a se retirar da escola, evidenciando, assim, seus cotidianos escolares (BENTO, 2011).

Embora se associe a escola a um lugar de acolhimento, proteção e garantia de direitos, percebem-se falhas em todos estes quesitos (JUNCKES & SILVA, 2009). A ideia de que a escola serve apenas como um dispositivo de aquisição de conhecimento não se sustenta. Os espaços representam parte do cotidiano das pessoas e são neles que ocorrem produções de sentido e significado; ignorar o papel dessa convivência quase diária seria negligenciar a complexidade que a vida na escola traz a cada pessoa (JUNCKES & SILVA, 2009).

No cotidiano, portanto, ocorre a reprodução da exclusão (BENTO, 2011). As pessoas consideradas normais instituem a marginalização desde cedo. Esta movimentação acaba por eliminar características, práticas discursivas, elementos das identidades trans, até a ocorrência de suas mortes. Diante do exposto, é preciso falar sobre escola e a dinâmica desses ambientes e Bento (2011) disserta sobre a ação de profissionais da educação, gestores e ativistas em se elaborar “contradiscursos” que visem a geração de reflexões num espaço que serve como disseminador de preconceitos e campo propício para acontecimento de práticas excludentes.

Em pesquisa realizada por Nunes (2015) na cidade de Manaus, percebe-se que travestis do município veem a escola como um local que as dignificariam e as deixariam mais próximas de obter um emprego formal. Apesar de também enxergarem a escola como um espaço que simboliza prazer, as travestis reconhecem que também é um espaço de resistência em que uma delas relatou que desistiu de um curso por não ser aceita pela turma.

As travestis de Manaus também contam que sofreram violências em mais variados graus, como simbólica e física (NUNES, 2015). Em seus relatos, expõem que eram chamadas de travestis como ofensa; aqui Nunes (2015) faz uma reflexão sobre a própria identidade travesti ou trans ser utilizada como xingamento, apontando para uma problematização em torno da marginalização de identidades que fogem à normatividade.

A realidade manauara apresentada por Nunes (2015) mostra que a escola que as travestis da pesquisa frequentavam mostrava despreparo para suas demandas e de pessoas trans: insulto a travestis, dificuldades para uso de banheiro, onde não eram aceitas no feminino e sofriam assédio no masculino. Além das dificuldades socioeconômicas vivenciadas pelas travestis da pesquisa, um dos motivos para permanência no ambiente escolar encontrava-se no apoio de alguns professores, revelando que se houver acolhimento e preparo por parte da equipe de educadores, as chances de continuar os estudos crescem significativamente (NUNES, 2015).

Outro fator que intensifica a normatividade na escola é a maneira como os educadores enxergam pessoas trans. Em pesquisa realizada por Bortolini (2008), 19% dos educadores participantes aceitaria se possuísse uma filha travesti ou trans, em contraste com gays e lésbicas, onde 31% aceitariam. Este dado exemplifica que ser uma pessoa transgênera ainda é um problema para muitas pessoas, inclusive para educadores.

Pode-se estabelecer uma conexão entre o trazido por Bortolini (2008) ao que Junckes e Silva (2009) expõem, onde revelam a ausência de pesquisas e políticas pedagógicas que considerem transgeneridades como objetos de atenção de profissionais. Este dado levanta a

necessidade de se expor que: “as travestis são excluídas até mesmo das representações de exclusão (JUNCKES & SILVA, 2009, p. 164)”.

Em relação ao nome pelos quais as pessoas trans desejam ser chamadas (o)s, Junckes e Silva (2009) explanam que há episódios em que professores não se mostram preparados e dizem ser inviável o uso e respeito ao nome social de travestis, ressaltando a visão de profissionais e alunos de uma anormalidade que seria capaz, inclusive, de prejudicar outros alunos. Bortolini (2008) também traz uma situação em que não houve respeito ao nome social da aluna, que desejava ser chamada por um nome dito feminino, não obtendo compreensão da escola, que afirmou que o nome que constava em sua identidade deveria prevalecer. Essas e outras situações fizeram com que a aluna abandonasse a escola, evidenciando um despreparo da instituição.

Sobre a adoção do nome social em outros ambientes não só no contexto da educação, Alves (2013) destaca:

Além do universo educacional, a legitimação do uso do nome social está presente também em outras políticas públicas do país, como a decisão do Ministério da Saúde que legaliza o nome social impresso no Cartão Nacional de Saúde, a partir do ano de 2013. Uma ação que visa o combate à violência transfóbica e o reconhecimento da saúde como espaço de cidadania destinado a todos, independentemente dos marcadores sociais de classe, raça-etnia, orientação sexual, posição de gênero, pertencimento geracional, entre outros. (ALVES, 2013, p. 8).

Bento (2014) aborda a conquista de diversos países sobre leis a respeito de identidade de gênero e mostra como o Brasil atua num movimento de garantia de pequenos decretos, locais e à pequenas escalas, mas ainda não garantiu uma lei nacional que garanta, de fato, os direitos de pessoas trans a serem chamadas pelo nome que se identificam. Através destas pequenas garantias, o Estado brasileiro: “garante que os excluídos sejam incluídos para continuarem a ser excluídos (BENTO, 2014, p. 166)”. A autora expõe uma cidadania precária, onde governantes, historicamente, usam de suas convicções morais e religiosas a fim de atrasar e trabalhar pela manutenção da exclusão de populações específicas.

Dentre essas micro-garantias que Bento (2014) aborda, Alves (2013) fala de decretos já consolidados:

A Resolução CME/BH N° 002/08 do Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte legitima o uso do nome social de travestis e transexuais nos documentos internos escolares. Ela se configura como uma intervenção social no ambiente escolar, uma vez que é uma política pública municipal que visa a garantia do direito ao acesso a escola, à permanência e a uma educação de qualidade para todos, independente da identidade de gênero e da orientação sexual. Os processos de constituição dos sujeitos e dos corpos são, portanto, repensados e reconfigurados a partir dessa nova gestão social e política que amplia e diversifica as regras de convivência tradicionalmente instituídas na escola (ALVES, 2013, p. 3).

Dentre os exemplos de micro-decretos firmados pelo Brasil, Alves (2013) aborda a realidade de uma escola de Belo Horizonte que possui uma política de execução do nome social para pessoas trans. A autora reforça a postura da comunidade, que foi ativa na garantia deste direito. Porém, mesmo com toda a movimentação política e ativista, é interessante nos atermos aos desdobramentos da efetivação desta política. Alves (2013) alerta para o monitoramento da implementação da resolução ao mostrar que na prática, diversos professores não adotam o nome social das (o)s aluna (o)s em momentos como nas chamadas orais. Em contrapartida a escola explica que as ocorrências se devem ao fato de os educadores não estarem familiarizados com a resolução. Apesar dos argumentos utilizados, a realidade da escola mineira serve de exemplo para se perceber que mesmo após uma resolução, sua execução não atende integralmente as necessidades da população trans (ALVES, 2013).

Bento (2014) aponta que esta garantia de direitos pouco efetiva, gradual e lenta ocorreu e ainda ocorre no Brasil com outros grupos. Negros (a)s, mulheres e homossexuais também participam desse processo ilusório de pertencimento a uma estrutura excludente. Com as pessoas trans e travestis vivencia-se este mecanismo. A fim de que possam requerer seus direitos e explicitar suas necessidades, tornam-se reféns de laudos psiquiátricos e psicológicos e da vontade de juízes (a)s para alterar qualquer documento (BENTO, 2014).

Desta forma, as pessoas trans devem se considerar doentes para que possam ter direitos garantidos e, ainda assim, aguardarão pela resposta do sistema judiciário. Aqui se observa uma suposta inclusão, porém, por meio de patologização. Se aceita, para manter-se à margem (BENTO, 2014).

1.4.3 Saúde e Prostituição

Já que se fala da patologização de identidades trans, é de grande contribuição o descrito por Vergueiro (2015), que realiza uma autoetnografia nos mostrando a vivência de uma mulher trans diante de questões de saúde; relatada por ela mesma. Vergueiro (2015) nos

faz refletir acerca de outro espaço de marginalização sofrido por identidades trans: o campo da saúde. O sistema de saúde brasileiro, referido por ela através nome “cistema” representa a crítica um sistema que parte do princípio de que pessoas cisgêneras são a norma de indivíduos considerada pela sociedade, invisibilizando assim, pessoas trans.

Antes de abordar suas experiências diante da saúde, Vergueiro (2015) enfatiza o protagonismo trans dentro da pesquisa num espaço que privilegia e destaca apenas o olhar médico ou o ativismo “GGGG”, que seriam gays, brancos, de classe média-alta. Portanto, o lugar de fala é ressaltado por ela. Vergueiro (2015) evidencia a patologização das identidades trans e o quanto seus corpos parecem ser propriedade dos olhares médicos, que determinam tratamentos e alternativas que as mantenham à margem de uma sociedade cis-sexista.

Em um universo em que se considera a ideia de possuir um transtorno para se garantir direitos, Vergueiro traz em seu bojo uma sucessão de acontecimentos constrangedores no acesso ao chamado “cistema” (VERGUEIRO, 2015, p.1) único de saúde. No acesso a um serviço de saúde, Vergueiro (2015) conta que teve seu registro civil chamado inicialmente e só depois a chamaram pelo nome social; ouviu perguntas a respeito de cirurgia de readequação sexual sem necessidade; presenciou falas de profissionais de saúde com conteúdos biologicistas em relação à sua identidade; além de não ter podido obter uma cópia de sua ficha médica.

Observa-se que, mesmo amparada pelo item I do parágrafo único do Art 4º da Portaria número 1.820 de 13 de agosto de 2009, que garante o campo para utilização do nome social, não só houve garantia de direitos, mas também violação destes, somando os equívocos e despreparos da equipe (VERGUEIRO, 2015). Posteriormente, no momento da reclamação junto à ouvidoria, também não houve resolutividade de suas demandas. O acontecido com Vergueiro (2015) nos coloca diante de um panorama que acentua exclusões e marginalizações, configurando-se em violências cotidianas transfóbicas direcionadas às travestis, mulheres transexuais e identidades trans no geral. Os ambientes de saúde configuram-se, deste modo, em mais âmbitos hostis associados a direitos fundamentais.

No seu estudo, Duque (2015) aponta que em Manaus, uma pessoa que estava em dúvida sobre sua identidade de gênero se identificou como mulher transexual, mas ao ler sobre a definição médica de que possuiria um transtorno, descartou a identidade. Desta forma, se nota o poder influenciador que a ciência, em específico a medicina, tem de contribuir para a patologização das pessoas, trazendo ainda mais conflitos para seu cotidiano.

Duque (2015) traz uma visão interessante a respeito do papel da ciência para as travestis da realidade manauara. Dentro deste contexto, haveria uma contaminação do olhar

dos pesquisadores, em que estes repassam suas próprias percepções sobre a população. De alguma forma, este olhar científico e pouco horizontal tem a potencialidade de trabalhar a favor da exclusão, contribuindo para a segregação de grupos marginalizados. Essas rupturas entre sociedade e pessoas trans faz com que não se possua espaço no panorama político, nem para expor suas demandas (DUQUE, 2015).

Dentre as dificuldades encontradas pelas travestis manauaras, elenca-se a dificuldade no relacionamento com familiares, ocasionando conflitos que se estendem até aqueles em relação às suas próprias identidades de gênero (DUQUE, 2015). Em muitos momentos amigos, em especial, aqueles que se identificam como LGBT's estiveram presentes em momentos de dificuldades. Duque ressalta que o abandono pela parte da família acarreta prejuízos, como na passagem: "Fazendo com que elas estejam recorrendo as ruas, sendo expostas a todo tipo de situações difíceis. (DUQUE, 2015, p. 65)".

Uma realidade vivida pelas travestis manauaras também se encontra no acesso limitado ao mercado de trabalho, onde uma delas relata que não importa a formação ou habilidades que possuam, raramente são chamadas (DUQUE, 2015). Diante deste cenário, a prostituição seria uma alternativa para a sobrevivência. Esta profissão ainda estaria atrelada à identidade travesti, de acordo com aquelas que vivem em Manaus, uma vez que a sociedade não as enxerga como profissionais de qualquer outra área, somente do sexo. A prostituição acaba se tornando uma das poucas opções para sustento (DUQUE, 2015).

Eufrázio (2017) em pesquisa com três travestis profissionais do sexo em Manaus, mostra que são diversas as razões que levam travestis a buscarem essa atividade. Para uma delas, o desejo pela transformação corporal incentivou a prática da prostituição; a dificuldade ainda se encontrava na ausência das chamadas bombadeiras em Manaus, levando a entrevistada a ir para São Paulo para realizar diversos procedimentos. Eufrázio (2017) ainda discorre acerca da história de vida de uma das travestis:

Aos 12 anos, começou a ter noção das transformações físicas que ocorriam em seu corpo. Nessa época sofria *bullying* na escola, sofria agressões físicas e, principalmente, verbais. Sentia-se muito triste, num grau de sofrimento elevado, pois não era aceita na família e na escola (EUFRÁZIO, 2017, p. 45).

A fala de Eufrázio (2017) relata a exclusão desde cedo sofrida pelas travestis manauaras, que não obtiveram lugares favoráveis e ao seu desenvolvimento. O autor também

mostra que outras travestis da pesquisa, além de terem vivido um período escolar difícil, gerando suas saídas das salas de aula, ainda não tiveram oportunidades de emprego no mercado formal, por preconceito com suas aparências e jeitos. Quando uma das participantes conseguiu um emprego, vivenciou tantas situações constrangedoras que teve que abandonar o mercado de trabalho para não continuar numa rotina de abusos e violências (EUFRÁZIO, 2017). As participantes ainda trazem a falta de aceitação da família como mais um dos motivos que as levam à ocupação de profissionais do sexo.

A prostituição torna-se, então a única alternativa para se conseguir maneiras de subsistência e, para isso, as travestis manauaras ainda necessitam investir em seus corpos para conseguir mais clientes e se sentirem bem consigo mesmas. Eufrazio (2017) acrescenta à discussão que além de as travestis terem como único meio de sobrevivência, a prostituição, ainda assim, experimentam condições precárias, como a exclusão estruturada em outros ambientes, não possuem direitos trabalhistas e não apresentam caminhos para se desenvolverem socialmente e financeiramente.

Eufrazio (2017) aponta dois projetos de lei visando a regulamentação da prostituição, que não obtiveram sucesso. O primeiro deles do Deputado Fernando Gabeira, projeto de Lei nº 98/2003 e o segundo proposto pelo deputado Jean Willys, o projeto de Lei Gabriela Leite. As tentativas de trazer melhores condições de vida para as profissionais do sexo e aqui, em especial, para as travestis refletem o caráter fundamental desta demanda, já que estas se encontram em situação de vulnerabilidade numa profissão incerta, onde são suscetíveis a inúmeras violências e assassinatos (EUFRÁZIO, 2017).

1.4.4 Situação de Rua

Em meio a inúmeras formas de exclusão vivenciadas por mulheres trans e travestis, além de vivências que trazem ainda mais vulnerabilidade para o seu cotidiano, estas pessoas, por muitas vezes passam a ser população em situação de rua, que se entende por:

O grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009, p.1).

Este grupo heterogêneo, de acordo com Escorel (1999), pode viver mais de uma realidade, onde existiria um perfil que vive na rua de modo circunstancial e outro que encontra na rua o seu espaço fixo e permanente. Aqueles que alternam entre ficar na rua e em outro lugar, podem passar a maior parte de seu tempo nas vias públicas, alternando com a presença em hotéis, albergues e outros lugares. Já o grupo que está na rua vinte e quatro horas por dia busca por espaços de pouco movimento para se fixar, como em casas abandonadas (ESCOREL, 1999).

31 mil pessoas encontram-se em risco social, hoje, no Brasil de acordo com a Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua (META, 2008 APUD MACHADO, 2015). No ano de 2008 a maioria da população se considerava negra e parda. Machado (2015) traz em seu artigo como seu principal objetivo mostrar como vive a população LGBT em situação de rua; uma população que possui identidade de gênero e/ou orientação sexual distintas da maioria heteronormativa.

Dentro de um sistema capitalista e opressor, a população LGBT está exposta a um modelo permeado por desigualdades, espaço em que o preconceito é amplo e os coloca em um lugar de maior vulnerabilidade social, onde ocorre a vivência de desemprego e violência (MACHADO, 2015). No estudo de Machado (2015) foi encontrada uma parcela de gays e travestis. Em sua pesquisa, constata que o maior fator que leva a população LGBT à situação de rua é a falta dos papéis familiares em seu cotidiano e, por muitas vezes, a rua consiste num local somente para se encontrar um único ambiente transitório privado em meio ao caos social em que vivem (PIMENTA, 2013 APUD MACHADO, 2015).

Corroborando com Machado (2015) estar em situação de rua seria um reflexo do capitalismo que vivemos que, além de ser um sistema opressor por si só, ainda tem agravantes que acentuam exclusões e violências, como fatores ligados à gênero, orientação sexual e raça (DIAS, BORGES, CUNHA, CASTRO, CAMPOS, CARVALHO & MARTINS, 2015). Os (a)s autores (a)s entraram em contato com travestis que se encontravam em situação de rua na cidade de Belo Horizonte.

As travestis em situação de rua de Belo Horizonte apresentaram queixas semelhantes às dificuldades identificadas pelas travestis manauaras (EUFRÁZIO, 2017), como conflitos familiares, passando pela prostituição, somando-se ao fato o HIV/Aids, mostrando que a sua saúde se encontra em posição de precariedade (DIAS et al., 2015). Vale enfatizar o cotidiano das travestis em situação de rua quando se vê a significação espaço da rua em suas vidas neste contexto (DIAS et al., 2015). Nesta esfera as relações afetivas ganham novas formas e a

família destas passa a se caracterizar de outras maneiras. Assim, se visualiza uma rede de cuidado formada, por muitas vezes por outras travestis.

É essencial ressaltar que as travestis podem se sentir mais felizes e amparadas na rua (DIAS et al., 2015). As parcerias estabelecidas e a conexão formada com o ambiente são fatores decisivos para que se sintam mais confortáveis na rua do que em outro lugar, como um possível abrigo. O que se torna um alerta para uma possível tendência à retirada delas de seu local de moradia contra sua vontade.

Destaca-se, por fim, a potencialidade de serviços que trabalhem com a população em situação de rua, como o Consultório na Rua, que age na atenção às transgeneridades nesta posição. Cordeiro (2014) traz em seu bojo uma contextualização do trabalho da equipe deste serviço em Recife, lugar de sua pesquisa e no restante do país:

O Consultório de Rua atua nos contextos de risco e vulnerabilidade com os usuários de entorpecentes na cidade do Recife e em outras cidades do país, o projeto é vinculado à Secretaria de Saúde e à Ação Integrada de Atenção ao Crack e Outras Drogas, é um dispositivo clínico comunitário da rede do “Programa Mais Vida”, o objetivo é encaminhar os usuários para as redes do Sistema Único de Saúde-(SUS) e Sistema Único de Assistência Social-(SUAS) (CORDEIRO, 2014, p. 2730).

Neste âmbito, o serviço traz uma atenção às pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade. Assim como na pesquisa feita por Cordeiro (2014), onde teve acesso a pessoas trans, busquei firmar uma parceria com outro dispositivo na cidade de Manaus, a Gerência de Diversidade e Gênero, ligada à Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, visando encontrar as transgeneridades femininas a fim de compreender seus cotidianos de vivência na rua por meio de suas práticas discursivas.

Nesta sessão, puderam-se perceber, a partir do conceito de transfobia, as diversas faces da prática, em diferentes circunstâncias ao longo da caminhada das mulheres trans e travestis. Dificuldades na escola, obstáculos diante do reconhecimento de seus nomes sociais, percalços para cuidar de sua saúde, prostituição como única fonte de renda e condições precárias de trabalho são apenas algumas das realidades vividas por essa população. Em meio a tantos processos que misturam desqualificação, marginalização, transfobia e inúmeros movimentos de exclusão, pessoas transgêneras acabam recorrendo à rua como única forma de se viver e sobreviver. Olhar para a realidade local da cidade de Manaus é visibilizar seus cotidianos, suas dificuldades e suas práticas discursivas.

CAPÍTULO 2

2 Marcos Metodológicos

2.1 Teoria Construcionista

Partimos do princípio de que linguagem e discurso são sociais. Desta forma, estes não podem existir sem que sejam associados aos contextos de onde vieram, não podendo existir isolados e descolados de sua origem social e comunitária (VAN DIJK, 2004). A Teoria Construcionista traz aspectos questionadores em relação a um suposto tradicionalismo na ciência, fazendo com que levemos outros fatores em consideração ao realizarmos uma pesquisa (SPINK, m.j., 2010).

A teoria em questão estimula a reflexividade diante dos acontecimentos, de modo que se contestem maneiras de ser e existir em nossa sociedade, que se encontrem estratificadas (SPINK, m. j., 2010). Essa contestação seria levada também até a própria ciência, onde se pode contrapor um fazer ciência que distancia a relação entre pesquisador e participante.

O Construcionismo, de acordo com Mary Jane Spink (2010), segue numa linha que visa romper com o tradicional, chegando a buscar por uma “destradicionalização” (SPINK, m.j., 2010, p. 5) de diversas instituições, como família e aquelas ligadas à educação. Este processo de quebra com tradições já estabelecidas favorece o surgimento de novas perspectivas em pesquisa.

Em meio a este olhar ampliado para as instituições, recorre-se ao estabelecimento de novas visões e desmitificar construções já enraizadas, o que proporciona um debate metodológico (SPINK, m.j., 2010). Conhecida como uma teoria do conhecimento, o Construcionismo defende que o conhecimento é construído e desenvolve nas relações sociais entre as pessoas, sem que haja verticalidade e saber absoluto; é necessária a troca. Raser e Japur (2001) concordam ao dizer que a produção do conhecimento ocorre na relação entre as pessoas e não mais individualmente.

Van Dijk (2004) também aponta a necessidade de focarmos a identidade social das pessoas, de modo a compreendermos como seus processos de desenvolvimento ocorreram. Assim, ao enxergarmos as pessoas conectadas com seu fator social, poderemos obter uma compreensão ampliada de sua constituição, aprendizado e posterior reprodução de ideais.

A Teoria Construcionista, sendo a mesma que faz observações sobre a relação sujeito-objeto, será aquela que adota uma postura metodológica que busca romper com preceitos

naturalizantes que acabam por trabalhar na manutenção de estruturas sociais (SPINK, M.J., 2010). Rasera e Japur (2001) corroboram com Mary Jane Spink (2010) ao explicitar a busca pela superação da polarização sujeito-objeto, impulsionada por estudos feministas. O Construcionismo valoriza, ainda, a historicidade do sujeito e de suas relações e reconhece a importância de se considerá-la em seus estudos. Isso envolve o estímulo a uma postura crítica que levará o pesquisador a buscar pela ruptura de contextos institucionalizados (SPINK, m.j., 2010).

Além dos fatores supracitados, enfatiza-se o trabalho da Teoria Construcionista em conjunto com a linguagem (SPINK, m.j., 2010). De acordo com Iñiguez (2004), a linguagem nas Ciências Sociais ocuparia um lugar complementar na investigação durante a pesquisa.

A linguagem, portanto, é priorizada pelos estudos construcionistas, focando nas relações sociais como produção de entendimento. Diante desta postura metodológica, é por meio da interação entre as pessoas, prezando pela espontaneidade deste contato que se pode entender o processo de construção dos sujeitos (RASERA & JAPUR, 2001).

Weeks (2007) ainda trará que a abordagem construcionista, no campo do corpo e da sexualidade também aborda a historicidade de suas constituições, onde se faz essencial se analisar e entender estruturas de poder que são capazes de estipular comportamentos ditos normais e aceitáveis. Objetiva-se, também, a desconstrução desses valores.

O construcionismo vem, justamente, para problematizar porque diferentes de formas de sexualidade e identidades são marginalizadas pela nossa cultura enquanto outras são aceitas e colocadas em posição de privilégio pelas estruturas de poder (WEEKS, 2007). Diante do exposto, considera-se o Construcionismo uma teoria que poderá nos guiar e auxiliar na análise dos contextos que encontraremos com as transgeneridades femininas em situação de rua.

2.2 Discurso e práticas discursivas e produção de sentido

A partir da visão acerca da Teoria Construcionista, seguiremos em direção à visão sobre discursos, a fim de chegarmos a falar de Práticas Discursivas. Foucault (1996) nos mostra que ao se lidar com discurso, suscita-se uma inquietação diante do que este pode representar ao ser enunciado. Faz-se necessário perceber o papel da linguagem nesse contexto, uma vez que palavras recebem diversos significados no decorrer dos tempos. O que é dito é de importância para nos aproximarmos daqueles e daquelas que proferem diferentes discursos (FOUCAULT, 1996).

Em um contexto de controle e dominação sobre o que se diz, Foucault (1996) levanta que processos de exclusão são aplicados, chegando até mesmo a bloquear sujeitos de se expressarem livremente, instituindo-se tabus. Em meio a esta realidade, discursos são marginalizados e reproduzidos de maneira menos valorosa diante de padrões de verdade estipulados pela sociedade. Diante desta rejeição, a palavra de inúmeras pessoas é anulada e invisibilizada socialmente por um sistema de poder. Só há permissão e espaços para estes discursos fluírem de modo controlado e vigiado, como nos teatros (FOUCAULT, 1996).

Ocorre uma valorização de determinados saberes em detrimento de outros. Precisa-se questionar a que discurso se está ouvindo e a quem este serve (FOUCAULT, 1996). Através do discurso, estruturas de poder são capazes de implantar verdades, priorizando falas de pessoas e instituições que se encontram em lugar de dominação e privilégio. Mary Jane Spink e Medrado (2013) enfatizam a ideia de discurso ligado às instituições e que este, é capaz de perdurar por muito tempo devido a esta reprodução constante realizada por estruturas de poder. Ainda que o discurso possa ser modificado com o tempo, possui, a princípio, uma continuidade inicial.

Percebe-se, desta forma, uma movimentação de pressão e coerção àqueles que não se enquadram no que é proferido. A violência diante de pessoas que não se encontram em posição de favorecimento dentro desta estrutura é, então, configurada (FOUCAULT, 1996). Portanto, foca-se em buscar estes discursos que não são ouvidos, com o intuito de serem propagados para além do padrão reproduzido diariamente de forma maciça.

Diante do exposto, falar de práticas discursivas torna-se relevante, visto que, diante da teoria construcionista, tem-se a possibilidade de compreender o processo de produção de sentido e utilizarmos como um conhecimento indispensável no percurso em questão (SPINK, m.j. & FREZZA, 2013). As práticas discursivas, diferentemente do discurso, ocorrem dinamicamente nas interações sociais cotidianas, sendo configuradas por Mary Jane Spink e Medrado como processos de “linguagem em ação” (2013, p.26).

O foco da psicologia no estudo dos sentidos do cotidiano surgiu num contexto tradicional de se fazer ciência e vem ganhando espaço (SPINK, m.j. & FREZZA, 2013). Desde a década de 1960, o interesse pela imersão em ambientes cotidianos das pessoas foi ganhando espaço num panorama que levava a se repensar o estudo da Psicologia no campo social.

De acordo com Mary Jane Spink e Medrado, o sentido é uma “construção social” (2013, p. 22). Neste ambiente de constituição, o sentido é formado a partir de interações entre pessoas, onde transmitem e se colocam a partir de seu contexto histórico e cultural. Assim,

destaca-se que a produção deste sentido ocorre de forma social e linguística, uma vez que ocorre essa comunicação através da linguagem (SPINK, m. j. & MEDRADO, 2013).

Define-se como papel do pesquisador diante das práticas discursivas, o trabalho de imergir nesse contexto dinamizado das relações sociais e empregar uma visão ampla e contextualizada diante da linguagem e dos repertórios interpretativos proferidos. Entende-se por repertório interpretativo: dispositivos, linguísticos que utilizamos para construir versões das ações, eventos e outros fenômenos que estão a nossa volta (SPINK, m.j. & MEDRADO, 2013, p. 28).

Nota-se a singularidade de cada pessoa e de seus repertórios. A visão ampliada se faz presente diante deste contexto, pois cada pessoa trará dimensões múltiplas que devem ser consideradas diferentemente (SPINK, m.j. & MEDRADO, 2013). Foucault (1996) atribui ao autor de uma narrativa, o papel de ser eficaz em seu trabalho, visando transmitir aquela conversa cotidiana que, por muitas vezes, passa despercebida, através desta troca de sentidos. Após o descrito acima, onde o foco está voltado para o estudo do contexto de cada pessoa, torna-se essencial falar de cotidiano.

2.3 Cotidiano e a presença do pesquisador

Mary Jane Spink (2014) cita Michel de Certeau (1996) para explicar que cotidiano seria aquilo que vivenciamos diariamente. Diante deste conceito, o cotidiano se configura em um objeto de estudo importante, já que apresenta interações entre pessoas nos mais variados contextos. Peter Spink (2008) soma à discussão ao explicar que o cotidiano acontece com todas as pessoas e de se atentar para a relevância dos acontecimentos diários, seja em lugares de rotina ou em situações de passagem.

Em meio ao estudo do cotidiano e à sua utilização como fenômeno de pesquisa, Peter Spink (2008) introduz o conceito de micro-lugar, visando a aproximação da Psicologia a um espaço de debate e diálogo. O pesquisador ou pesquisadora se coloca, então, horizontalmente durante a realização de sua pesquisa. Os micro-lugares formam o cotidiano das pessoas em interação e essa comunicação vem para mostrar que os lugares são as próprias pessoas.

Desta forma, nos ausentarmos do cotidiano seria desperdiçar potencialidades de pesquisas em ambientes familiares para as pessoas que entraremos em contato (SPINK, p.,2008). Considera-se relevante a imersão do pesquisador ou pesquisadora nesse lugar que se aproxima do universo das pessoas. Certeau contribui ao trazer que a ocasião do encontro entre as pessoas denota que é aconselhável nos atermos a estes “relatos populares” (1998, p. 159) que podem surgir nestas interações.

Certeau segue em sua explanação ao demarcar que “a ocasião é “aproveitada”, não criada” (1998, p.162). A partir disso, ressalta-se que estes fragmentos do cotidiano deveriam ser aproveitados pelos pesquisadores e pesquisadoras e não planejados. Acrescenta-se, ainda que a memória da pessoa a se trocar este diálogo se manifesta naquele espaço e lugar, sem que haja uma estruturação de que se pudesse dizer (CERTEAU, 1998). O encontro é responsável por trazer a tona sua narrativa.

Neste âmbito, o pesquisador ou pesquisadora devem fazer uma reflexão de modo a avaliar seu próprio cotidiano, se dando conta que são nessas interações com outras pessoas e com o mundo que ocorre a produção dos sentidos (PETER, P., 2008). Peter Spink (2008) ainda levanta que o pesquisador ou pesquisadora ainda deve passar a se enxergar no processo não mais como um observador ou até mesmo como um pesquisador participante, mas apenas como elemento deste panorama. Imerso nesse lugar de pesquisa, as conversas e uma postura diferente em relação ao campo ganharão uma nova conotação.

2.4 Conversas informais, diário de campo e escrita de si

Na contramão do movimento acadêmico atual, que segue numa busca pela objetividade, opta-se pelo uso da conversa como ferramenta metodológica da pesquisa em questão, visto que se considera uma alternativa viável para abordar o tema proposto (BATISTA, BERNARDES & MENEGON, 2014). Por seguir uma linha construcionista, é necessário ressaltar o caráter essencial da conversa na construção de sentido no cotidiano, que proporciona a valorização de ambientes que exaltem a diversidade.

Menegon (2013) traz a importância das conversas informais como um espaço de produção de sentido no cotidiano, dentro da teoria de práticas discursivas e produção de sentido, mostrando que os diálogos, por estarem num campo informalizado, representam uma vantagem para quem as utiliza. Apesar de possuir vantagens na utilização das conversas, identifica-se ao longo da trajetória acadêmica uma grande estruturação da interação humana, compartimentalizada em instrumentos rígidos, como testes e entrevistas, que impossibilitam a utilização e o aproveitamento da conversa, ou até mesmo, inviabilizando-a (BATISTA ET. AL., 2014).

O questionamento acerca da forma como a ciência vem sendo utilizada em pesquisas, não visa sua desvalorização, apenas indaga a respeito de outras formas de se fazer ciência que estão sendo pouco aproveitadas (BATISTA ET. AL., 2014). Trazendo para a realidade das transgeneridades femininas em situação de rua, não se pode desprezar a informalidade trazida

em uma possível conversa, capaz de gerar um lugar de conforto e mais próximos dos seus cotidianos, apresentando mais autenticidade para o seu discurso. O interessante das conversas seria o caráter flexível com que se lida com regras, haveria mais espaços para produções diversificadas de sentido e conteúdo. A informalidade abre estes espaços (MENEGON, 2013). Uma modalidade que proporciona uma variedade de repertórios interpretativos, de acordo com Menegon (2013), estes repertórios permeiam as práticas discursivas e estão ligados às formas de linguagem, locais, entre outros.

A proposta da metodologia objetiva romper com o modo tradicional de se fazer ciência, o que é relevante para o tema atual, uma vez que estas pessoas são expostas a opiniões e atitudes conservadoras por parte da sociedade (BATISTA ET. AL., 2014). A técnica viria para que se sentissem como agentes principais na produção do conteúdo elaborado no diálogo, desenvolvendo, também, seu protagonismo na conversa.

Enfatiza-se a presença de espontaneidade na conversa entre a pessoa e pesquisador, pois isso será capaz de determinar o sucesso da pesquisa (BATISTA ET. AL., 2014). Essa espontaneidade deve ser pautada pela centralidade, onde ambos constituirão uma relação recíproca e horizontal. Todos estes fatores motivam a produção de sentidos de forma adequada. Uma vez que a conversa se estabelece, o pesquisador está sempre em campo, caracterizado pela informalidade a todo instante. O diário de campo, portanto, seria uma boa ferramenta para se utilizar nessa interação entre pesquisador ou pesquisadora e participante(s) (BATISTA ET. AL., 2014).

A partir do exposto sobre o diário de campo, Medrado, Mary Jane Spink e Mélo (2014) o definem como escritos acerca de vivências e experiências do cotidiano de uma pessoa. Considerado uma produção narrativa, o diário de campo possui uma ampla utilidade para aqueles (a)s que o adotam em suas pesquisas.

Enfatiza-se, nesse momento, o caráter atuante do diário de campo, onde Medrado et al. (2014) discorrem:

O diário, como afirmamos, é um atuante: com ele e nele a pesquisa começa a ter certa fluidez, à medida que o pesquisador dialoga com esse diário, construindo relatos, dúvidas, impressões que produzem o que nominamos de pesquisa. Esse companheirismo rompe com o binarismo sujeito-objeto, tornando o diário também um ator/atuante que permite a potencialização da pesquisa (MEDRADO et al., 2014, p. 278).

A partir desta dinamicidade que o diário de campo estimula, pode-se relacionar sua execução ao que Foucault (1992) traz sobre a escrita de si mesmo. A escrita de si nos faria refletir sobre a perversidade e a vergonha que temos em agir de acordo com o que realmente somos, sem medo de termos um comportamento que será julgado por outros. Foucault (1992) revela que a arte da escrita espontânea de si mesmo provoca no leitor uma sensação de presença, como se o escritor realmente estivesse ali fisicamente. Além da transmissão de seu pensamento ao leitor, quem escreve experimenta uma descoberta de si mesmo, onde há a geração de entendimentos que surgem a partir desta prática (FOULCAULT, 1992).

Deste modo, ampliam-se as discussões acerca da pesquisa em que a sensação de passado do que se vivenciou e sentiu é superada pela escrita sempre presente (MEDRADO et al., 2014). Supera-se a verticalidade das discussões ao se imprimir fatores que levam o pesquisador a se enxergar como parte do campo de pesquisa. Surge o conceito de campo-tema, que não seria apenas o local de pesquisa, mas sim, esta imersão no processo e acontecimentos experimentados. De acordo com Peter Spink (2008), no campo-tema, os pesquisadores estariam sempre vinculados socialmente à sua pesquisa, fazendo parte ativamente de sua execução.

Assim, a vivência e uso das metodologias citadas serviriam como forma de aproveitarmos a informalidade que nos é dada e vivenciarmos a espontaneidade dos acontecimentos (MEDRADO et al., 2014). Busca-se, desta maneira, se sobrepor a uma pesquisa vertical e distante. Uma metodologia mais próxima, priorizando o cotidiano das transgeneridades femininas, nos permitiria um fazer horizontal, visando o bem estar coletivo, sem que haja uma relação binária entre sujeito e objeto (SPINK, p., 2008).

CAPÍTULO 3

3 PERCURSO METODOLÓGICO

3.1. Natureza da Pesquisa

Sabe-se que o campo científico é complexo e recheado de abordagens múltiplas que nem sempre coadunam entre si; dentre essas diversas formas de se fazer ciência, a pesquisa social, de certa maneira, quebraria com um padrão de rigidez que se espera de um modelo de cientificidade (MINAYO, 2009). Diante deste panorama, enxergar-se-ia a pesquisa social como um contraponto, já que quando se pesquisa por esse viés, por muitas vezes, existiria uma visão que a considera como inferior a um método estritamente quantitativo e, supostamente, mais científico.

Historicidade seria a essência da pesquisa social, que primaria por um objeto qualitativo, transbordando um conteúdo que perpassaria qualquer teoria acadêmica (MINAYO, 2009). A história do sujeito já estimularia, então, uma reflexão crítica no pesquisador a praticar sua empatia ao iniciar um processo de pesquisa.

Dentro deste contexto se partiria do princípio que, ao iniciar uma pesquisa, o pesquisador deveria possuir uma mínima noção do ambiente em que vai se inserir, além obter fundamentos que estejam ligados ao método a ser empregado (VASCONCELOS, 2011). Também deve ser desenvolvido um olhar crítico que permita a alteração ou modificação do projeto conforme seu andamento, preparado para uma mudança de panoramas, tanto focadas no objeto, como na metodologia (VASCONCELOS, 2011), corroborando com Minayo (2008), que recomenda uma revisão do objeto em todas as instâncias da execução do projeto.

3.2 Operacionalização

3.2.1 Local da pesquisa

Entramos em contato com a Gerência de Diversidade Sexual e Gênero, situada na rua Major Gabriel, 1192, Centro; ligada à SEJUSC/AM (Secretaria de Estado de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Amazonas), situada na rua Celetra 7, 76, Adrianópolis; para indicação de pessoas para a realização da pesquisa. A equipe da gerência se comprometeu a

me levar até as pessoas por realizarem ações voltadas às pessoas que se encontram em situação de rua. As conversas informais foram realizadas nos locais que as mulheres transgêneras costumam frequentar cotidianamente.

A Gerência de Diversidade Sexual e Gênero, por possuir segmentos que trabalhem com a população transe com pessoas em situação de rua, ainda poderá nos indicar como chegar a estas pessoas por conta própria, seja por meio de contato telefônico e, para aquelas que não possuam, a indicação de locais, movimentos sociais e pessoas que possam auxiliar no encontro.

3.2.2 Participantes

Foram realizadas conversas informais com quatro transgeneridades femininas, a partir de 18 anos, que se encontravam em situação de rua na cidade de Manaus. O universo de participantes não foi citado porque não existem pesquisas ou dados que nos mostrem a quantidade de pessoas trans em situação de rua no Brasil. Chegaremos até essas pessoas através da indicação e orientação de membros da Gerência de Diversidade Sexual e Gênero, situada na rua Major Gabriel, 1192, Centro; ligada à SEJUSC/AM (Secretaria de Estado de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Amazonas), situada na rua Celetra 7, 76, Adrianópolis. Por trabalharem diretamente em contato com essas pessoas, a instância se mostrou adequada para chegarmos até as transgeneridades femininas, uma vez que os dispositivos servem de referência quando falamos em situação de rua na cidade, além de estarem em contato constante com estas.

3.2.3 Critérios de inclusão

Participaram da pesquisa apenas pessoas que se identifiquem como travestis e mulheres transexuais, trans ou transgêneras, a partir dos 18 anos, que se encontrassem em situação de rua, seja vivendo e dormindo na rua, ou que passem a maior parte do seu dia nesse contexto; aquelas que, mediante consentimento, assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

3.2.4 Critérios de exclusão

Dentre daquelas que se identifiquem, serão excluídas aquelas que não consigam se comunicar verbalmente; que não tenham na rua o lugar de maior parte do seu cotidiano; pessoas que apresentem transtorno mental incapacitante; pessoas que apresentem estado de embriaguez ou entorpecimento no momento da pesquisa; pessoas que apresentem

mobilização psicológica exacerbada, por meio de choro ou vontade de interromper o andamento da conversa e pessoas que, após a conversa, desejem que seu relato não conste na pesquisa.

3.2.5 Material e Instrumentos

Por estarmos imersos nos ambientes do cotidiano das transgeneridades femininas, optou-se apenas pela utilização da técnica de conversas informais e posterior escrita do diário de campo. As conversas foram escolhidas por estarem coerentes com o ambiente de informalidade.

3.2.6 Procedimento para coleta das informações

a) Como processo de chegada a estes lugares os quais as transgeneridades femininas se encontram, entramos em contato com a Gerência de Diversidade Sexual e Gênero, ligada à SEJUSC (Secretaria de Estado de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos), a fim de que pudessem nos auxiliar no contato com as transgeneridades femininas; o termo de Anuência será enviado para o (a) representante da SEJUSC/AM;

b) Após avaliação em banca de qualificação o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFAM;

c) Após o parecer favorável à pesquisa, entramos em contato com o dispositivo parceiro a fim de começarmos o processo de ida até os micro-lugares vivenciados pelas transgeneridades femininas.

d) As conversas informais foram realizadas com as transgeneridades femininas a fim de conhecer seus cotidianos; buscando a concretização da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, caso aprovando sua participação na pesquisa.

3.2.7 Procedimento para transcrição das conversas informais

As conversas informais foram realizadas no contato com as transgeneridades femininas e depois relatadas no diário de campo.

3.2.8 Procedimentos para a análise das informações

O processo de análise das informações se dará a partir da elaboração do diário de campo. As passagens descritas, que conterão falas das participantes, impressões, angústias e reflexões do pesquisador, serão divididas tematicamente e posteriormente analisadas

(MEDRADO, SPINK, m. j. & MELLO, 2014). Para a análise, será utilizada bibliografia concernente aos tópicos estipulados no processo de elaboração contínuo do diário de campo.

3.3 Considerações éticas

Esse projeto de pesquisa foi submetido à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Serão seguidos os cuidados éticos da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde – CNS em consonância com a Resolução nº 510/2016 também do CNS.

CAPÍTULO 4

4 Diário de Campo

Aqui começo o diário de campo da pesquisa. Um percurso tão almejado, envolto de ansiedades, perspectivas e sentimentos que devem e serão explorados ao longo deste trabalho. Nesta parte da dissertação, contarei como a pesquisa iniciou em sua fase de campo e como chegamos até os locais de encontro com as transgeneridades femininas em situação de rua. Apresentarei, também, um resumo sobre a vida de cada uma das protagonistas desta pesquisa para, então, debruçar sobre suas práticas discursivas. Por fim, farei uma sessão sobre a percepção de um pesquisador cis no cotidiano de mulheridades trans.

Finalmente, depois da longa espera da aprovação do projeto pelo Comitê de Ética, agendei uma reunião com a Tiana, minha grande parceira nesse percurso em direção à fase campo da pesquisa. Inicialmente, Tiana me relatou um pouco das ações que a Gerência de Diversidade e Direitos Humanos iria realizar no decorrer do ano, porém achou que não poderíamos esperar pelas ações porque poderiam demorar demais para acontecer. Só esse gesto já me deixou extremamente feliz.

Tiana sugeriu que nós mesmos fôssemos ao encontro das pessoas trans e situação de rua a partir dos dados que ela já possuía; dos locais que conhecia e das pessoas com as quais ela já se encontrou em outro momento. Agindo desta maneira, não ficaríamos nas mãos do calendário do Estado, tendo a possibilidade de conversarmos com mais calma.

Nesse instante eu aproveito para explanar que desde que eu imaginei a pesquisa, sempre mantive uma postura de cautela em relação ao local que eu fosse estabelecer uma parceria, contudo é mais do que necessário registrar a colaboração e a imensa boa vontade que a Tiana teve comigo no decorrer do percurso. Sempre receptiva e, mesmo com inúmeras atribuições do cargo e da sua militância enquanto mulher, lésbica e negra, Tiana ainda se dispôs a caminhar comigo nesse trajeto.

Minha relação com a Tiana só me faz continuar acreditando que com diálogo entre pessoas que tenham, da sua maneira, vontades de mudar situações, trabalhar a favor da equidade e modificar o mundo em que vivem, as realizações se tornam mais alcançáveis.

A pesquisa aconteceu em diversos pontos do centro de Manaus. Praças, avenidas, pequenas ruas. Percorremos a pé e de carro por muitos pontos. A fim de que pudéssemos

efetivar as visitas, Tiana me pediu que levasse amigas (o)s para realizarmos os trajetos. Tiana explicou que seria melhor para nos sentirmos mais seguros.

Foi então que decidi chamar duas amigas que conheci durante o mestrado. Andreza e Mayara são duas grandes amigas que fiz nesses dois anos e eu não poderia me sentir mais confortável na companhia de duas pessoas como senti com elas. Ficamos amigos discutindo questões sociais, raciais e de gênero e estamos sempre aprendendo e crescendo uns com os outros. Tê-las comigo nesse processo foi um grande presente. Foram cinco idas ao(s) campo(s) e Mayara e Andreza estiveram presentes na maior parte delas.

No dia 23 de Maio foi o primeiro dia que fomos a campo, eu e Tiana, mas somente no dia 6 de Junho que conseguimos falar com a primeira participante desta pesquisa. Todas as participantes escolheram seus nomes fictícios ou pediram que escolhêssemos.

4.1 Almerinda

Combinamos que iríamos nos encontrar por volta de 20 horas e, em virtude disso, pediu que fôssemos num grupo maior a fim de que tivéssemos mais segurança. Como eu queria pessoas de confiança junto comigo nesse processo tão pessoal, convidei Andreza e Mayara para nos acompanharmos.

Saímos da UFAM por volta de 19:20 para encontrarmos com a Tiana no Largo São Sebastião, uma praça famosa da cidade, onde se encontra o Teatro Amazonas, um dos cartões postais da cidade. Naquele dia estava ocorrendo um festival de samba na praça, que estava bem movimentada. Assim que encontramos com Tiana, apresentei Mayara e Andreza e saímos andando pelas ruas do centro da cidade em direção à praça da polícia, lugar sugerido por Tiana.

De acordo com Tiana, muitas travestis e mulheres trans costumavam dormir aos arredores da praça e aquele horário seria um bom lugar para encontra-las. Até que chegássemos à praça, percorremos diversas ruas extremamente desertas, apesar de iluminadas. Andreza até observou que não havia reparado tanto nos detalhes daquelas vias, já que durante o dia o movimento é muito intenso, com camelôs distribuídos pelas calçadas e pedestres cruzando o caminho.

Assim que chegamos na praça, a percorremos por fora, sem que adentrássemos seu interior, coberto por árvores, pontes, com uma iluminação bem fraca, não permitindo que conseguíssemos enxergar direito. Pegamos umas das ruas perpendiculares à praça, com o intuito de caminharmos também pela região de seu entorno. Tiana comentou que algumas

meninas costumavam ficar em um dos trechos percorridos, mas que naquele dia não presenciávamos qualquer movimento delas.

Voltamos para a praça, ainda sem ninguém, em direção, novamente ao Largo. Tiana sugeriu que déssemos uma volta de carro pelas proximidades do Largo, percorrendo outras ruas que ainda não havíamos visitado. Acordamos que 21:30 iríamos sair de novo para procurar por elas. No período de 21 horas até o horário definido, assistimos ao show de samba, onde nos divertimos bastante, esperando pelo horário.

Após o show, fomos em direção ao local que estacionei o carro. Passamos por outra praça, a do Congresso, e numa das ruas que cortavam a praça encontramos algumas garotas de programa e perguntamos a elas se sabiam onde possíveis travestis e meninas trans em situação de rua se encontravam. Uma delas disse que não sabia, outra, que falava espanhol, afirmou que ela costumava ficar na Avenida Getúlio Vargas, uma das principais do centro.

Descemos a rua em direção à avenida indicada. Estávamos esperançosos de encontrar alguém. Em determinado momento avistamos uma garota de programa do outro lado da rua; demos a volta e estacionamos o carro para falar com ela. Fizemos a mesma pergunta para a moça, se ela conhecia alguma menina trans em situação de rua que ficaria por ali. A moça, que também falava espanhol, disse que não havia nenhuma menina ali que morasse na rua. Agradecemos, então e seguimos em direção ao carro.

Demos outra volta pelo local onde já tínhamos passado até que encontramos de novo a moça que falava espanhol mais uma vez. Dessa vez, decidimos parar o carro e conversar com ela. Tiana dessa vez resolveu ficar no carro. Fomos nós três ao encontro dela, que estava acompanhada de outra mulher. Depois de nos apresentarmos, perguntamos delas se poderíamos conversar um pouco e as duas assentiram.

Dissemos que a pesquisa era com travestis e mulheres trans que passavam a maior parte do seu dia na rua. As duas, então disseram que se identificavam como mulheres trans. Perguntamos como estava o movimento naquela noite e a brasileira disse que estava fraquíssimo. Percebemos que a que falava espanhol ficou um pouco calada por não falar português. Enquanto tentávamos entendê-la, a outra menina disse que iria se olhar no espelho e saiu. Ficamos a sós com Almerinda.

Almerinda, mulher trans, é venezuelana recém-chegada em Manaus, estando aqui há somente três semanas. Trabalha com prostituição aqui no Brasil durante a noite e a madrugada e com costura durante o dia. Veio para o Brasil para conseguir dar melhores condições de vida para sua família, com a qual relata ter uma boa relação hoje.

Costuma dormir em um hotel, onde fechou um pacote mensal. Almerinda contou que sua renda é suficiente para viver e auxiliar a família. Conversamos por mais um tempo, quando percebemos o movimento da rua começar a aumentar, momento que decidimos por interromper a conversa e nos despedirmos de Almerinda, que foi extremamente simpática e solícita, ainda que com a diferença de idioma. A conversa fluiu bem, sem dificuldades.

Por fim, falamos sobre o termo de consentimento livre e esclarecido e pedimos que Almerinda assinasse e explicamos sobre o atendimento psicológico que teria direito caso quisesse realiza-lo. Almerinda não quis escolher um nome fictício e disse que poderíamos pensar em um. Mais tarde, no mesmo, dia procurei algum nome que fizesse algum sentido e escolhi Almerinda, nome proveniente da língua espanhola, que significa “aquela que vigia” ou “a vigilante”.

Depois de conversarmos com ela, comemoramos o fato de termos encontrado alguém para colaborar conosco e conversamos mais sobre a próxima visita que faríamos e as repercussões da conversa, que serão abordadas posteriormente.

4.2 Geovana

Depois de quase um mês longe do campo, eu e Tiana combinamos o novo dia da pesquisa. Tiana teve muitas tarefas ao longo deste período por conta do mês do Orgulho LGBT, então nada mais justo do que espera-la executar suas funções. Marcamos 21 horas no Largo São Sebastião mais uma vez e, de novo, Andreza e Mayara nos acompanharam.

Chegamos faltando cinco minutos para às 21 e ainda conversamos um pouco e ouvimos um pouco da MPB que estava tocando enquanto esperamos por Tiana. Não demorou muito até que estivéssemos todos juntos. Tiana sugeriu que déssemos a volta de carro pelos mesmos lugares da última vez que fomos a pé.

Ao passar pelas vias percebemos que o movimento estava ainda menor, o que nos fez questionar acerca do horário que estávamos indo. Cogitamos a possibilidade de ir outros dias de manhã ou à tarde. No horário da tarde, em outro dia, Tiana disse que encontrou com uma das garotas trans que ela conhecia. Depois de rodarmos um pouco mais pelo Centro da cidade definimos que a próxima visita seria durante o dia.

Quando estávamos quase desistindo, viramos em rua próxima a um dos bares famosos do centro da cidade de Manaus e avistamos uma moça em uma das esquinas, sentada na calçada.

Ao chegarmos onde estava, nos apresentamos como estudantes da UFAM e perguntamos se poderíamos conversar com ela, Geovana assentiu e se apresentou com seu nome social. Como quebra gelo, eu revelei o nome da pesquisa e perguntei se ela conhecia travestis ou mulheres trans que passavam uma boa parte de seus dias na rua. Geovana respondeu que sempre haviam várias, quando questionada sobre os locais, disse que sempre havia muitas perto de um famoso bar de strip de Manaus. Perguntamos por quanto tempo ela ficava na rua e Geovana respondeu que de sete da noite às cinco da manhã. Mayara perguntou há quanto tempo trabalhava com a prostituição e Geovana respondeu com muito entusiasmo que desde 1993.

Geovana revelou que se identifica como mulher transgênero, que está satisfeita na profissão e não pensa em se mudar. Durante o dia fica em casa e tira todo seu sustento da profissão. Relatou que hoje tem uma boa relação com a família e não pensa em fazer cirurgia de redesignação sexual. Geovana explicou que já teve problemas na escola, que a fizeram sair. Já morou em São Paulo e na Itália e pensa em voltar à Europa para ficar um tempo em breve.

Conta que sua vida na Itália era melhor que no Brasil, mas que ainda assim tinha problemas com sua identidade por lá. Contou que em São Paulo sua vida era mais tranquila do que em Manaus. Também explicou que é bem atendida nos serviços de saúde. Pedi, então, que Geovana assinasse o termo de participação na pesquisa e perguntou se não estávamos gravando sem que ela soubesse; garantimos que não, mostramos o termo, entregamos sua via e depois ela disse que poderíamos nos falar pelo facebook em outro momento.

Geovana gostou da ideia de ter um nome fictício e pediu que escolhêssemos um que parecesse com ela. Mayara deu a sugestão de usarmos um bem italiano, o que Geovana adorou. Cogitamos alguns até que Geovana foi o preferido por ela. Despedimo-nos e agradecemos imensamente pela contribuição. Outros aspectos da fala de Geovana serão abordados em momentos futuros.

4.3 Vitória

Marcamos com Tiana, 17:30 no Largo para, dessa vez, realizarmos uma visita no período da tarde pelo Centro da Cidade. Cheguei um pouco mais cedo com Mayara e ficamos em uma lanchonete tomando um suco e esperando pela Tiana. Assim que Tiana chegou, saímos em direção às praças e avenidas do centro.

Percorremos muitos lugares que já havíamos visitado, porém, sem encontrarmos nenhuma das mulheres que Tiana já conhecia. Quando achávamos que aquele horário não

seria o ideal, encontramos com Dona Ana na frente da Igreja. Dona Ana é presidenta da Associação de profissionais do sexo de Manaus. Perguntamos se encontraríamos algumas das mulheres trans e travestis por ali. Dona Ana afirmou que naquele horário seria muito difícil; seria melhor esperarmos até umas 20 horas, também relatou que a grande maioria das profissionais do sexo de Manaus não gosta de ser chamada de prostitutas ou putas, pois consideravam negativo, além de relatarem que prostitutas e putas seriam aquelas que não cobram, ao contrário delas. Agradecemos Dona Ana, nos despedimos e Tiana logo perguntou? Quem topa ficar até 20 horas? Eu e Mayara concordamos imediatamente.

Depois da conversa com Dona Ana, subimos, então, uma rua repleta de bares em direção à outra praça da cidade. Ao chegar na praça, avistamos um grande grupo, de mais ou menos umas sete pessoas. A princípio, eu achei que fossem todos homens cisgêneros e não dei tanta atenção, porém, ao chegarmos mais perto, Tiana avistou uma pessoa que parecia conhecer.

Foi então que Tiana passou a conversar com Vitória, uma menina que já conhecia de outras oportunidades. Tiana perguntou se ela poderia conversar com a gente e, nesse primeiro momento, apenas as duas interagiram, e Vitória deu uma avalanche de informações sobre sua vida.

Vitória foi a pessoa que mais nos deu informações sobre sua vida, expondo inúmeras experiências. Vitória, que se identificou ao longo da conversa como travesti em alguns momentos, foi a primeira das participantes a viver e dormir na rua, não apenas trabalhando.

Vitória relatou como consegue se alimentar, seja por ajuda de instituições ou por conta própria, já tendo tido, inclusive, infecção alimentar por conta disso; contou como funciona a rotina em grupo e onde dormem. Soubemos das formas que Vitória encontra, eventualmente, para conseguir dinheiro, já tendo recorrido a pedir em sinais de trânsito ou através da prostituição, onde demonstrou situações que a colocam em risco. Dentre estas ocasiões, demonstrou que desistiu de pedir ajuda aos outros na rua, pois estava cansada de levar sermões; em relação à prostituição, explicou que às vezes teme por sua saúde, apresentando medo de ter se infectado durante o trabalho.

Vitória afirmou ter problemas com as drogas e que está tentando realizar tratamento para sair desta situação que a deixa muito mal. Explicou que deixou de andar com roupas femininas por sofrer assédios e não aguentar mais, mas que tem vontade de ter a aparência mais feminina outra vez.

Sobre sua infância, conta que teve uma relação conturbada com sua família, tendo passado por situações de abuso sexual cometidas por um primo. O contato com os familiares

atualmente é inexistente por considerar o irmão violento e a mãe omissa em relação às atitudes dele. Sobre sua vida afetiva, relatou que seu namorado está preso.

Como meta para os próximos dias, Vitória deseja conseguir um isopor para que possa vender balas na rua e conseguir se hospedar em um hotel que fica perto de onde costuma dormir. Depois de relatar estes fatos, combinou com Tiana uma visita à Gerência para realizar os exames para detectar possíveis infecções sexualmente transmissíveis. Depois de Vitória e Tiana agendarem a visita, pedimos que Vitória assinasse o termo de consentimento. Depois de sua assinatura agradecemos imensamente sua contribuição e fomos tentar encontrar com Kelly, que foi indicada por Vitória. Tiana também já conhecia Kelly e agora que já sabíamos o possível local que costuma passar a noite, só teríamos que andar mais um pouco.

4.4 Kelly

Ainda voltando em direção ao Teatro Amazonas, fomos em direção à outra praça, onde Vitória já havia dito que uma amiga sua ficava guardando carro. Percorremos um pequeno trajeto até chegar num local onde estavam muitos carros e Tiana logo reconheceu Kelly e se abraçaram. Tiana pediu que conversássemos um pouco na praça, mas um rapaz que estava acompanhado de Kelly a chamou num canto e eu supus que estivesse preocupado com ela. Mais tarde saberíamos que aquele era seu namorado.

Chegamos na praça e resolvemos nos sentar em um gramado, no chão, expliquei como seria a conversa, que queríamos saber um pouco sobre sua vida. Kelly iniciou sua fala relatando as dificuldades de viver na rua, que incluíam as dificuldades nos momentos de chuva e as constantes tentativas de agressão.

Kelly, que se identifica como mulher trans, conta que desde sua infância não deixou que a impedissem de ser quem era, ainda que tivesse dificuldades na família. Sua convivência com pai e mãe era boa e sua situação dentro de casa só começou a piorar quando os dois faleceram. Neste momento teve que ficar com os irmãos, que não a respeitavam. Este foi um dos motivos que a fez abandonar sua casa e ir para a rua.

Kelly explica que a vida na rua é bem melhor, apesar das dificuldades. Conta que a alimentação é um momento difícil, conseguindo, de vez em quando o almoço com restaurantes. Sobre a violência nas ruas, Tiana e Kelly compartilharam o momento que se conheceram como uma circunstância em que Kelly tinha sido acusada de roubo. Kelly afirmou que acreditava na motivação preconceituosa da perseguição que sofrera e, se não

fosse por Tiana ter aparecido, teria sido agredida fisicamente. Kelly também disse que a agressão verbal é uma das que mais doem para ela.

Sobre sua vida afetiva, explicou que conheceu seu marido também num episódio de violência em que ele estava, tendo o ajudado a se livrar da agressão, o que aproximou o casal. Relata que costumam tomar banho e tomar água num cemitério. Kelly e o marido ganham dinheiro guardando carro no período noturno; Kelly já se prostituiu antes, mas não sente mais vontade desde que começou o relacionamento atual.

Sobre a escola, Kelly relata ter vivido um momento bom porque muitos profissionais eram homossexuais, o que acredita ter tornado a convivência mais fácil, apesar disso abandonou os estudos por falta de dinheiro. Sobre o acesso a serviços de saúde, conta que às vezes não é bem atendida pelas pessoas não respeitarem seu nome. Relata ter conseguido alterar seu nome nas documentações, como CPF e identidade.

Kelly também trouxe sua experiência no Centro POP aqui em Manaus, discorrendo sobre as dificuldades de ser bem tratada no serviço, contando sobre os preconceitos e maus tratos que a população de rua sofre ao recorrer ao serviço. Comparece ao local apenas por causa de algumas poucas profissionais, como a psicóloga, que a ajuda bastante. Em último caso, também recorre ao centro quando está com fome, sede ou precisando tomar banho. Depois de falar sobre o Centro POP, pedimos que Kelly assinasse o termo de consentimento, que escolheu seu nome fictício. Agradecemos, então sua participação, enquanto éramos observados pelo seu marido na esquina da praça, que já havia pedido a ela que não demorasse muito.

CAPÍTULO 5

5 Análise dos Resultados

Almerinda, Geovana, Vitória e Kelly são as grandes protagonistas desse trabalho e tiveram a nobre atitude de ceder seus discursos para que a pesquisa pudesse ser efetivada. Antes de iniciar a análise das práticas discursivas, gostaria de introduzir o(a) leitor(a) a uma discussão sobre a estrutura de nossa sociedade.

No referencial teórico, foram apontadas questões relacionadas à nossa sociedade e o quanto ela pode priorizar determinados perfis em detrimento de outros. Neste caso, levanta-se, novamente a cisgeneridade como categoria e vivência de gênero priorizada por nossa estrutura limitada em abranger diversidades e potências de ser. No decorrer da análise, poderemos perceber o quanto esta estrutura, que afasta as transgeneridades de possibilidades de ascensão se mostra violenta e opressora em diversos níveis, sejam através da violência simbólica até a violência física.

Diante disso, as práticas discursivas presentes acabam por servir de denúncias a um sistema que não compreende particularidades e à medida que formos avançando nesta etapa da dissertação, suas nuances ficarão mais visíveis e reveladoras.

5.1 “Palhaço de ninguém”

Optei por utilizar o termo transgeneridades femininas como título deste trabalho pela possibilidade de encontrar diferentes percepções de si, no que tange ao gênero com o qual as participantes dessa pesquisa poderiam vir a se identificar.

Butler (2017) traz em seu bojo uma crítica ao binarismo em nossa sociedade e o quanto este não é capaz de dar conta das possíveis vivências de gênero. O contato com Almerinda, Geovana, Vitória e Kelly trouxe a confirmação desta pluralidade na vivência de gênero, através das suas identificações distintas. A venezuelana Almerinda relatou que se identificou como mulher trans aos 10 anos. Geovana, por sua vez, ao ser questionada sobre sua identificação afirmou ser mulher transgênero, deixando evidente que sempre se identificou como mulher trans e Kelly explicou que se identificou como mulher trans aos 11 anos, não deixando que ninguém interferisse em sua escolha.

Os relatos de Almerinda, Geovana e Kelly servem como exemplo de identificações de gênero que retratam a transgeneridade como uma vivência que não é considerada legítima pelas estruturas de poder. Nas palavras de Kelly, percebe-se um movimento de resistência ao relatar possíveis tentativas de adequá-la a um modelo, onde precisou reafirmar seu direito de ser quem queria.

A fala de Vitória ainda traz aspectos relacionados a vivências de gênero não normativas e definidas. Vitória nos contou que já foi travesti, mas que hoje é boy, mas que quer voltar a ser travesti. Diz que já teve cabelão e corpão. Por ora, notam-se múltiplos tópicos a serem discutidos. Vitória traz em sua vivência singular, o gênero atrelado à temporalidade e ao corpo que possui no momento. O fato de se enxergar, por ora, como boy, está relacionado ao corpo que possui. Vitória deixou de tomar hormônios e está com o cabelo bem curto e, por isso, no seu entendimento, deve ser considerada como uma figura masculina.

A construção do gênero de Vitória traz um fator diferente de Kelly, Almerinda e Geovana, pois parece borrar mais fronteiras. Sua identidade mostra-se fluida de acordo com a fase da vida que vivencia. Quando questionada do porquê de ter deixado de ser travesti, relatou que recebia muita “bagunça”, que às vezes as bagunças eram boas, na sua percepção, como assovios, mas que em outras situações, como diante de agressões, se sentia mal com aquilo e começou a pensar se não estava ali para a diversão dos outros, que não seria “um palhaço para ninguém”. Por esta razão, decidiu cortar os cabelos e voltar a andar como boy.

A maneira como Vitória vivencia a construção de seu gênero representa a pluralidade de performatividades trans que podem existir em nossa sociedade. Leal e Mostazo (2017) abordam a crítica ao uso do termo LGBTT como um fator limitador na compreensão de identidades, mostrando que não é o suficiente para abranger identidades. Enfatiza-se a importância das siglas para reivindicações, mas há de se discutir as falhas provenientes dessas estruturações. As transgeneridades passam a ser afastadas das outras letras e as demais, relativas à gays, lésbicas e bissexuais são vinculadas à hegemonia cisnormativa, provocando ainda mais distanciamento, ou seja, fatores de sexualidade passam a ser associados à vivência cisgênera (LEAL, 2018).

Na situação de Vitória, vemos uma sociedade que não está preparada para lidar com um corpo trans e a impede de viver suas potências de gênero. Em seu discurso notamos que a opressão aparece em forma de bagunça, nos momentos que, de acordo com Oliveira (2017), o Estado falha em garantir o direito de uma cidadã que, para se proteger, precisa adotar um corpo que se aproxime mais do masculino. Este fracasso estrutural em assegurar a liberdade

das pessoas fica visível quando Vitória afirma que têm tentado viver a vida como homem, mas não têm conseguido, pois quer voltar a “ser mulher, travesti”.

As formas como Vitória, Kelly, Almerinda e Geovana se identificam são legítimas. São transgeneridades plurais que não devem ser compartimentalizadas, nem catalogadas por terem vivências e corpos distintos. As participantes, ao afirmarem suas identidades trazem uma perspectiva de resistência às normas de gênero através da autodeterminação (OLIVEIRA, 2017).

As participantes também apresentaram alguns relatos voltados para a vivência de seus gêneros ao longo de suas vidas. Kelly relatou que sempre se vestiu de mulher na casa dos pais e que quando a mãe descobriu que gostava de outro garoto, disse que não ia abandoná-la por conta disso. Geovana, por sua vez, contou que aos onze anos já havia retirado sua sobancelha.

Geovana e Kelly compartilharam conosco suas experiências com signos femininos desde cedo, apresentando ali as potências de gênero que viriam a desenvolver no futuro. Além do fator de aproximação com o feminino, Kelly também relatou a vivência da afetividade voltada para um menino em sua adolescência. Se sentir atraída por uma figura do gênero masculino mostra a vivência da transgeneridade ligada à sua sexualidade. Algo que a sigla LGBTQ, ao colocar o T separado das vivências de orientação sexual, acaba por vincular as vivências dessas orientações apenas à cisgeneridade (LEAL, 2018).

Vitória também discorreu sobre a vivência da sua sexualidade ao dizer que no início se identificava como homossexual por gostar de rapazes, mas que com o tempo conheceu umas amigas que sugeriram que ela “virasse mulher” e a partir dos quatorze anos, começou a tomar hormônio. Geovana, em relação a seu corpo, demonstrou não sentir vontade de realizar a cirurgia de redesignação sexual.

As falas de Vitória e Geovana levantam uma questão importante acerca do corpo das transgeneridades, onde a modificação corporal serviria de hierarquização do corpo trans. Aquelas que realizassem modificações, como uso de hormônios ou até mesmo a cirurgia de redesignação sexual, seriam consideradas mais mulheres que as outras (BARBOSA, 2013). Levanta-se, deste modo, a importância de se romper a idealização de uma suposta mulher perfeita, revelando que a corporeidade das transgeneridades não seria um fator que as colocaria numa escala de mulheridade (BENTO, 2014).

O corpo das transgeneridades, portanto, seria alvo de uma colonização, onde se buscaria adequá-los a uma norma de viés cisgênero, sustentada por um discurso biomédico de padronização (OLIVEIRA, 2017). Vitória e Geovana sentem-se mulheres e o corpo que

possuem ou almejam não são fatores impeditivos e deslegitimadores de suas vivências de gênero.

5.2 “Eles te beijam de noite e te tratam mal durante o dia”

A frase título deste tópico foi proferida por Geovana enquanto ainda fazia uma passagem de dois anos pela Itália. Geovana trabalha com prostituição e quando teve a oportunidade de passar um tempo no país europeu exercendo a profissão, foi. Sobre sua vida afetiva, relata ter tido muitos namorados na Itália, tendo aproveitado muito o período que esteve por lá. Apesar de ter tido bons momentos, revela que também vivenciou o lado ruim, onde proferiu que: “eles te beijam de noite, mas te tratam mal durante o dia”.

Letícia Lanz (2016) é uma autora que aborda a invisibilização constante de identidades distintas da cisnormatividade. Sua perspectiva é interessante para falarmos em o quanto uma mulher trans como Geovana pode sofrer em possíveis relacionamentos. As transgeneridades são pessoas não-ser, que são impossibilitadas de existir por não corresponderem a uma identidade legitimada socialmente. Para as pessoas trans, restaria o lugar de tentar parecer com um modelo já existente, caso contrário não estaria permitida a sua existência, ainda assim, ter passabilidade cis não seria garantia de reconhecimento e legitimidade (LANZ, 2016).

A rejeição de pessoas trans por outras pessoas estaria ligada a um não reconhecimento como alguém normal e legal, como alguém não digno de existir. Além de não se presenciar este reconhecimento pela estrutura cisgênera insuficiente, ainda se contribui para a invisibilização das identidades trans, uma vez que nem através de formulários ou pesquisas, há a opção pessoa transgênera para preenchimento (LANZ, 2016). Desta forma, se tornaria inviável uma estimativa que apontasse o número real de pessoas trans que se identifiquem, gerando mais apagamento.

Percebe-se, no caso de Geovana, que por muitas vezes, há a manifestação do desejo por outras pessoas quando não há ninguém observando, mas que durante o dia sofrem mais com a normatividade de gênero. No que diz respeito ao Brasil, conta que é pior, pois ser muito difícil alguém assumir que namora uma pessoa trans.

Nestes relatos de vivências na Itália e no Brasil a, vemos a cisgeneridade como lugar de norma e performatividade aceitável, acabando por legitimar o que é ser homem ou mulher, ficando parâmetros e formas de ser que não vislumbram outras possibilidades (LEAL, 2018).

Sobre relacionamentos afetivos, Kelly revelou que é casada. Ao ser questionada como conheceu o marido, revelou que ele estava sendo agredido por outro rapaz e que ela se meteu no meio para salvá-lo, depois disso foram ao hospital, quando se aproximaram mais. A relação começou quando ele perguntou se poderia dormir com ela na praça. Kelly respondeu que sim, mesmo que ele não tivesse um lençol, ela poderia dividir o dela com ele. Estão juntos há quase dois anos, tendo Kelly conhecido a família dele e se dando bem com eles. Vitória, sobre seu relacionamento afetivo atual, conta que estava ficando com um rapaz e estava com medo de ter contraído sífilis com ele.

Nas duas narrativas, tanto de Vitória, quanto de Kelly, apesar de viver uma relação estável com seu marido, notamos os relacionamentos permeados por fatores de vulnerabilidade e marginalização. Kelly por ter conhecido o marido em uma briga, onde a vida dos dois estava em risco e Vitória por estar com sua saúde em risco.

Ambos os fatores retratam o contexto de falta de segurança que Kelly e Vitória vivenciam, assim como explicita a travesti Maria Léo Araruna (2016), ao dizer que os corpos e identidades dissidentes que não pertencem à cisgeneridade acabam por não obterem o direito à cidade ou, quando o possuem, vivenciam uma experiência repleta de lacunas, com possibilidades de violação desta suposta liberdade.

5.3 “Tenho mais amor na rua do que em casa”

Sobre questões familiares, nossas participantes tiveram diferentes experiências. Almerinda relatou que no início foi muito difícil assumir sua transgeneridade para seus pais, mas que hoje já se resolveu com eles e está tudo bem.

O início muito difícil, no qual se refere Almerinda pode ser contextualizado pela psicóloga travesti Jaqueline Gomes de Jesus (2013), onde a autora expõe que crianças trans frequentemente têm suas individualidades suprimidas pelos adultos em função de ideais de gênero cisnormativos, gerando repressões a pessoas trans. Aqui se observa uma materialização da transfobia com crianças.

Jesus (2013) ainda pontua que as questões com pessoas trans na infância não devem ser tratadas apenas no âmbito terapêutico, fazendo-se essencial analisar e questionar fatores culturais e sociais de uma sociedade que cultiva medo, isolamento, repressão e diversas outras formas de violência às crianças trans desde sua infância.

Leal (2017) acrescenta à discussão sobre a saúde de crianças trans, ao afirmar que qualquer pessoa, cisgênera ou transgênera, deve buscar se inteirar sobre a transgeneridade,

apontando que crianças foram cisgenerificadas ainda que esta construção de gênero não abarque suas particularidades.

Geovana trouxe, na relação com a família, que seus pais consideravam errado ela ser uma mulher trans e que deveria procurar um psicólogo. Aqui, visualizamos o discurso familiar que enxerga a Psicologia numa visão biomédica e determinista, como possibilidade de uma suposta cura para a transgeneridade.

Apesar de o Conselho Federal de Psicologia ter publicado a resolução CFP 01/2018, que define as normas de atuação das e dos profissionais da Psicologia em relação às transgeneridades, agindo na direção da despatologização destas identidades, Leila Dumaresq (2016) enfatiza os desafios de um (a) psicólogo (a) atender uma travesti ou pessoa trans diante de falta de convivência e familiaridade com suas questões sociais. Como que este ou esta profissional estaria preparado para lidar com um conceito de saúde atrelado à inadequação social de uma população? Nesta direção, haveria de ser realizado um posicionamento de profissionais da saúde, no geral, diante dos seus pares focando numa atuação não normativa e refém de modelos biomédicos (DUMARESQ, 2016).

Ao contrário de Geovana, que hoje mora com sua família e Almerinda que tem uma boa relação com seus familiares, tendo inclusive vindo ao Brasil para ajudar nas despesas da casa, Kelly e Vitória não possuem aproximação com parentes, apesar de já terem tido um passado ligado às figuras parentais.

Kelly, como já descrito no tópico anterior, se assumiu como mulher trans para a família com 11 anos, tendo tido seu período mais tranquilo quando sua mãe, pai e avó ainda eram vivos, chegando até a “se vestir de mulher” dentro de casa. Explica que seus problemas começaram quando precisou conviver apenas com os irmãos, que já a condenavam pela maneira como se vestia, pois, para eles, ela havia nascido homem e não mulher. Saiu de casa pela convivência ser ruim e agressiva com os irmãos, que são quatro, sendo Kelly a caçula. Revelou que todos se dão bem entre si, menos com ela, por isso abandonou o lugar onde morava. Não quer mais relação com os irmãos e nem tem vontade; sua família são as pessoas da rua, relatando que pessoas estranhas a tratam melhor do que sua família. Tem mais amor na rua do que em casa e vive feliz com isso, mesmo com todas as dificuldades.

O episódio o qual Kelly vivenciou, ao ser deslegitimada por seus irmãos quanto à roupa que vestia, pode ser considerado uma supressão de sua identidade enquanto criança/adolescente trans; esta atitude, como mostra Jesus (2013) podem afetar sua vida quando chegam à vida adulta, devido a essas pressões pela parte da família.

A situação de Kelly mostra que ir para a rua acabou por representar a criação de outros laços afetivos mais significativos dos que o que possuía anteriormente. Kelly, assim como as travestis de Belo Horizonte, estabeleceu uma rede de apoio que a faz se sentir mais amparada na rua do que em sua antiga casa (DIAS et al., 2015). Aqui se ressalta a autonomia de Kelly em escolher permanecer na rua, agindo na contramão de atitudes verticais equivocadas em decidir o que seria melhor para quem vive em situação de rua (DIAS et al., 2015).

Vitória nos relatou que sempre morou com sua avó e seu primo que abusou dela dos sete até seus treze anos. As situações de abuso ocorriam quando ele a levava para a escola, quando paravam num mato, no meio do caminho para “ter o ato”. O primo dizia que no futuro eles ficariam juntos, que ele seria seu marido e ela sua mulher, que poderia ter “cabelão”.

Vitória seguiu contando que foram anos abusando dela, além de ameaçá-la, afirmando que se contasse algo, ele a mataria e depois se suicidaria. Porém, um dia acabou “surtando” e afirmava para ele que: “toda hora tu quer (sic)”, tendo ido em direção à avó, contando o que vinha acontecendo e a avó ainda quis agredi-la.

O abuso o qual Vitória foi vítima pode ser chamado de intrafamiliar (BRAUN, 2002 APUD Habigzang, Koller, Azevedo & Machado, 2005), por ter acontecido com um membro da família em estágio de desenvolvimento mais avançado que esta. Como no caso de Vitória, o período de abuso foi construído em meio a uma rede de segredos envolvendo ameaças à vítima, consistindo em uma forma adicional de abuso, o emocional (HABIGZANG et al., 2005).

Adiciona-se ainda o agravante de Vitória, no momento em que relata o abuso para sua avó, é culpabilizada, obtendo uma reação negativa desta figura parental; percebemos nesta conjuntura, o acúmulo de diversos fatores que podem ter acabado por gerar inúmeros traumas psicológicos para a vítima, que depois deste relato, contou que tem medo e sonha com os abusos até hoje (HABIGZANG et al., 2005).

Após a reação adversa de sua avó gerou a dissolução do convívio naquele núcleo familiar, tendo revelado tudo para a sua mãe, que ficou indignada. Vitória relatou que a mãe disse que a única coisa que poderia ter sido feita era ter deixado sua filha segura, o que não foi feito. A mãe de Vitória disse que chamaria a polícia após terem realizado exames que comprovaram o estupro. Vitória afirmou que a avó implorou para que a mãe não denunciasse seu primo para que não fosse preso, afirmando que o neto estaria doente e que iria melhorar. A mãe de Vitória acabou cedendo.

Um tópico trazido por Jota Mombaça (2016) cabe nesta análise por tratar de uma denúncia da violência atrelada ao desejo, em que comportamentos de abuso e de violência são

reproduzidos em uma estrutura cisgênera. A reprodução desta violência apareceria através do comportamento do primo de Vitória. Mombaça (2016) ainda critica o sistema, que coloca o agressor em lugar de privilégio e vantagem em relação à vítima, especialmente em contextos policiais. No ocorrido com Vitória, a repetição deste padrão ocorre, só que no próprio ambiente familiar, quando a mãe abre mão de efetivar a denúncia. Tais comportamentos que coloquem o agressor em lugar de impunidade reforçam a cultura da violência (MOMBAÇA, 2016), em especial diante dos corpos trans.

Sobre a relação atual com a família, Vitória pontua que não tem relação nem contato com ninguém há cinco anos. O que estimulou a saída de casa, quando passou a morar com a mãe e com os irmãos, foi a relação conturbada com um destes. Vitória reclamou que a mãe não fazia nada para evitar a violência do irmão e se queixou de que a mãe não a ajudou quando mais precisou, afirmando que “aquilo não era ser mãe”. Se sente rejeitada pela mãe e sente que ela só enxerga o lado dos irmãos e não gosta dela.

Além de ter passado por toda a situação de abuso quando morava com a avó e o primo, sua experiência vivendo com a mãe também não foi positiva. O acúmulo de situações familiares adversas resultou na saída de Vitória de casa, mostrando que correlação com as travestis manauaras entrevistadas por Duque (2015), que precisaram recorrer às ruas como lugar de sobrevivência.

Desta forma pode-se fazer uma conexão onde nota-se que as duas participantes que desenvolveram relações familiares mais proveitosas, como Geovana e Almerinda, não tiveram que recorrer à rua como lugar de moradia, ocupando estes espaços apenas no exercício de suas profissões, ao contrário de Kelly e Vitória, que passaram por ambientes disfuncionais, até precisarem recorrer a lugares públicos.

5.4 “A diretora me considerava um monstro”

Quando perguntada sobre a vivência na escola, Geovana revelou tinha uma boa interação com os colegas, menos com a diretora que a considerava um monstro, como se não fosse gente e que faria de tudo para expulsá-la da escola até que conseguiu, quando tinha 13 anos. Geovana disse que voltou para outra escola depois e terminou os estudos.

Apesar da aparente relação saudável com os colegas de escola, Geovana teve de enfrentar os efeitos de uma sociedade cissexista, que exclui e discrimina toda pessoa e corpo que não for cisgênero, reforçando papéis de gênero hegemônicos (JESUS & ALVES, 2012). A diretora, neste caso veio para representar esta força opressora sobre Geovana,

considerando-a inapta a estar naquele lugar, colaborando para que a escola exercesse seu potencial de lugar segregacionista.

O reflexo desta cisnormatividade pode ser observado na forma como a diretora da escola agiu na intenção de expulsar Geovana. Atuando na direção de uma cisgeneridade ou heterossexualidade compulsória. Esses fatores hegemônicos tendem a ser priorizados, assim como outras interseccionalidades, como quando a cor branca é vista como norma (SEFNNER, 2013).

Logo, após percebermos este movimento excludente pela parte da escola, efetiva-se o abuso de poder institucional que tem como ação direta, a colonização de corpos transgêneros e não-cisgêneros (VERGUEIRO, 2012). Ainda de acordo com Viviane Vergueiro (2012), as inúmeras transgeneridades passam por diversas formas de violência e desumanizações, implícitas como no caso de Geovana, levando à anulação de qualquer direito fundamental de uma pessoa trans, como o acesso à educação.

Kelly, quando perguntada sobre a escola, contou que tinha colegas e professores bons, contando rindo que tinha outro fator facilitador, pois os professores também eram homossexuais, o diretor era homossexual, o gestor também era homossexual e o merendeiro era homossexual. Disse que deixou de ir ao colégio porque não tinha mais condições por estar sem dinheiro, abandonando na sétima série.

O preparo e/ou acolhimento da equipe de funcionários da escola pode consistir em um fator de permanência para as pessoas trans nas escolas. Assim como na pesquisa realizada por Nunes (2015) em Manaus, onde revelou que quando as travestis da cidade recebiam suporte, tendiam a ficar na escola por mais tempo, Kelly permaneceu devido à presença de outros funcionários que eram homossexuais. A presença de pessoas homossexuais de referência na escola de Kelly pode ter sido um fator positivo para sua permanência também por um fator de identificação por não serem pessoas que façam parte da hegemonia cisgênera e heterossexual (JESUS & ALVES, 2012).

Assim como o fator de permanência também foi o mesmo para as entrevistadas por Nunes (2015) em relação à Kelly, o fator de abandono também foram as situações socioeconômicas das participantes de ambas as pesquisas, revelando que não se pode considerar apenas um contexto isolado na vida de pessoas que não conseguem permanecer na escola, mas toda a sua conjuntura atual que a leva para esse movimento de retirada.

Almerinda, contudo, foi a única das participantes a completar o ensino superior, mas na Venezuela. Almerinda é graduada em Administração. Como uma extensão normatizante da escola, as faculdades e universidades podem consistir em espaços reprodutores de normas e

padrões. Uma questão atual envolvendo a vida escolar e educacional de pessoas trans é o uso do nome social.

Junckes e Silva (2009) abordam a relação de professores com a política do nome social ao declararem que sua utilização não poderia acontecer, enfatizando, inclusive, que chamar uma pessoa trans pelo nome que deseja ser chamada poderia ser prejudicial a demais alunos. Esta prática também se estende até a universidade

Diante do exposto, Vegueiro (2012) ressalta a ocorrência de opressões pela ausência de pessoas transgêneras na constituição de políticas públicas, contribuindo para que fosse criado um panorama cisgenerificador em diversos ambientes, seja no âmbito do direito e da medicina, como no contexto educacional. Na atual conjuntura, resta aos inadequados, à margem da sociedade cisgênera, conquistarem e batalharem por espaço e equidade em uma estrutura predominantemente não trans (VERGUEIRO, 2012).

5.5 “Se não fosse aquilo, não teriam nada”.

Neste tópico, serão abordados aspectos relacionados à saúde e alimentação das nossas participantes. Algumas delas trouxeram suas experiências com serviços de saúde e como resolvem sua necessidade de se alimentar.

Ao contrário de Geovana, que relatou que costuma sempre ser bem atendida e ter seu nome social respeitado em serviços de saúde, Kelly apresentou um relato distinto, contando que às vezes é bem atendida, mas em outras não. Costuma ser tratada com ignorância, com os funcionários pedindo pra voltar em outro horário e preferindo chama-la “pelo nome de homem do que pelo de mulher”.

A partir do transfeminismo, Vergueiro (2015) traz uma análise crítica à cisnormatividade dentro de ambientes institucionais. Em sua própria experiência na atenção básica, Vergueiro (2015), assim, como nossa participante Kelly, foi desrespeitada pela equipe do lugar onde recebia atendimento. Assim podemos comparar as experiências em espaços públicos que colonizam corpos e buscam enquadrá-los em normas cisgêneras.

Assim como Vergueiro, Kelly é constantemente desconsiderada como pessoa trans ao lhe ser negado o direito de ser chamada pelo seu nome social, de acordo com o Item I do parágrafo único do Art 4º da Portaria número 1820 de 13 de Agosto de 2009, do Ministério da Saúde (VERGUEIRO, 2015). Observa-se a violação de uma portaria das mais variadas formas, seja por ausência de campo para preenchimento, negação de funcionário a chamar

pelo nome correto, como no caso de Viviane Vergueiro ou, até mesmo, a recusa no atendimento, como ocorrido com Kelly.

Sobre a questão da efetividade do direito de pessoas trans no acesso à saúde, Kruger (2017) pontua que inúmeros movimentos sociais LGBT lutaram e lutam para a implementação de uma política abrangente, pressionando o governo para que houvesse a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), implementada no SUS. Porém, ainda que ocorra a mudança na política, a ação, por si só, não é suficiente. Kelly, assim como Vergueiro (2015) relataram acontecimentos que mostram que, na verdade o SUS se mostra como um “Cistema” Único de Saúde no cumprimento de um atendimento humanizado, pecando na garantia de direitos fundamentais referentes à dignidade humana.

Kelly também abordou as vezes que compareceu ao Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (CENTRO POP), relatando que costuma ir poucas vezes devido à postura arrogante de muitas pessoas, sendo apenas três funcionárias consideradas boas pessoas por ela. Conta que existem muitos trabalhadores que não têm amor pelo trabalho, que desprezam, que têm preconceito, que querem brigar com os moradores de rua. Kelly ainda reclamou que não entendem a situação das pessoas e preferem agredir. Só procura o local em última instância: quando precisa conversar com a psicóloga ou quando está com fome, sede ou precisando de banho.

Apesar de ser um centro de referência e especializado, pode-se observar, através do relato de Kelly que ambas suas especificidades, ser mulher trans ou estar em situação de rua, não são respeitadas em ambientes públicos. Kelly relatou que sofre preconceitos quando comparece ao CENTRO POP, mas não aprofundou sua prática discursiva a respeito.

Diante disso, não se pode deixar de mencionar a questão das interseccionalidades que envolvem raça, classe social, gênero, sexualidades e outros fatores e a pessoa não as vivencia de maneira fragmentada (BARBOSA, 2013). Os preconceitos sofridos por Kelly podem vir por características diferentes e quanto mais lugares de vulnerabilidade e marginalidade, como no seu caso, mulher trans e em situação de rua, mais se acumulam fatores de exclusão.

Geovana e Vitória também falaram sobre sua exposição a infecções sexualmente transmissíveis. Geovana falou que quando se prostitui às vezes fica em situação de exposição e Vitória descreveu com mais detalhes que estava ficando com um rapaz e está com medo de ter contraído sífilis dele. Além desse relato, Vitória também contou que já teve casos em que, ao se prostituir, um rapaz gozou dentro mesmo com ela pedindo que não o fizesse. Essas situações deixam Vitória preocupada, querendo fazer logo um teste.

Geovana e Vitória vivenciam mais um aspecto que as colocam em situação de risco. Em pesquisa realizada por Cerqueira-Santos, Calvetti, Rocha, Moura, Barbosa e Hermel (2010) com LGBT'S no acesso ao SUS, travestis e pessoas trans reclamaram que costumam ser o elo mais fraco no atendimento. Nos espaços de atendimento do SUS, recebem o pior atendimento quando buscam o serviço para falar de HIV e outras infecções sexualmente transmissíveis. Além de relatar o péssimo atendimento à população trans, as/os participantes da pesquisa ainda revelaram que sentem receio de serem vistos como doentes nestes dispositivos de saúde (CERQUEIRA-SANTOS et al., 2010).

Além da vivência exposta por Vergueiro (2017) em sua etnografia, Cerqueira et al. (2010), também mostram que o tratamento fornecido à população trans podem ser responsáveis pelo afastamento de pessoas trans dos serviços de saúde, contribuindo para que se encontrem em uma posição ainda maior de marginalização e precarização de sua saúde.

As transgeneridades, em meio a este panorama de sistema de saúde, são alvos de uma colonização de viés biomédico que buscam regular seus corpos e padroniza-las na cisnormatividade já existente (OLIVEIRA, 2017). Esta colonização ocorreria pela reprodução de comportamentos abusivos e cisnormativos pela parte de dispositivos institucionais (VERGUEIRO, 2012).

Em relação à alimentação Kelly e Vitória relataram que conseguem obter comida de formas variadas. Kelly consegue sobras dos restaurantes em algumas oportunidades ou através de doação em dias específicos da semana, assim como Vitória, que também recebe sopa em uma das praças de Manaus. Vitória ainda trouxe o relato de que quando vai almoçar na igreja evangélica, conta que sempre antes de comerem, os responsáveis falam sempre por bastante tempo. Discorrem sobre a importância de valorizarem o que tem, para que não reclamem da comida, quando é salsicha, por exemplo, que se não fosse aquilo, não teriam nada, para eles aprenderem que aquilo é o que Deus proveio pra eles.

Nota-se, diante do relato de Kelly e Vitória, que ambas passam fome em alguns momentos, tendo Vitória, em determinado momento, já recorrido ao lixo em muitas situações para matar sua fome. Diante desta necessidade de se manter alimentada, precisa aceitar o que chega até ela sem contestar, afirmando que às vezes pensa: “esse moço poderia parar de falar logo, pelo amor de Deus”.

Muito discursos normativos sobre como as pessoas devem se portar são proferidos, visando a requisição de padrões de comportamentos que, por muitas vezes, não são nem bem delimitados. A sociedade, de acordo com Lanz (2016), foi criando um discurso que restringe o surgimento de formas de ser diferenciadas e diversas em relação a esta norma e, os dogmas

religiosos, também agem na manutenção desta estrutura. Para Mombaça (2016), a o exercício religioso também é responsável pelo controle das formas de viver das pessoas, propagando uma obediência a fim de que as pessoas se enquadrem no que eles considerariam moral e aceitável.

Diante do exposto, igrejas parecem adotar um comportamento de aproximação e caridade ao mesmo tempo em que emitem discursos que excluem e marginalizam. Percebe-se uma prática de escambo entre a doutrinação por meio da comida, quando na verdade o discurso limitado proferido, que deveria ser revisto, permanece intacto. Este comportamento revela a atitude de se incluir para que se possa permanecer excluindo e essa ação se consiste através de micro-garantias (BENTO, 2014), aqui, representadas pela alimentação.

5.6 “Eu não vou vender meu corpo por quatro reais, né?”.

Sobre a realidade de travestis e mulheres trans em relação à ocupação e emprego na Venezuela e no Brasil, Almerinda, que já está no país há três semanas, revela que percebeu mais chances de emprego aqui em Manaus do que na Venezuela, tendo uma amiga conseguido emprego como recepcionista de hotel e lá as pessoas trans não conseguem emprego de jeito nenhum. Relata que veio para cá porque a moeda brasileira tem mais valor e pode ajudar a se sustentar e ajudar a família.

Assim como inúmeros espaços reprodutores de normatividade, qualquer ambiente no mercado de trabalho pode ser um potencial reprodutor de opressão e, neste caso, transfobia. A mesma sociedade que exclui individualidades não cisgêneras se faz presente em ambientes de trabalho (JESUS & ALVES, 2012). Almerinda, mesmo obtendo uma graduação em Administração, mostrou que não é o suficiente para se empregar, sendo barrada sua entrada e de pessoas trans no mercado de trabalho. Ainda que sua amiga tenha conseguido o emprego como recepcionista, a situação não representa a realidade de outras pessoas trans do país.

Vergueiro (2012) relata que colonização de pessoas trans está vinculada à colocada de obstáculos, sejam de caráter institucional ou não, em frente a possíveis acessos de transgeneridades a lugares de poder, de ensino ou de qualquer forma de produção. Com esse processo de barragem de pessoas trans a lugares de oportunidades, uma inferiorização vai se desenhando em relação a identidades não cisgêneras.

Para explicitar essa falta de ascensão ao mercado de trabalho, mais especificamente falando, percebe-se, em pesquisa realizada por Dias et al. (2015) que as participantes de sua pesquisa em todas as tentativas que tiveram, foram mal sucedidas em permanecer em seus

trabalhos por conta de um cotidiano marcado no gênero hegemônico e sua propagação, além da transfobia nesses ambientes institucionais.

Para confirmar os dados, a Associação das Travestis e Transexuais do Triângulo Mineiro (Triângulo Trans), divulgou que apenas 5% das travestis e transexuais da cidade de Uberlândia possuem emprego formal estando as 95% restantes na prostituição (LAPA, 2013). Tal dificuldade do acesso às pessoas trans ao mercado de trabalho fez com que a ativista e mulher trans Daniela Andrade, juntamente com mais dois colegas, criassem o site Transempregos, a fim de colaborar com a empregabilidade de pessoas trans no mercado formal (LAPA, 2013).

O panorama da empregabilidade formal trans até o ano de 2013 não melhora muito quando temos dados apresentados pela ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais, onde revelam que 90% das travestis e transexuais estão se prostituindo no Brasil. Os dados levantados pelo ANTRA correspondem à ocupação das nossas participantes, onde as quatro utilizaram ou utilizam da prostituição para conseguir sustento.

Geovana trabalha com prostituição desde 1993, Almerinda trabalhava na Venezuela e agora exerce a atividade aqui no Brasil. Vitória também recorre à prostituição para conseguir dinheiro e Kelly também trabalhava se prostituindo até conhecer seu atual marido. Almerinda relata que na Venezuela a polícia está sempre impedindo o trabalho na prostituição, enquanto no Brasil, até agora, considera esse aspecto mais tranquilo. Almerinda conta que aqui em Manaus, o movimento é muito menor do que no seu país de origem.

Neste aspecto, em relação à polícia e sua atuação, Mombaça (2016) discorre que a polícia, um composto cisgenerificado do Estado, revela-se uma instituição dotada de masculinidades tóxicas exercendo um lugar de poder coercitivo e vigilante. Mombaça (2016) também denuncia que, aqui no Brasil, vivenciamos a incongruência de a polícia, quando está no lugar de autora de múltiplos crimes, é a própria responsável pelas suas resoluções. Desta forma, evidencia-se a impunidade de um braço colonial do Estado na efetividade de um controle social, neste caso, sobre uma atividade carregada de julgamentos e sobre corpos transgêneros.

Portanto, ainda com a vigilância de uma polícia transfóbica e racista (MOMBAÇA, 2016), as transgeneridades femininas, relegadas de mercados formais e colocadas diante da prostituição como única alternativa de subsistência, ainda precisam lidar com modelos de travestis ou mulheres trans representadas na mídia afetando diretamente suas autoestimas (BERKINS, 2000).

Como se não bastasse como uma das ínfimas opções para sustento, travestis e mulheres transgêneras precisam lidar com o moralismo hipócrita diante da atividade; a burguesia, composta predominantemente de homens cisgêneros, as submete a um discurso religioso, representando mais uma forma de controle, onde as consideram pecadoras. Berkins (2000) expõe a hipocrisia da sociedade patriarcal ao afirmar que se há 10.000 mulheres trans e travestis exercendo a atividade é porque há 10.000 homens que estão lá para terem seu produto. Criminaliza-se a prática, mas não o consumidor dela. A hipocrisia continua quando Geovana relata que seu maior público são casais heterossexuais, reiterando o perfil da clientela da prostituição.

Vitória nos deu um relato ainda mais profundo sobre a prostituição. Costuma se prostituir, mas que às vezes não há movimento nenhum. Conta que seu programa é trinta reais, mas que quando passa alguém e pede por vinte ou um pouco menos, aceita. Relata que em certo dia conseguiu emendar um programa no outro, onde um dos rapazes foi mais generoso com ela e deu cinquenta, tendo arrecadado setenta reais. Contudo, há dias que são bem ruins, como quando um homem parou e disse que só tinha quatro reais, momento em que Vitória exclamou: “Eu não vou vender meu corpo por quatro reais, né?”.

A precarização do corpo trans passa a ser algo discutível. Em uma sociedade que afasta e marginaliza os corpos não-cisgêneros e brancos, as transgeneridades perdem seu valor e, como já visto acima, são privadas de contextos e espaços. Porém, além de não haver a valorização de suas identidades e corpos como legítimos, observa-se, inclusive, a precarização deste corpo na atividade da prostituição, que tem seu valor monetário reduzido, perto do zero. Este rebaixamento constante de valores de pessoas trans só se aproxima do conceito de colonização dos corpos transgêneros, que são subjugados por hegemonias tendo seus valores, também, determinados por quem ocupa lugares de maior privilégio (VERGUEIRO, 2012).

Para além da prostituição, Kelly e Vitória fazem ou desejam desempenhar outras atividades. Kelly, hoje, é guardadora de carros durante a noite com seu grupo de companheiros na rua e Vitória deseja começar a vender balas e só precisava de um isopor. Pensa em fazer como um amigo que vende os bombons e com o dinheiro consegue pagar uma diária barata perto da praça, “se ele consegue, por que eu não tenho condições?”.

A separação e segregação de pessoas trans mostra que a prostituição, por vezes é o único caminho e que deve-se trabalhar para discutir e contestar uma sociedade cisnormativa a fim de que cada vez mais as transgeneridades tenham condições de galgar socialmente e de escolher qualquer profissão, não somente a prostituição, a não ser que seja de sua própria vontade.

Sobre habitação temos duas situações bem diversas em que nossas participantes se encontram. Almerinda e Geovana não passam 24 horas dos seus dias na rua, como Kelly e Vitória. Almerinda dorme em um hotel próximo a uma rodoviária, tendo feito uma espécie de pacote mensal. Geovana, por sua vez, passa a noite, madrugada e manhãs na rua e no restante do dia vai para casa.

Apesar de terem locais para ir durante outros períodos do dia, Almerinda e Geovana passam maior parte do seu dia nas ruas de Manaus, estando expostas a possíveis situações de violência e exposição, seja pela ausência de segurança ou pela exposição à saúde que a prostituição pode trazer. Almerinda ainda tem o agravante de estar longe da sua família a fim de conseguir sustento para eles. Assim como Almerinda e Geovana, DIAS et al (2004) mostram que a vivência de suas pesquisas apresentam ligação das vivências de transgeneridades femininas na rua com a prostituição.

Vitória relatou dormir na praça, ficando perto de outros homens cisgêneros, mas que era só por proteção. Kelly contou que está há sete anos nas ruas, “que não tinha um paradeiro, um lugar fixo de dormir”. Disse que uma das dificuldades era quando chovia muito, fazendo com que precisasse ficar acordada a madrugada toda.

Vitória ainda relatou que pretende começar a pagar a diária de um hotel próximo à praça onde costuma ficar e Kelly diz que se sente mais feliz na rua hoje do que próxima da família. Ainda se quisessem fazer parte de um abrigo, Kelly e Vitória não poderiam, pois não há nenhum destinado à população LGBT na cidade de Manaus. O sentimento de Kelly de pertencimento à rua é um reflexo da sua interação com seus pares, que vivem na rua, que trazem um convívio mais harmonioso do que com familiares.

Justamente por serem consideradas pessoas não-ser em todos os outros âmbitos (LANZ, 2016), como ambiente familiar, por quem passa pelas vias ou até mesmo em um centro de referência para população de rua, que pessoas como Kelly se sentem mais acolhidas nas ruas do que em qualquer outro espaço.

5.7 “É um viado mesmo, não pode viver em sociedade, tem que morrer”.

Embora o conteúdo das análises esteja permeado por diversas formas de violência contra nossas participantes, este tópico tem o objetivo de abordar algumas práticas discursivas específicas, denotando situações violentas que, em sua maior parte, ainda não foram abordadas anteriormente.

Em sua vivência pela Venezuela, Almerinda conta que por lá a pesquisa seria boa, porque, de acordo com ela, a homofobia é muito mais intensa na Venezuela, apesar de os brasileiros serem mais fechados e odiosos. Relata que não foi aceita inicialmente em seu país por conta da imagem que as mulheres trans têm na Venezuela.

É interessante ressaltar esta atitude direcionada às pessoas trans que, afastadas de todos os espaços geralmente reservados às pessoas cisgênera, ainda precisam lidar com a rejeição e estigmatização dentro dos poucos espaços que podem circular. A violência estrutural neste sentido retrata que em ambos os países, o ódio e a vigilância sobre as transgeneridades ocorre de diferentes formas. A ausência de garantia a direitos fundamentais atinge diretamente transgeneridades, pois além de não se enquadrarem nesse sistema binário, ainda sofrem mais regulamentações das estruturas de poder (PERES, 2011).

Na fala de Vitória também podemos perceber esta regulamentação partindo de diversos contextos, como quando costumava pedir dinheiro nos sinais e as pessoas paravam para dar sermões, fazendo com que Vitória desistisse de pedir, apenas aceitando se as pessoas dessem por conta própria. Outro espaço que é capaz de provocar este controle é o ambiente religioso no momento de receber a comida como micro-garantia, quando é falado para as pessoas em situação de rua não reclamarem de nada em relação ao alimento.

Um fator curioso que está presente na narrativa de Vitória é o uso da palavra sermão quando diz respeito às pessoas que costumam repreendê-la por pedir. A fala de Vitória nos mostra que o discurso religioso atravessa seu cotidiano seja através da instituição igreja ou pelo uso da palavra sermão. A palavra é ligada historicamente e diretamente com o significado de discurso moralizador ou de discurso religioso proferido no púlpito.

Enxerga-se, desta maneira a igreja e o próprio discurso religioso, que é transmitido nas práticas discursivas das pessoas a ação das engrenagens de poder, que trabalham na manutenção desta estrutura que leva à exclusão social, servindo de interesse dos dominantes (FOUCAULT, 2014).

Na experiência de Kelly, nossa participante relatou que conheceu Tiana, minha companheira de pesquisa, quando foi perseguida por 15 homens que a acusavam de roubo e estes berravam que ela merecia morrer por ter roubado. Conta que só escapou porque Tiana interveio e disse que era dos Direitos Humanos e que ninguém bateria nela. Tiana chamou a polícia, que a levou numa viatura. Kelly relata que os homens no fim ainda gritavam que: “era um viado mesmo, não pode viver em sociedade, tem que morrer”, fazendo Kelly acreditar que a motivação também era por preconceito.

Observa-se nesta passagem, uma desumanização de um corpo não cisgênero, onde a única alternativa seria a morte; este processo de desumanização ocorre pela aplicação de medidas sociais e controle quase que imediatos (VERGUEIRO, 2012). Se não houvesse uma interferência, Kelly poderia ter sido mais uma vítima da transfobia. Ainda no vivido por Kelly, enfatiza-se a violência cometida por homens, que agem como os maiores controladores de corpos e, na prática opressora direcionada aos corpos, acabam por afetar não só mulheres cis e trans, mas todo aquele corpo que não apresentar uma correspondência ao ideal de gênero estabelecido por padrões normativos (MOMBAÇA, 2016).

Por esse trecho pode-se pensar sobre o homem cisgênero como a maior ferramenta das estruturas de poder na manutenção do controle. E estes agentes reproduzem tais comportamentos e, por vezes, também são alvo por determinarem um padrão de virilidade que podem não ser capazes de atingir. Além de termos estes homens como agentes da violência, Mombaça (2016) ainda traz a insegurança de se ligar para a polícia e esta se colocar como mecanismo repressor de identidades, colocando-se possivelmente ao lado do agressor.

Tais situações são determinantes para que Kelly precisasse ficar sempre vigilante. Também relatou como dificuldade o fato de que de vez em quando, no momento em que estão dormindo, alguém passa batendo ou querendo bater. Descreve que a dificuldade não vem nem dos moradores, mas de quem passa na rua. No dia anterior à conversa mesmo, foi agredida por uma barra de ferro enquanto dormia. A ameaça das pessoas é maior do que o perigo das ruas porque existem pessoas preconceituosas.

Em meio a estas ameaças constantes, assim como relatado por Lopes (2015), as travestis e mulheres trans em situação de rua passam a aprender como lidar com essas situações perigosas. Deste modo, a fim de que possamos gradativamente reduzir a violência contra pessoas trans, faz-se necessário problematizar este contexto cis hetero sexista e buscarmos estratégias para subverter a esta norma que propaga violência a gêneros, sexualidades e corpos dissidentes (LOPES, 2015).

CAPÍTULO 6

6.1 O pesquisador cis no cotidiano

Conviver num lugar privilegiado, na classe média, em escolas particulares, diante de pessoas na mesma situação financeira que você, geralmente com o mesmo tom de pele (branca), com as mesmas reproduções e normas de gênero te coloca dentro de uma bolha. Este mundo fictício da classe média te afasta de outras interações, te impede de conhecer outras pessoas e realidades e o mais importante, te isenta da possibilidade de questionar sua vida, suas atitudes e o sistema cisgênero do qual você têm mais benefícios do que outros.

Este trabalho com travestis e mulheres trans me fez iniciar um processo de reflexão muito maior acerca da minha vivência cisgênera e me fez enxergar a necessidade de expor um sistema de poder engessante que normatiza potências de ser. Normatiza possibilidades de gêneros e sexualidades e que se formos ver a fundo, não é benéfico para ninguém, porque estipula corpos e viveres inatingíveis.

Dentro disso, considero essencial que minhas percepções e erros enquanto pesquisador estejam presentes neste trabalho porque presenciamos diversas pesquisas acerca das pessoas, mas quase nada sobre o processo do pesquisador no cotidiano, que pouco se mostra, que quase nada se expõe, que não se contesta. Além de considerar a necessidade do pesquisador aparecer em seus trabalhos, por meio de suas falhas, considero fundamental a iniciativa de trazer estas reflexões, principalmente quando o assunto está relacionado a um pesquisador cis trabalhando com pessoas trans.

Depois que Tiana me confirmou que a nossa primeira visita aconteceria, fui bombardeado por diversos sentimentos. Todos eles devem ser descritos e problematizados. Considero necessário falar sobre as expectativas de um pesquisador cis indo a campo para falar com pessoas transgêneras, é essencial “cisplicar”, como diria Dodi Leal, pesquisadora travesti que tive a honra de conhecer no Congresso de Psicologia Social da ABRAPSO (Associação Brasileira de Psicologia Social). Essa explicação é cisgênera, minha versão faz parte de um “cistema” que, em menor ou maior escala, me beneficia. Portanto, sentir muitas das emoções que se aproximem da estranheza pode revelar a inexistência de uma aproximação com as pessoas trans e isso mostra apenas uma das minhas falhas enquanto indivíduo, além de representar uma lacuna de um sistema.

Inicialmente fiquei ansioso com o primeiro possível contato com as transgeneridades em situação de rua. Depois outras sensações me invadiram, como o medo de fazer algo errado, a ansiedade de talvez não saber como agir, a apreensão de não saber o que esperar e o receio diante do desconhecido, ou das desconhecidas. Desconhecido. Essa palavra parece que ecoa de diversas formas, carregada de culpa. A culpa cis. Eu me refiro à culpa cis, como uma culpa que surge a partir do momento que há uma tomada consciência de pessoas não transgêneras sobre os prejuízos que nossa sociedade traz à gêneros e sexualidades dissidentes e quando percebemos que não temos quase nenhuma relação ou conhecemos pessoas trans e nos sentimos mal por isso.

É curioso e revelador se enxergar como uma peça de uma engrenagem que compõe o “cistema”. O mesmo que age na manutenção dessa estrutura que ainda me leva a ler aspectos da vida como desconhecidos. Todas as emoções que senti me levaram a pensar novamente nessa busca utópica pela linha de chegada da desconstrução. Qualquer tentativa de me colocar nesse lugar de preparado apenas alimenta mal meu ego, porque mais cedo ou mais tarde a ilusão de completude cai.

Pelo menos por enquanto percebi que buscar uma forma ideal de agir nessas circunstâncias só revela meu despreparo para lidar com uma situação e expõe que a falha é cisgênera, que a dificuldade é cisgênera e que a problemática nunca foi transgênera. Acredito que aceitar meu despreparo, no momento inicial da pesquisa, foi a atitude mais próxima que deveria ter, me aproximando da espontaneidade fundamental para este projeto. Talvez com esta postura eu possa ter esta potência de expor uma estrutura insuficiente através de mim mesmo e das práticas discursivas das quatro mulheres trans ou travestis desta pesquisa.

Portanto, a partir de agora desejo expor um pouco de algumas experiências que considere equivocadas no contato com as pessoas, se identificando como transgêneras ou não.

Durante este percurso de pesquisa de campo, cheguei a conversar com outras pessoas que não entraram na pesquisa por conta dos critérios de exclusão/inclusão. Uma delas ao fim da conversa disse que não se identificava como mulher trans ou travesti. Após sua fala, me arrisquei a falar um pouco mais sobre as identidades trans, dizendo que muitas pessoas estão se identificando dessa forma até como uma forma de reivindicar direitos, ajudar a construir políticas públicas. Pra que caso ele (ele, por conta de sua identificação no masculino) quisesse se identificar dessa forma, que não deveria se sentir inferiorizado por isso. Considero minha abordagem neste momento uma grande falha.

Parecia que no momento em que falava já parecia inadequado. O que me passou pela cabeça foi aquela ideia de: o cisgênero estudante da academia que pesquisa gênero e trabalha com transgeneridades querendo dizer para outra pessoa como ela pode ou deve se identificar. Depois de um tempo me dei conta que aquela poderia ser uma atitude próxima ao que Viviane Vergueiro (2012) chama de colonizadora de identidades não cisgêneras ou transgêneras. Enfim, uma falha que pôde servir de aprendizado para futuras situações.

Após o diálogo com esta pessoa que não chegou a entrar na pesquisa também percebi que eu não consegui ser tão rápido e eficiente na elaboração de perguntas e no estabelecimento de um possível vínculo. Nisso, Tiana me deu um baile. Ali percebi que ainda me falta aproximação com populações que não pude conviver e trocar experiências e conversas em outro momento; seja por distância de intersecções relacionadas a gênero, raça ou classe social. O ocorrido me deixou pensativo e reflexivo sobre postura, linguagem e empatia com realidades distintas da classe média, que me distanciou de diversas interações.

Em outro momento da pesquisa, eu e minhas companheiras de pesquisa Tiana, Mayara e Andreza ficamos em dúvida se seria uma mulher trans ou cis, e então decidimos que iríamos conversar com ela. No carro seguimos conversando sobre a dificuldade e nosso desconforto em atestarmos passabilidade das mulheres nas ruas a fim de as identificarmos como mulheres trans ou cis. Decidimos que passaríamos a conversar com todas que encontrássemos e naturalmente descobríamos se seriam mulheres trans ou travestis.

Considero interessante este episódio. Primeiramente porque não há perda de tempo em pesquisa de campo, pois tudo se transforma em aprendizado, se bem aproveitado e desenvolvemos empatia em contato com outras práticas discursivas daquelas ou daqueles que não conhecemos. Em segundo lugar, porque aquele comportamento poderia se tornar uma espécie de vigilância sobre os corpos trans, transparecendo que apenas determinados corpos seriam trans, que aquele corpo seria o único que elas poderiam ter.

Mais uma vez aqui, enxergo a estrutura engessante e limitadora através de nós, pesquisadores, todas e todos cisgêneros que, por vezes, ainda agiremos inconscientemente como peças dessa engrenagem limitadora e, conseqüentemente, transfóbica. E é importante sairmos deste lugar hegemônico que podemos nos fixar confortavelmente, seja por privilégios sociais ou por, erroneamente, acreditarmos que o saber acadêmico seja superior em algo, quando não o é.

Outros momentos vieram e eu pude cada vez mais me perceber enquanto pesquisador e que, além das minhas limitações no exercício dessa atividade, também apareceriam as minhas outras barreiras em relação à vivências de gênero.

Acredito que aprendi muito durante esses dois anos de mestrado e, no contato com algumas travestis e mulheres trans, em congressos, viagens ou no cotidiano, passei a questionar a estrutura em que vivemos até chegar no nível de me questionar e colocar a cisgeneridade na roda, assim como a minha. Dodi Leal, a respeito dessa reflexão sobre a cisgeneridade, uma vez me disse: “o que me diferencia de você é a minha experiência com o feminino”.

Esta frase mudou minha perspectiva durante o período do Mestrado e me fez pensar que as fronteiras de gênero são muito menos rígidas do que imaginamos e, por vezes, somos tolidos a agir de acordo com modelos pré-estabelecidos que não nos compreendem enquanto pessoas. As faltas de experiências que não temos, o momento em que queremos fazer algo e não fazemos por medo do julgamento ou por considerar inadequado, por si só, já revela que a estrutura cisgênera não é o suficiente para nos compreender.

Logo, é importante que busquemos denunciar e contestar uma estrutura cisgênera que não permite que as pessoas possam ser mais, quando não, privam da possibilidade de apenas ser.

“CONSIDERAÇÕES”

Almerinda, Geovana, Kelly e Vitória foram as grandes protagonistas desta pesquisa e, por meio das suas práticas discursivas nos forneceram uma lupa de aumento para que pudéssemos enxergar, com ainda mais detalhes, a realidade de quem vive num contexto carregado de fatores de exclusão.

Os relatos das nossas participantes foram capazes de evidenciar particularidades e expor falhas estruturais. Identificaram-se questões de identidades não compreendidas por diversos âmbitos, mostrando que a sociedade em que vivemos não dá conta de compreender as transgeneridades e suas ricas singularidades, como suas identidades distintas de uma cisgeneridade estática e hegemônica.

Situações familiares e escolares levam a refletir sobre o papel das instituições como reprodutores de discursos opressores, agindo na manutenção da exclusão e desqualificação das transgeneridades que, por sua vez, precisaram enfrentar estas violências estruturais, por vezes, sem apoio.

Nos serviços de saúde, nota-se, mais uma vez o desrespeito e o descumprimento de direitos fundamentais das transgeneridades, ressaltando mais um espaço que compõe uma engrenagem de um sistema branco, cisgênero e de classe alta. Este sistema, que é capaz de emitir discursos, também vinculados a espaços religiosos, como na busca por comida, onde ocorre um processo de doutrinação realizado por uma instituição que segrega para depois aproximar através do alimento.

Depois deste processo de afastamento realizado por estas diversas estruturas que compõem um sistema, a prostituição passa a ser uma das poucas alternativas de sustento para quase todas as participantes, que negadas em outros espaços e privadas de acessar outros lugares, passam a ser objetos de desejo. Todas as categorias de análise acabam por revelar inúmeros fatores de violência que estão presentes de diversas formas, seja por meio de agressões verbais, físicas, simbólicas.

O processo de análise nos coloca diante de um panorama histórico em que Almerinda, Geovana, Kelly e Vitória denunciam, por meio de suas práticas discursivas um fracasso de uma sociedade limitada e normativa. Uma sociedade que foi construída e estruturada numa hierarquia que inferioriza as transgeneridades e o feminino os colocam num lugar de submissão e privação.

Porém, quando acrescentamos ao gênero, interseccionalidades relativas à classe social e raça, por exemplo, acumulam-se fatores de exclusão que se distanciam daqueles que ocupam as estruturas de poder, agindo na manutenção desta separação e afastamento.

Diante disso, enquanto pesquisador cis no cotidiano, percebo que o sistema e a estrutura que vivenciamos surgem como tópicos a todo instante, evidenciando para onde o foco de nossas análises, atuações e contestações devem se voltar com mais frequência nos dias atuais.

Depois de o movimento transfeminista ter estipulado a cisgeneridade como categoria de análise, podemos olhá-la com mais atenção e postura crítica e nos direcionarmos a um tópico que permanece hegemônico também em pesquisas. As hegemonias, que nunca são analisadas, que não tem suas falhas expostas e seus privilégios debatidos.

Assim que começamos a entrar em contato com o material e escrito produzido pelas transgeneridades, passamos a obter uma nova perspectiva que deve ser inserida em produções acadêmicas. As análises aqui utilizadas não tiveram o intuito de desmembrar aspectos psicológicos das participantes, mas sim considerar todo o “cistema” no qual precisam ou precisaram lidar, quase que diariamente com situações em que precisaram sobreviver para continuar existindo. Este movimento de sobrevivência expõe a desigualdade na qual as transgeneridades femininas estão (ironicamente) incluídas.

Em meio a esta reflexão sobre transgeneridade e cisgeneridade, percebo que esta dissertação foi passando por um processo de metamorfose, em que eu inicio a pesquisa decidindo entrar em contato com a população trans em situação de rua e saio me questionando enquanto membro de sistema cisgênero, tentando abordar e exhibir estas incongruências para que todas e todos possamos nos dar conta que agimos como peças deste aparelho.

Almerinda, Geovana, Kelly e Vitória me oportunizaram conhecer suas histórias e cotidianos, mostraram que não há um espaço em Manaus em que possam ser acolhidas em suas individualidades sem que sejam julgadas. Alertaram sobre os espaços que ocupam serem carregados de atitudes transfóbicas e discursos religiosos que não as compreendem como cidadãs. Denunciaram que educação não é sinônimo de diferença e sim, padronização e que o Estado é opressor, omissivo e violento com o que não tem interesse em garantir o mínimo necessário para a existência da pessoa humana.

Por fim, espero publicizar este trabalho, afirmando que a história até aqui apresentou invisibilizações de potências de ser, revelando que a insuficiência é cis, mas o futuro não precisa ser.

REFERÊNCIAS

- AGUIÃO, Silvia. **“Não somos um simples conjunto de letrinhas”**: disputas internas e (re)arranjos da política “LGBT”. Cadernos pagu, janeiro-abril. 2016.
- ALVES, C. E. R. **Travestis e Transexuais na escola: ressonâncias do uso do nome social na rede municipal de educação de Belo Horizonte**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10, Florianópolis, 2013.
- AMORIM, S. M. G., VIEIRA, F. de S., BRANCALEONI, A. P. **Percepções acerca da condição de vida e vulnerabilidade à saúde de travestis**. Saúde em Debate. Rio de Janeiro, v. 37, Nº 98, P.525-535, jul/set 2013.
- ARÁN, M., MURTA, D. **Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde**. Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 19 [1]: 15-41, 2009.
- ARARUNA, M. L. F. B. **O direito à cidade em uma perspectiva travesti: uma breve autoetnografia sobre socialização transfeminina em espaços urbanos**. Periódicus, Salvador, n. 8, v.1, nov. 2017 – abr. 2018.
- AYRES, J.R.C.M., FRANÇA JUNIOR, I., CALAZANS, G.J. e SALETTI FILHO, H.C. **O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios**. In: Czeresnia, D., Freitas, C. M. (orgs.) Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002 p. 117-139.
- BATISTA, N. C. S.; BERNARDES, J.; MENEGON, V. S. M. **Conversas no cotidiano: um dedo de prosa na pesquisa**. In: A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas. Mary Jane Spink, Jacqueline Isaac Machado Brigagão, Vanda Lúcia Vitoriano do Nascimento e Mariana Prioli Cordeiro (Orgs). 1ª ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.
- BARBOSA, B. C. **“Doidas e putas” usos das categorias travesti e transexual**. Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana. N. 14– pp. 352-379. Ago. 2013.
- BENEDETTI, M. R. **Toda feita: o corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- BENTO, B. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. 2ª ed. – Natal:EDUFRN, 2014.
- BENTO, B. **Na escola se aprende que a diferença faz a diferença**. Estudos Feministas, Florianópolis, 19(2): 336, maio-agosto/2011.
- BENTO, B. **Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal**. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. Contemporânea. V. 4, n. 1, p. 165-182. Jan.-Jun. 2014.

- BERKINS, L. O Direito Absoluto Sobre os Nossos Corpos. Revista América Libre. 2000. Disponível em <http://www.marxists.org/espanol/tematica/mujer/autores/berkins/2000/xii.htm> Acesso em 20 set. 2018.
- BORTOLINI, A. **Diversidade Sexual na Escola**. UFRJ. Rio de Janeiro. 2008.
- BRAGA, Denise da Silva. **A experiência transexual: estigma e desqualificação social no intramuros da escola**. Revista Periferia, v. 4, n. 1, p. 5-24, jan./jul. 2012.
- BRASIL. **Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009**. (2009a)
- BUTLER, J. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2017
- CARVALHO, M., CARRARA, S. **Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil**. Sexualidad, Salud y Sociedad. Revista Latinoamericana. ISSN 1984-6487. N. 14 – ago. 2013 - p. 319-351. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/6862>> Acesso em 15. Mai. 2017.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**. 3ª ed. Editora Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro, 1998.
- CORDEIRO, A. C. S. **Uma Reflexão sobre saúde, Corpo e Gênero: Experiências de Usuários Trans e Travestis do Consultório de Rua**. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife. 18º redor. 2014.
- DIAS, A. L. F.; BORGES, A. O.; CUNHA, B. E. B.; CASTRO, B. P.; CAMPOS, J. A.; CARVALHO, M. C. A. & MARTINS, V. B. **À margem da cidade: trajetórias de invisibilidade e exclusão de travestis em situação de rua**. Revista Interinstitucional de Psicologia. Edição Especial, dezembro, 214 – 233. 2015.
- DUMARESQ, L. **Ensaio (travesti) sobre a escuta (cisgênera)**. Periódicus. ISSN: 2358-0844. N.5. V.1. Maio-OUT. P. 121-131. 2016.
- DUQUE, A. do N. **SER TRAVESTI: Significados atribuídos por um grupo de travestis da cidade de Manaus**. UFAM. 2015.
- ESCOREL, S. **Vidas ao Léu: Trajetórias de exclusão social**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.
- EUFRÁZIO, W. N. **A travesti pinta o rosto pra viver?: As vivências das trabalhadoras do sexo na cidade de Manaus**. UFAM. 2017.
- FOUCAULT, Michel. **A escrita de si**. In: O que é um autor? Lisboa: Passagens. pp. 129-160. 1992.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1996.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1988.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Paz&Terra. 28ª ed. 2014.

GOFFMAN, E. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.

GUIMARÃES, A. **Todas as mulheres do mundo: a construção do corpo travesti no Brasil das décadas de 1960 a 1970**. In *Transexualidade e Travestilidade na Saúde*. Ministério da Saúde. 1. Ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

HABIGZANG, L. F.; KOLLER, S. H. AZEVEDO, G. A.; MACHADO, P. X. **Abuso Sexual Infantil e Dinâmica Familiar: Aspectos Observados em Processos Jurídicos**. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Set-Dez 2005, Vol. 21 n. 3.

IÑIGUEZ, L. **A linguagem nas ciências sociais: fundamentos, conceitos e modelos**. In *Manual de análise do discurso em ciências sociais / Lupicínio Iñiguez (coordenador)*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

JESUS, J. G. de; ALVES, H. **Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais**. In: *Cronos*. V. 11, n. 2, p.8 – 19. 2010.

JESUS, J. G. de. **Homofobia: identificar e prevenir**. 1. Ed.; - Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

JESUS, J. G. de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012.

JUNCKES, I. J.; SILVA, J. M. **Espaço escolar e diversidade sexual: um desafio às políticas educacionais no Brasil**. *Revista de Didáticas Específicas*, Nº 1, P. 148-166. 2009.

KRUGER, A. **Acolhimento da população trans na perspectiva da Saúde Pública no Brasil com enfoque em Atenção Básica**. 2017. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/0B2YsDCQBGX-ubzIyMzBFQ3A2aDA> Acesso em 20 set. 2018.

LANZ, L. **Ser uma pessoa transgênera é ser um não-ser**. *Periódicus*, Salvador, n. 5, v. 1, mai-out. 2016.

LAPA, Nádia. **O preconceito contra transexuais no mercado de trabalho**. *Carta Capital*. 2013. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/feminismo-praque/o-preconceito-contra-transexuais-no-mercado-de-trabalho-2970.html>>. Acesso em: 20 set. 2018.

LEAL, D. **Gênero e educação: processos cis e trans de autodesignação identitária e de leitura expressiva**. In: *Revista Agreste – Agrupamento de Estudos Excêntricos*. 2017. Disponível em: <https://www.academia.edu/35354241/Ge_nero_e_educac_a_o_processos_cis_e_trans_de_autodesignac_a_o_identita_ria_e_de_leitura_expressiva>. Acesso em: 08 jan. 2018.

LEAL, D. **Homem de vagina, mulher de pau: gênero e transgeneridades em processos artístico-pedagógicos**. 2017. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/0B2YsDCQBGX-ubzIyMzBFQ3A2aDA>. Acesso em: 20 set. 2018.

LEAL, D. **Performatividade transgênera: equações poéticas de reconhecimento recíproco na recepção teatral** / Dodi Tavares Borges Leal; orientador Luis Guilherme Galeão da Silva. São Paulo, 2018. 534 p.

LEAL, D.; MOSTAZO, J. A **Desnaturalização da cisgeneridade: impasses e performatividades**. SSEXBBBOX, 2017. Disponível em: <http://www.ssexbbox.com/2017/04/a-desnaturalizacao-da-cisgeneridade-impasses-e-performatividades/>. Acesso em: 08 set. 2018.

LOPES, F. H. **Corpos trans! Visibilidade das violências e das mortes**. Dossiê Transversos: O Corpo na História e a História do Corpo, Rio de Janeiro. 2015.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer**. 2. Ed.; - Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

MACHADO, Ricardo William Guimarães. **População LGBT em situação de rua: uma realidade emergente em discussão**. Revista EDUC-Faculdade de Duque de Caxias/Vol. 01 – Nº 03/Jan-Jun 2015.

MEDRADO, B.; SPINK, M. J.; MÉLLO, R. P. **Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas**. In: A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas. Mary Jane Spink, Jacqueline Isaac Machado Brigagão, Vanda Lúcia Vitoriano do Nascimento e Mariana Prioli Cordeiro (Orgs). 1ª ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.

MENEGON, V. M. **Por Que Jogar Conversa Fora?** In: Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano. Mary Jane Spink (org). Editora Cortez, 2013.

MINAYO, M. C. de S. **Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta**. In: MINAYO, M. C. de S. (ORG) Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. 28. Ed. – Petrópolis. RJ: Vozes, 2009.

MISKOLCI, R. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. 2ª ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP- Universidade Federal de Ouro Preto, 2016.

MOMBAÇA, J. **Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência!** 2016.

NUNES, A. C. C. **Significados da Escolarização para travestis na cidade de Manaus**. Relatório de PIBIC. UFAM 2015.

OLIVEIRA, J. M. de. **Desobediências de gênero**. Salvador, BA: Editora Devires, 2017.

PERES, W. S. **Travestilidades nômades: a explosão dos binarismos e a emergência queering**. In Estudos Feministas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC. Vol. 20. N. 2. 2012.

PERES, W. S. **Travestis: corpos nômades, sexualidades múltiplas e direitos políticos**. In: DE SOUZA, L. A. F., SABATINE, T. T. e MAGALHÃES, de R. (orgs). Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

PETRY, A. R. MEYER, D.E. E. **Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa.** Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 10, n. 1, p. 193 – 198, jan./jul. 2011.

RUBIN, G. **O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo.** S.O.S Corpo. Recife. 1993.

SALIH, S. **Judith Butler e a Teoria Queer.** 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

SEFNNER, F. **Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar.** Educ. Pesqui., São Paulo, v.39, n.1, p. 145-159, jan./mar. 2013.

SCOTT, J. W. **Gênero: Uma categoria útil para análise histórica.** Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, n. 2. Jul./Dez. 1995, P. 71-99. Disponível em: <<http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/SCOTTJoanGenero.pdf>> Acesso em 15. Mai. 2017.

SPINK, M. J. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 72 p. 2010.

SPINK, M. J. P. **O cotidiano como foco de pesquisa na psicologia: o que mudou nesses 50 anos?** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014.

SPINK, M. J.; FREZZA, R. M. **Práticas Discursivas e Produção de Sentido.** In: Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano. Mary Jane Spink (org). Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, Rio de Janeiro, 2013.

SPINK, M. J. P.; MEDRADO, B. **Produção de Sentido no Cotidiano.** In: Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano. Mary Jane Spink (org). Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, Rio de Janeiro, 2013.

SPINK, P. K. **O pesquisador conversador no cotidiano.** Psicologia & Sociedade; 20. Edição Especial: 70-77, 2008.

RASERA, E. F; JAPUR, M. **Contribuições do Pensamento Construcionista para o Estudo da Prática Grupal.** Psicologia: Reflexão e Crítica, 14(1), pp 201-209. 2001.

RODOVALHO, A. M. **O cis pelo trans.** Estudos Feministas, 25(1): 422, janeiro-abril/2017.

VAN DIJK, T. A. **Prefácio – O giro discursivo.** In Manual de análise do discurso em ciências sociais / Lupicinio Iñiguez (coordenador). Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

VENCATO, A. P. **Confusões e Estereótipos: O Ocultamento de Diferenças na Ênfase de Semelhanças entre Transgêneros.** 2003. Cad. AEL, V.10, N.18/19, 2003.

VERGUEIRO, V. **Pela descolonização das identidades trans.** Anais do VI Congresso Internacional de Estudos sobre Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH. Salvador: Volume 1, Número 1, 2012.

VERGUEIRO, V. **Reflexões autoetnográficas trans sobre saúde: invisibilizações e marginalizações sistêmicas, e resistências à patologização e normatização das**

diversidades de gênero. In: GEISLER, A. R. R. (Ed.). *Protagonismo Trans: política, direito e saúde na perspectiva da integralidade*. Niterói: Alternativa, 2015.

WANDERLEY, M. B. **Refletindo sobre a noção de exclusão.** In: SAWAIA, B. (org). *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis-RJ. Ed: Vozes. 2014.

WEEKS, J. **O Corpo e a Sexualidade.** In *Pedagogias da Sexualidade*. Guacira Lopes Louro (org). 3ª ed. Autêntica. Belo Horizonte, 2007.

WITTMANN, I. **Corpo, Gênero e Identidade: Experiências transgênero na cidade de Manaus.** UFAM. 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos a Sra para participar da Pesquisa “ ‘Ela é diva da sarjeta, seu corpo é uma ocupação!’: Cotidiano das travestis e mulheres transexuais em situação de rua na cidade de Manaus-AM”, sob a responsabilidade do pesquisador Cássio Péres Fernandes, o qual pretende compreender o cotidiano de travestis e mulheres transexuais que se encontram em situação de rua a partir de seus relatos. A pesquisa busca identificar as práticas discursivas das travestis e mulheres transexuais em situação de rua; conhecer o processo de construção das identidades das travestis e mulheres transexuais através de conversas informais e descrever as dificuldades e demandas de travestis e mulheres transexuais em situação de rua.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de conversas informais. Todos os encontros serão relatados em um diário de campo posteriormente. Segundo a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, toda pesquisa com seres humanos envolve riscos, assim os comentários verbais sobre o trabalho e as interpretações coletivas podem trazer prejuízos de caráter psíquico, social dos participantes durante a pesquisa e até depois desta. Para tanto, caso ocorra constrangimento ou desconforto durante o desenvolvimento da pesquisa aos participantes, o pesquisador, enquanto psicólogo e integrante do LABINS – Laboratório de Intervenção Social e Desenvolvimento Comunitário, suspenderá as conversas informais para encaminhar a participante ao Centro de Serviço de Psicologia Aplicada (CSPA), a fim de que seja fornecido suporte psicológico necessário aos sujeitos envolvidos, visando o bem-estar dos mesmos. Cumpre esclarecer que a pesquisa, através da instituição que a acolhe, garantirá reparação a dano imediato ou tardio, que comprometa o indivíduo ou a coletividade, sendo o dano de dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano e jamais será exigida de V.Sa., sob qualquer argumento, renúncia ao direito à indenização por dano, e caso os mesmos ocorram, serão valorados em conjunto com a instituição proponente, haja vista que não há valores pré-estabelecidos de acordo com os riscos na Resolução em

tela e nem na Res. 510/2016, que trata da normatização da pesquisa em ciências humanas e sociais, e uma vez que não há definição da gradação do risco (mínimo, baixo, moderado ou elevado). Os benefícios desta pesquisa são: troca de informações e vivências entre pesquisador e participante, contribuindo para a produção de novos sentidos e conhecimentos, a partir das interações sociais. No mais, a publicização dos resultados da pesquisa busca uma popularização do cotidiano de travestis e mulheres transexuais, proporcionando conhecimento a outras pessoas e pesquisadores.

Se depois de consentir em sua participação a Sra desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. A Sra não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, a Sra poderá entrar em contato com a orientadora, professora Adriana Rosmaninho Caldeira de Oliveira no endereço Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos 3000 Campus Universitário - Setor Sul, Bloco X, pelo telefone (92) 3305-4127 e o mestrando Cássio Péres Fernandes, endereço institucional: Rua General Rodrigo Otávio, nº 300, Coroado I, UFAM (LABORATÓRIO), e-mail: cassioperesf@gmail.com ou pelo telefone: (92) 3305-2583 ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-5130.

Consentimento Pós-Informação

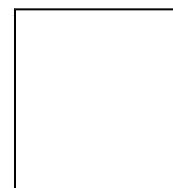
Eu,.....

....., fui informada sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa de minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada um de nós.

Data: ____ / ____ / ____

Assinatura do (a) Participante: _____

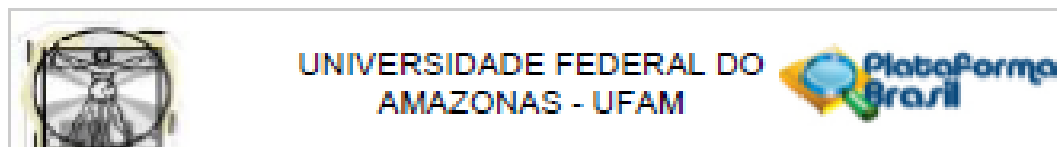
Assinatura do Pesquisador Responsável: _____



Impressão do dedo polegar
Caso não saiba assinar

ANEXOS

ANEXO I – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP E NOTIFICAÇÃO DE ALTERAÇÃO DA REDAÇÃO DO TÍTULO E DOS OBJETIVOS DA PESQUISA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: "Ela é diva da sarjeta, seu corpo é uma ocupação": Cotidiano das travestis e mulheres transexuais em situação de rua na cidade de Manaus-AM.

Pesquisador: CASSIO PERES FERNANDES

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 82719317.9.0000.5020

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.566.694

Apresentação do Projeto:

Vivendo em uma sociedade que debate gênero cada vez mais, travestis e mulheres transexuais sofrem cotidianamente com transfobia e diversas outras formas de exclusão e opressão. Dentro deste contexto, a situação de rua acaba se tornando uma realidade para muitas travestis e mulheres transexuais. Desta forma, objetiva-se compreender o cotidiano de travestis e mulheres transexuais que se encontram em situação de rua a partir de seus relatos. Como objetivos específicos almejam-se: identificar as práticas discursivas das travestis e mulheres transexuais em situação de rua; conhecer o processo de construção das identidades das travestis e mulheres transexuais através de conversas informais e descrever as dificuldades e demandas de travestis e mulheres transexuais em situação de rua. O presente trabalho inicia-se com uma discussão sobre gênero, identidade de gênero e teoria queer, onde questiona as estruturas de poder e a binaridade engessante em nossa sociedade. Em seguida, abordam-se aspectos das identidades de travestis e transexuais, em que se realiza um breve histórico do movimento social; a sessão ainda traz aspectos ligados ao corpo e nomenclaturas, como a insurgência do termo cigônimo. Na terceira sessão, são apresentadas as diversas faces da exclusão direcionadas a

Endereço: Rua Teresina, 408

Bairro: Adrianópolis

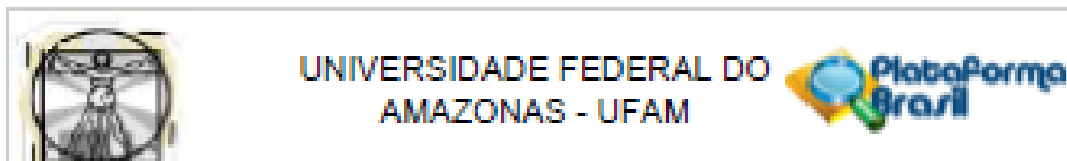
UF: AM

Telefone: (92)3305-1181

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 1.000.004

travestis e mulheres transexuais, como a desqualificação e estereotipificação. Por fim, discute-se acerca do conceito de transfobia e a realidade

vivida por travestis e mulheres transexuais, como as vivências escolares, prostituição até chegar na situação de rua. Sob a luz da Teoria

Construcionista, utiliza-se do conceito de práticas discursivas como produção de sentido nas interações sociais no cotidiano. Em seguida, explanase

acerca da presença do pesquisador e os instrumentos utilizados na pesquisa, como as conversas informais e o diário de campo. Para análise dos

resultados, serão divididas em categorias temáticas na medida em que os conteúdos encontrados no diário de campo forem surgindo e analisados

posteriormente sob a utilização de bibliografias referentes aos diferentes temas. Após a realização da pesquisa, espera-se publicizar os diálogos e

conversas informais realizados no contexto da situação de rua, divulgar a realidade de travestis e mulheres transexuais e chamar atenção para seus

cotidianos e visibilizar suas demandas, necessidades e dificuldade

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender o cotidiano de travestis e mulheres transexuais que se encontram em situação de rua a partir de seus relatos.

Objetivos específicos:

Identificar as práticas discursivas das travestis e mulheres transexuais em situação de rua.

Conhecer o processo de construção das identidades das travestis e mulheres transexuais através de conversas informais.

Descrever as dificuldades e demandas de travestis e mulheres transexuais em situação de rua.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A pesquisa apresenta riscos nas áreas sociais, culturais, morais e intelectuais; e não apresenta riscos físicos para a voluntária, tendo em vista que não será realizado nenhum tipo de intervenção físico/fisiológico, entretanto, caso o participante venha a ter algum tipo de complicação causada

Endereço: Rua Teresina, 405

Bairro: Adrianópolis

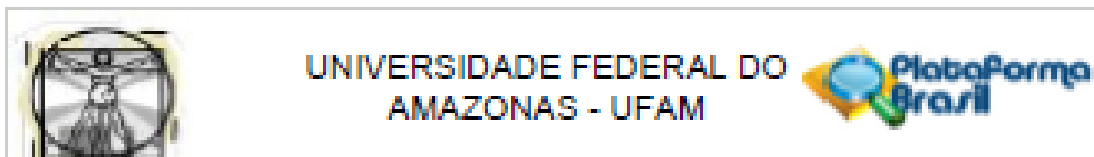
CEP: 69.007-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 2.558.654

direta ou indiretamente pela pesquisa em qualquer aspecto, será realizada assistência imediata e/ou integral ao participante, sem qualquer tipo de ônus para este. Destacamos que a participação na pesquisa pode acarretar riscos na área psíquica, emocional e espiritual, uma vez que o participante terá que relembrar suas vivências de opressão em outros momentos de sua vida. Caso o participante apresente algum tipo de constrangimento psíquico, emocional ou espiritual, imediato ou em longo prazo, decorrente direta ou indiretamente de sua participação na pesquisa, o pesquisador o encaminhará para o CSPA – Centro de Serviços de Psicologia Aplicada ou para a rede de atenção psicossocial mais próxima de sua residência, sem qualquer tipo de ônus para a voluntária. Cumpre esclarecer que a pesquisa, através da instituição que a acolhe, garantirá indenização aos participantes (cobertura material), em reparação a dano imediato ou tardio, que comprometa o indivíduo ou a coletividade, sendo o dano de dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano e jamais será exigida dos participantes, sob qualquer argumento, renúncia ao direito à indenização por dano. Os valores respectivos aos danos serão estimados pela instituição proponente quando os mesmos ocorrerem, uma vez que não há valores pré-estabelecidos de acordo com os riscos, uma vez que não há previsibilidade dos mesmos em seus graus, níveis e intensidades na Resolução em tela e nem na Res. 510/2016, que trata da normatização da pesquisa em ciências humanas e sociais, uma vez que não há definição da graduação do risco (mínimo, baixo, moderado ou elevado).

Benefícios:

A participação na pesquisa pode acarretar uma troca de informações e vivências entre pesquisador e participante, contribuindo para a produção de novos sentidos e conhecimentos, a partir das interações sociais. No mais, a publicização dos resultados da pesquisa busca uma popularização do cotidiano de travestis e mulheres transexuais, proporcionando conhecimento a outras pessoas e pesquisadores. A pesquisa ainda tem o potencial de estimular uma relação entre esta população em situação de rua e a academia. Como benefícios ainda pode-se listar, o incentivo a demais pesquisadores a trabalharem com travestis e transexuais em situação de rua; poderá servir de referência para futuros pesquisadores regionais e nacionais, além de divulgar a pesquisa em âmbito municipal, regional e nacional.

Endereço: Rua Teresina, 465

Bairro: Adrianópolis

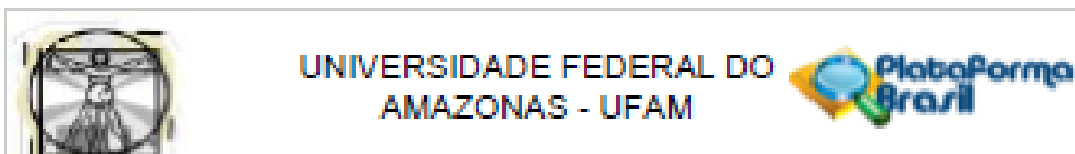
CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3325-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 2.568.994

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de estudo em nível de mestrado a ser desenvolvido pelo discente Cassio Peres Fernandes, sob a orientação da Profa. Dra. Adriana Rosmaninho Caldeira de Oliveira, por intermédio do PPGPS/UFAPSI/UFAM, consubstanciado na abordagem qualitativa de pesquisa.

A pesquisa tem como objetivo geral, compreender o cotidiano de travestis e mulheres transexuais que se encontram em situação de rua a partir de seus relatos. Para tanto, a fim de alcançar esse objetivo serão feitas a identificação das práticas discursivas das travestis e mulheres transexuais em situação de rua, conhecer o processo de

construção das identidades das travestis e mulheres transexuais através de conversas informais e, descrever as dificuldades e demandas de travestis e mulheres transexuais em situação de rua. O referencial teórico que subsidiará a coleta e análise de dados terão se fundamentará na Teoria Construcionista que busca a construção e produção do conhecimento nas relações sociais. As conversas informais servirão como instrumento de interação social, onde vivenciarei o cotidiano de travestis e mulheres transexuais. Estas conversas representam a dinamicidade que as práticas discursivas podem proporcionar. A vivência deste cotidiano será registrada num diário de campo, que consiste na experiência ampla do pesquisador vivendo seu campo-tema. O projeto espera realizar contato com, no mínimo quatro travestis ou mulheres transexuais em situação de rua. Participarão da pesquisa apenas pessoas que se identifiquem como travestis e mulheres transexuais, trans ou transgêneras, a partir dos 18 anos, que se encontrem em situação de rua, seja vivendo e dormindo na rua, ou que passem a maior parte do seu dia nesse contexto. A análise dos resultados se dará pelo diário de campo, após sua execução, ocorrerá uma divisão temática do que foi dito e a análise ocorrerá por meio da utilização de bibliografia. A pesquisa apresenta riscos nas áreas sociais, culturais, morais e intelectuais e não apresenta riscos físicos para as voluntárias, tendo em vista que não será realizado nenhum tipo de intervenção físico/fisiológico.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

1. Folha de rosto: Apresentada e adequada;
2. Termo de Anuência: Apresentados e adequados;
3. TCLE: Aprovado e adequado;
4. Instrumento de pesquisa: Aprovado e adequado;
5. Critérios de inclusão e exclusão: Apresentados e adequados;
6. Riscos e benefício: Apresentados e adequados;

Endereço: Rua Teresina, 428

Bairro: Adrianópolis

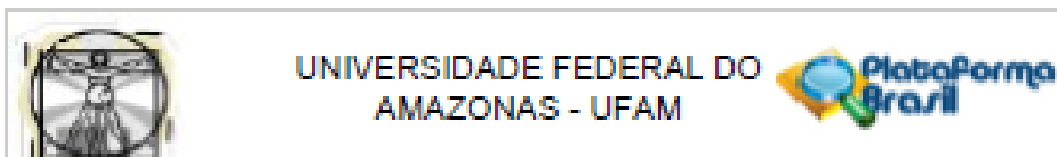
UF: AM

Telefone: (92)3308-1181

CEP: 69.087-070

Município: MANAUS

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 2.586.694

7. Cronograma: Apresentado e adequado, com coleta de dados a iniciar em 20/04/2018;

8. Orçamento: Apresentado e adequado, no valor de 3.500,00 (recursos próprios)

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

o pesquisador responsável poderá prosseguir o desenvolvimento do projeto em tela, após a publicação do parecer com resultado final emitido por este Comitê de Ética.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1047412.pdf	20/03/2018 16:42:13		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoCep2.pdf	20/03/2018 16:24:04	CASSIO PERES FERNANDES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE2.pdf	20/03/2018 16:22:40	CASSIO PERES FERNANDES	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	11/12/2017 23:00:26	CASSIO PERES FERNANDES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	ANUENCIACSPA.pdf	11/12/2017 14:29:49	CASSIO PERES FERNANDES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	anuenciagerencia.pdf	11/12/2017 14:28:38	CASSIO PERES FERNANDES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Teresina, 466

Bairro: Adrianópolis

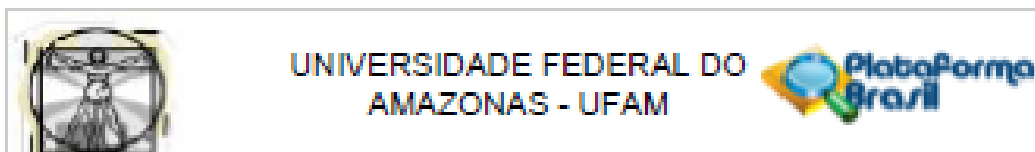
UF: AM

Telefone: (92)3308-1181

Município: MANAUS

CEP: 69.067-070

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 2.868.894

MANAUS, 27 de Março de 2018

Assinado por:
Eliana Maria Pereira da Fonseca
(Coordenador)

Endereço: Rua Teresina, 425

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Telefone: (92)3305-1181

Município: MANAUS

CEP: 69.067-070

E-mail: cep.ufam@gmail.com

- DADOS DA NOTIFICAÇÃO

Tipo de Notificação: Outros

Detalhe: Alteração da redação do título e dos objetivos da pesquisa

Justificativa: Venho, através deste informar que o projeto, antes intitulado "Ela é diva da sarjeta, seu corpo é uma ocupação!"; Cotidiano das travestis e mulheres transexuais em situação de rua na cidade de Manaus-AM (82719317.9.0000.5020), passará a ser chamado "Ela é diva da sarjeta, seu corpo é uma ocupação!"; Cotidiano das transgeneridades femininas em situação de rua na cidade de Manaus-AM, em decorrência das alterações sugeridas pela banca durante o exame de qualificação. Os objetivos, geral e específicos também foram alterados, passando a ter a seguinte redação, sendo os específicos: Identificar as práticas discursivas relacionadas à identificação das transgeneridades femininas em situação de rua; Conhecer o processo de construção das identidades das travestis e mulheres transexuais através de conversas informais; Descrever as dificuldades e demandas de travestis e mulheres transexuais em situação de rua e o geral: Compreender o cotidiano das transgeneridades femininas que se encontram em situação de rua a partir de seus relatos. Para comprovar a justificativa mencionada, segue em anexos os arquivos referentes à ata de exame de qualificação do PPGPSI/FÁPSI UFAM.

Data do Envio: 13/08/2018

Situação da Notificação: Notificação em Validação Documental

- DOCUMENTOS DO PROJETO DE PESQUISA

- ↳ Versão Atual Aprovada (PO) - Versão 2
 - ↳ Pendência de Parecer (PO) - Versão 2
 - ↳ Notificação (N1) - Universidade Federal do Amazonas
 - ↳ Documentos do Projeto
 - ↳ Comprovante de Recepção - Submissão 2
 - ↳ Folha de Rosto - Submissão 2
 - ↳ Informações Básicas do Projeto - Submissão 2
 - ↳ Projeto Detalhado / Brochura Investidora
 - ↳ TCLE / Termos de Assentimento / Juízo
 - ↳ Apreciação 2 - Universidade Federal do Amazonas
 - ↳ Projeto Completo

Tipo de Documento	Situação	Arquivo	Postagem	Ações
-------------------	----------	---------	----------	-------

- HISTÓRICO DE TRÂMITES

Apreciação	Data/Hora	Tipo Trâmite	Versão	Perfil	Origem	Destino	Informações
N1	13/08/2018 19:45:35	Notificação enviada	2	Pesquisador	PESQUISADOR	Universidade Federal do Amazonas - UFAM	Venho, através deste informar que o projeto, antes Ver mais >>

